



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**SILVÉRIO DOS SANTOS SOARES**

**TIMOR-LESTE: REPRESENTAÇÕES DOS ESTUDANTES TIMORENSES,  
NO BRASIL, SOBRE O ESTADO DO TIMOR-LESTE.**

**FORTALEZA-CE  
2009**

**SILVÉRIO DOS SANTOS SOARES**

**TIMOR-LESTE: REPRESENTAÇÕES DOS ESTUDANTES TIMORENSES,  
NO BRASIL, SOBRE O ESTADO DO TIMOR-LESTE.**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia da Universidade Federal do Ceará para a realização  
da defesa, como exigência parcial para a conclusão do curso e  
a obtenção do título de mestrado em Sociologia.**

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lea Carvalho Rodrigues**

**FORTALEZA-CE  
2009**

**Banca Examinadora:**

---

**Prof<sup>ª</sup>.Dr<sup>ª</sup>. Lea Carvalho Rodrigues – UFC (orientadora)**

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Neyára de Oliveira Araújo – UFC (membro efetivo)**

---

**Prof. Dr. Joubert Max Maranhão Piorsky Aires – UECE (membro efetivo)**

---

**Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi – UFC (suplente)**

## Dedicatória

A memória do meu pai, meu irmão Cristóvão de Jesus Soares, minha filha Maria Joaquina Floriana Soares e outros parentes que me deixaram muitas saudades por eu não estar presente nos seus últimos momentos de vida.

## AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Ceará pelo programa de Pós-Graduação em Sociologia.

A CAPES pelo financiamento do meu curso durante os dois anos que aqui permaneci, no Brasil e na UFC, aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação em Sociologia, especialmente ao Senhor Aimberê e a Senhora Socorro, pela informação, atendimento e a burocracia resultante do meu ingresso neste programa, depois da minha chegada.

Ao governo do Timor-Leste pelo seu apoio ao investir no setor de capacitação dos recursos humanos para contribuir com o processo de desenvolvimento no país.

A Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lea Carvalho Rodrigues pela sua orientação com grande paciência que me faz trilhar nos caminhos desta dissertação com liberdade, imaginação e rigor através de diálogos intensivos e intensos, o que me faz acreditar e compreender como é possível construir um trabalho acadêmico com um pequeno tamanho e claro conteúdo.

A Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Neyára de Oliveira Araújo como coordenadora do curso do Programa de pós-graduação em Sociologia por acompanhar intensamente a minha trajetória acadêmica como estudante estrangeiro com menos conhecimento da língua portuguesa, durante dois anos no processo do curso, e, ao mesmo tempo, como comentadora para a revisão deste trabalho.

Ao professor Dr. Max Maranhão Piorsky Aires, da Universidade Estadual do Ceará (UECE), pelos seus comentários e sugestões no exame de qualificação, muitos deles aqui incorporados.

Prof. Aurélio Guterres, Ph.D, Vice reitor do Planejamento e cooperação internacional da Universidade Nacional Timor Lorosae (UNTL), pelo seu papel no processo de planejamento e cooperação entre universidades em vários países, incluindo o governo do Brasil, especialmente a CAPES, para o apoio do financiamento.

Ao professor Dr. Fernando Spagnolo, atual representante da CAPES em Timor-Leste, pelo seu apoio e participação, seja direta ou indiretamente, no processo da seleção dos candidatos/bolsistas acima referidos.

À professora Karin, pela sua disposição e apoio intelectual de preparar-nos na parte do curso da língua portuguesa durante duas semanas antes de nossas vindas para o Brasil.

Aos 23 amigos, do curso de Pós-Graduação em Sociologia, ano de ingresso 2007.1;  
Éden Jenkins Rabelo Silva, Francisco Herbert Pimentel Monte, Francisco Thiago Rocha Vasconcelos, Francisco Secundo Silva Neto, Gilvanira Maria Xavier de Freitas, Guilherme Linhares Neto, Igor Monteiro Silva, Juliana Frota da Justa Coelho, José Juliano Barbosa Gadelha, Jandson Ferreira da Silva, Maria Rosalet Pontes Lima, Monalisa Dias de Siqueira, Mario Henrique de Castro Benevides, Mateus Perdigão de Oliveira, Maria do Socorro Vieira Costa, Natália Pinheiro Xavier, Nahyara Estevem Marinho, Norma Patrícia Athaíde Boucinha, Radamés de Mesquita Rogério, Ruben Venâncio, Robson Augusto Mata Carvalho, Waldiane Sampaio Viana.

Aos amigos timorenses com quem juntos fazemos os cursos de Pós-Graduação na UFC, Duarte da Costa Sarmento e Henrique Mau-Doben da Costa, por suas ajudas e motivação, pela coragem no momento em que eu estive enfrentando grande tristeza na minha família, quando faleceu a minha primeira filha, Maria Joaquina Floriana Soares, na terça-feira, dia 13 de Novembro de 2007.

A minha querida Virginia de Carvalho, pelo sofrimento que passou sozinha no momento que perdemos a nossa primeira filha.

As minhas irmãs e irmãos, primos e primas pelas suas ajuda, apoio moral e motivação; aos meus sobrinhos e sobrinhas, Soares, Noronha, Martins, Jesus, Gomes, Carvalho, Santos, Ximenes, Ferreira e Costa.

Glenda de Carvalho, SE. pela sua ajuda de alguns materiais para facilitar todos os meus processos de estudo no primeiro ano da chegada na UFC.

À minha querida mãe, Eugenia da Costa Soares (Sói Doe) que me criou, cuidou, financiou todos os custos da minha educação, até me ajudou financeiramente para o meu alojamento e logística durante cinco dias no estado de São Paulo.

À Suzi Silva Alves e Aline Margaretha, diretora da ONG AME (Associação Missão Esperança) e todos os seus participantes, que nos receberam no Aeroporto internacional de Guarulhos na nossa primeira chegada ao Brasil, em março de 2007, e o apoio que me deram com a ajuda na aquisição de passagem ida e volta a São Paulo para entrevistar os meus amigos, como parte de uma exigência para completar alguns dados da minha dissertação de mestrado em Sociologia, em meados do mês de Dezembro de 2008.

Ao Pastor da Igreja Presbiteriana de Fortaleza, pela sua ajuda ao me autorizar a morar na Igreja durante o primeiro mês da minha chegada a Fortaleza.

Às secretárias da Coordenação do Curso de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas-MAPP/UFC, Sras. Marta Maria Ferreira de Meneses e Magna de Sousa Pereira, pelas suas atenções, bondades e seus carinhos durante todo o processo de finalização desta dissertação até o último dia da minha partida para o meu país de origem, Timor-Leste.

## **RESUMO:**

Nos países multiétnicos, de pós-conflito, que viveram processos de libertação da dominação estrangeira, as identidades culturais, invariavelmente, têm mergulhado num processo em que todos os grupos étnicos dentro do próprio país lutam para reafirmar a sua posição no processo de formação do Estado Nação. A afirmação das identidades de grupos étnicos, nos países de pós-conflito, adquirem proporções cada vez maiores em âmbitos contemporâneos e apresentam nuances semelhantes nas múltiplas representações como sujeitos de pós-conflito. Esta dissertação tem como centro dinamizador perceber como participantes de diferentes grupos étnicos constroem representações sobre a formação do Estado-nação, no Timor-Leste, após a independência ocorrida em 20 de maio de 2002. Como recorte empírico, os sujeitos que foram envolvidos nesta pesquisa são estudantes timorenses que residem atualmente no Brasil com o intuito de aqui realizarem a sua formação de pós-graduação em universidades brasileiras; mais especificamente, estudantes de duas Universidades Federais no Brasil: Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Universidade Federal de Goiânia (UFG). O objetivo central é traçar um paralelo entre as representações sobre as identidades étnicas e sobre a construção de identidades timorenses no processo de construção do Estado-nação, realizadas por sujeitos pertencentes a diferentes grupos étnicos que existem no país; grupos esses que participam ativamente em acontecimentos conflituosos no período pós-independência. A metodologia utilizada foi a de narrativas de vida que compõem o material empírico analisado na dissertação.

Palavra Chave: identidades étnicas, representações, narrativas de vida, Estado-nação, Timor Leste.

## **ABSTRACT**

The cultural identities in post-conflict countries where a constant layer of a process among all ethnic groups within the country to reaffirm its position in the formation of the nation. The identities of an ethnic group in the post-conflict always buy some proportions increasing through nuances in contemporary fields such as subject in the multiple representations of post-conflict. This dissertation is to address these propellers proactive in ethnic groups that represent the identities of ethnic groups in East Timor after independence in twenty of May two thousand and two. To cut this research, the subjects who were involved in this interview are the entities Timorese living in Brazil for the training process of the study in two Federal Universities in Brazil: Universidade Federal do Ceará (UFC) and Universidade Federal de Goiânia (UFG). In this sense, the goal is to draw a parallel between the Timorese authorities, of different ethnic groups that exist in the country that make the events of ethnic conflict in the country involving several entities of the ethnic groups after independence.

Keywords: social identities, life-histories, Nation-state, Timor Leste

## SUMÁRIO

Introdução .....	10
Capítulo 1: A Construção do Estado-Nação .....	28
1.1. A Colonização Portuguesa .....	28
1.2. A Invasão da Indonésia e a tentativa de Extermínio Cultural Timorense .....	33
1.3. O Desafio da Construção da Nação .....	37
1.4. Timor-Leste e a Região .....	39
1.5. Desafios Internos .....	40
1.5.1. Desafios Políticos .....	40
1.5.2. A Construção da Capacidade Administrativa .....	42
Capítulo 2: A diversidade cultural no Timor-Leste.....	44
2.1 A Configuração das Identidades Étnicas .....	46
2.2. Tensões e Conflitos Étnicos.....	57
2.2.1 As etnias e o Estado .....	58
2.2.2 Os Conflitos Étnicos Após a Independência .....	63
2.3. Violência e Cultura .....	64
Capítulo 3: Narrativas biográficas dos sujeitos da pesquisa .....	68
3.1 A narrativa de Joaquim Belo .....	68
3.2 A Narrativa de Henrique Mau-Doben da Costa .....	77
3.3. A narrativa de Duarte da Costa Sarmento .....	84
3.4. A narrativa de vida do pesquisador .....	92
Conclusão .....	97
Referências Bibliográficas .....	100
Anexos .....	104

## Introdução

Este trabalho tem como objetivo fazer algumas reflexões para a elaboração de uma dissertação de mestrado com ênfase na Sociologia. Tem como questão central o processo de formação do Estado-Nação no Timor-Leste, processo este que vem se dando em meio à eclosão seguida de conflitos interétnicos. Buscou-se com isso realizar uma pesquisa que situa as etapas e os processos de passagem vividos por estudantes timorenses que atualmente estão em processo de formação no Brasil, pelo Programa Estudante Convênio de Pós-Graduação - PEC-PG, que será detalhado mais adiante. Esses estudantes representam diferentes grupos étnicos, que fazem parte, ainda, dos dois grupos étnicos maiores que dividem o Timor-Leste em duas regiões: Leste e Oeste do país. Esta divisão em dois grupos maiores, *firakus* e *kaladis*, correspondendo a regiões geográficas, existe desde o período da colonização portuguesa, persistiu no período da ocupação pela Indonésia e, atualmente, na situação de país independente. O trabalho trata, assim, de perceber as representações desses sujeitos, estudantes timorenses de diferentes etnias, residentes no Brasil no período de 2007 a 2009, sobre o Estado timorense, atentando para as dimensões políticas que envolvem as ações direcionadas, de articulações étnicas, que têm resultado em muita violência, em todo o território.

Apresento a seguir uma descrição sintética dos acontecimentos políticos que antecederam o processo de independência e os acontecimentos mais recentes, pós-independência, situando o Timor-Leste do ponto de vista geográfico, pontos estes que serão apresentados com mais detalhes nos capítulos que compõem esta dissertação.

A ilha de Timor está situada nos confins do Sudeste Asiático, bastante próxima da Oceania. O nome da ilha é de origem malaia, significando Oriente. Distingue-se dos ilhéus mais a leste pela designação de Timor Besar – Timor Grande. É uma das últimas ilhas que tem o caráter de uma cultura insular. A região onde se situa é formada por arquipélagos de variada extensão, cujas ilhas se espalham em arco entre a Indonésia e a Austrália. Deste modo, de um ponto de vista geográfico, histórico e cultural, o Timor-Leste corresponde a uma área de transição, combinando características asiáticas e do contexto oceânico.

O território do Timor-Leste, na região Oriental, corresponde aos trechos da ilha que até 1975 estiveram sob o domínio colonial português. Estes formam atualmente a República Democrática de Timor-Leste, desde 20 de maio de 2002, depois que um referendun foi promovido pela Organização das Nações Unidas - ONU no dia 30 de agosto 1999, conforme o acordo de 5 de maio de 1998, assinado em Nova Iorque entre Portugal, Indonésia e Nações Unidas. Como resultado do referendun a maioria da população votou a favor da independência (73%) enquanto 27 % votou pela autonomia de Timor-Leste dentro da Indonésia. (UNAMET, 1999)<sup>1</sup>. Vale destacar que a segunda opção, de autonomia do país, permanecendo o Timor-Leste como parte da Indonésia, seria um processo de descentralização, mas não de Independência. A votação majoritária em favor da independência, por outro lado, terminou com a ocupação ilegal do país pela República da Indonésia, que se deu por um período de 24 anos, desde 17 de julho de 1976<sup>2</sup>.

A República Democrática de Timor-Leste ressurgiu, portanto, em 20 de maio de 2002, como o mais novo Estado soberano do segundo milênio; uma nação que por ter um passado colonial comum, como ex-colônia portuguesa, se transformou num país com grande proximidade do Brasil, ou como se diz no Timor Leste, “um país irmão”, o que se apresentou como uma fonte de novas possibilidades que se desenham para o futuro do país, atualmente, como membro das Comunidades dos Países da Língua Portuguesa - CPLP.

O apoio das Comunidades dos Países da Língua Portuguesa se deu não só depois de independência, mas também durante a resistência, como disse o Embaixador do Brasil para a Indonésia, Canabrava, “mencionando sempre nosso interesse por Timor-Leste” (11/06/1997). Segundo ele, para resolver o problema político do Timor-Leste “a nossa posição é clara, o Brasil defende a autodeterminação do povo timorense e esta é a bandeira a ser levantada”.

---

<sup>1</sup> Unamet (The United Nations Mission in East Timor) Disponível nos sites: <http://www.un.org/peace/etimor99/etimor.htm>, acessado no dia 23 de Agosto 2008 e <http://www3.dsi.uminho.pt/academiamilitar/1999/unamet/aunamet.htm>. A Unamet é a Missão das Nações Unidas em Timor-Leste. Foi o resultado dos acordos assinados entre a Indonésia e Portugal, no dia 5 de Maio de 1999, em Nova Iorque, que conferiu às Nações Unidas o poder de organizar e certificar a consulta direta por voto secreto, que se realizou dentro e fora de Timor-Leste. Significa que a ONU Organizou e executou todo o referendo sobre Timor-Leste, tendo neste caso o mesmo poder que um organismo eleitoral totalmente independente, existente em qualquer país.

<sup>2</sup> Para maiores informações vide a obra de autoria de Perrault, Gilles, intitulada *O livro negro do capitalismo. Anexação fascista de Timor-Leste*. 4ª edição. Editora Record Rio de Janeiro.São Paulo. 2005.

Em 11 de junho de 2004, foi assinado pelos presidentes dos dois países, Brasil e Timor-Leste, a renovação do acordo de cooperação entre ambos os países até 2010. Conforme o acordo, a área de educação é a mais importante para investir. Em razão disso os dirigentes dos dois países concordaram e reconheceram “que a educação é pilar fundamental para alcançar a consolidação da democracia e o desenvolvimento social e econômico dos países”, segundo trecho constante do referido acordo. Também é afirmado que os países estão conscientes de que a educação deve dar resposta aos desafios surgidos pelas transformações decorrentes do acelerado desenvolvimento científico e tecnológico global, tornando cada vez mais firmes os laços que unem o Brasil e o Timor-Leste.

Após a restauração da independência do Timor-Leste, o país foi reconhecido como um país soberano internacionalmente no dia 20 de maio de 2002, e assim o país entrou numa nova fase de construção do Estado-nação e do processo de desenvolvimento nacional. Um dos aspectos do processo de desenvolvimento foi o estabelecimento de vários acordos de cooperação com alguns países, um dos quais se deu com a República Federativa do Brasil, como um “país irmão” e um dos membros do grupo da comunidade dos países da língua portuguesa (CPLP). Nesta condição de proximidade pelos laços históricos criados em razão do passado colonial comum, a República Federativa do Brasil respondeu efetivamente à cooperação com o Timor-leste em vários setores, com o intuito de ajudar no processo de desenvolvimento nacional. Uma das formas de cooperação se deu na área do desenvolvimento de capacitação dos recursos humanos, por meio de um acordo que foi assinado pelo dois Estados na capital de Timor-Leste, Dili, no dia 20 de maio de 2002. A realização do acordo iniciou-se no ano de 2005, quando 10 estudantes timorenses vieram ao Brasil pelo referido Programa e foram integrados pela primeira vez a cursos de mestrado existentes no Brasil, cursos de diferentes áreas do conhecimento, na cidade de Brasília.

O programa PEC-PG é um programa do Governo do Brasil, de cooperação internacional na área educacional entre o Brasil e países da África, América Latina, Caribe, e Ásia, para a formação dos recursos humanos, com vistas a possibilitar que cidadãos oriundos de países em desenvolvimento possam realizar estudos de pós-graduação em instituições de ensino superior brasileiras. Esse programa foi administrado conjuntamente pelo Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior - CAPES e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, prioritariamente com os países em

desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordo de cooperação educacional, cultural ou de ciências e tecnologia<sup>3</sup>.

Esse programa foi e é reconhecido em todos os países que dele participam, como sendo o maior apoio do governo brasileiro para reduzir a dependência dos recursos humanos nos países considerados subdesenvolvidos, como Timor-Leste e outros países da África. O reconhecimento foi mostrado com o alto número dos participantes que vieram estudar no Brasil nos últimos anos, como é o caso do Timor-Leste<sup>4</sup>. O Timor-Leste enviou estudantes para a formação no Brasil pela primeira vez em 2005, quando o governo brasileiro recebeu a primeira turma, composta de oito estudantes que, em 2007, obtiveram a titulação de mestre em várias Universidades Federais no Brasil. A partir de então, todos os anos o Timor-Leste tem enviado ao Brasil cerca de 10 pessoas para cursarem em varias áreas do conhecimento e em nível de mestrado, ainda que com grandes dificuldades de conhecimento da língua portuguesa uma vez que no país predominam os dialetos e uma língua franca: o tetum<sup>5</sup>.

Os estudantes da primeira turma terminaram o curso no mês de março de 2007 e em março daquele mesmo ano outro grupo de estudantes timorenses, em número de oito, foram integrados a várias universidades federais do Brasil. Entres estas universidades estão: Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, com dois estudantes, Universidade Federal da Bahia – UFBA, com três estudantes e a Universidade Federal do Ceará – UFC, com três estudantes.

No ano de 2008, foram integrados mais 10 estudantes que foram colocados nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe, sendo que todos eles ainda estão participando ativamente do processo de formação. A realização destes cursos foi realizada conforme o “acordo de cooperação educacional entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Democrática de Timor-Leste e decreto lei da República Federativa do Brasil no. 5.104, de 11 de junho de 2004.” (O acordo de cooperação, 2004).

---

<sup>3</sup> Para maiores informações ver [www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/multinacional/pec-pg](http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/multinacional/pec-pg) (consultado em 20/10/2008)

<sup>4</sup> A Coordenadoria de Assuntos Internacionais da UFC não pode fornecer relatório sobre os anos anteriores, mas informou que em 2007.1 vieram 8 pessoas, sendo 01 do Perú, 03 do Timor-Leste e 04 de São Tomé e Príncipe.

<sup>5</sup> O ensino fundamental, até o nono ano, hoje é ministrado em língua portuguesa, depois de 24 de anos de suspensão do ensino do português, durante a ocupação indonésia. Ainda hoje, a partir do nono ano e até a universidade utiliza-se a língua indonésia ou o inglês.

A escolha do tema desta dissertação, representações dos estudantes timorenses, no Brasil, sobre o Estado do Timor-Leste procura mostrar a realidade que acontece no processo de formação do Estado-Nação, do ponto de vista dos estudantes timorenses aqui no Brasil. É um tema que aborda questões de bastante importância para a realização de uma pesquisa de dissertação de mestrado: saber o que é que eles pensam sobre o Estado do Timor-Leste atual, uma república independente, mas formada por diversos grupos étnicos que no atual contexto se encontram em permanente conflito. Algumas questões que nortearam a pesquisa foram: Qual a idéia de Estado-Nação presente em suas narrativas? Em que medida o estar fora do país de origem, o Timor-Leste, permite a eles compararem e repensarem a situação vivida em seu país? Qual a interpretação desses sujeitos sobre os conflitos étnicos atuais e suas implicações para o país no plano político? Quais seriam então os limites que se colocam entre o político e o cultural?

Tal importância se relaciona ao fato de que apesar de todas as diferenças culturais e dos seguidos conflitos étnicos que marcam o Timor-Leste atual, esses grupos, no plano político, formam uma coletividade, como nação; uma só comunidade timorense que representa a identidade nacional do Timor-Leste, país ao qual pertencem esses estudantes que atualmente estão no processo de formação no Brasil.

Como pesquisador e estudante de Pós-Graduação beneficiado por este Programa PEC-PG, faço parte também dessa segunda turma de estudantes timorenses que chegaram ao Brasil em março de 2007 e terei que fazer também minhas considerações sobre as questões centrais que orientam este trabalho, o que será apresentado no último capítulo. Para dotar a dissertação de caráter científico, segui metodologia apropriada à análise de narrativas de vida; e para realizá-las fiz entrevistas com alguns dos estudantes timorenses que participaram de um Encontro realizado em São Paulo, em dezembro de 2008, e também entrevistas no estado Ceará, principalmente com dois estudantes que estão cursando a UFC. Tudo isto para ter uma idéia de como esses sujeitos se sentem como cidadãos timorenses, de que forma se representam como um povo timorense, e qual a sua visão sobre o Timor Leste como Estado independente.

Para entender como membros de diferentes grupos étnicos representam o Estado Timorense, bem como para compreender os valores que esses grupos expressam, a pesquisa deveria realizar-se no Timor-Leste, mas devido a problemas de financiamento e à grande distância em relação ao Brasil, a pesquisa somente pode realizar-se no Brasil. Para tanto o recorte empírico abrangeu inicialmente, no projeto de pesquisa, os três estados do Brasil

onde alguns estudantes timorenses estariam, no período de 2007 a 2009, em processo de formação. Entre eles temos o estado da Bahia, o estado de Pernambuco e o estado do Ceará. Para a exploração da questão da identidade étnica e dos valores de construção do Estado-nação, os estudantes timorenses que representam a comunidade timorense<sup>6</sup> aqui no Brasil vão ser tomados como amostra desta pesquisa, desde o ano em que chegaram ao Brasil para os estudos (2007).

Do ponto de vista teórico, privilegiou-se a questão da identidade numa perspectiva relacional e situacional. No caso aqui estudado, refere-se aos pertencentes a grupos étnicos que partilham valores e visões de mundo diferenciadas que, no Brasil, travam um contato mais estreito, mas que, mesmo vindo a se constituir como um coletivo de estudantes timorenses no contexto brasileiro, não podem ser considerados como um grupo homogêneo, já que se constitui de indivíduos portadores de fortes diferenças étnicas e, portanto, de valores, crenças e visão de mundo também distintas. Esta postura teórica segue a mesma perspectiva do trabalho realizado por Ellery Mourão (2004, p.10) no qual a autora procurou:

[...] analisar a possibilidade desses indivíduos construir e reformularem suas identidades nacionais em relação aos seus países de origem, considerando não só o contexto de deslocamento transitório, como estudantes estrangeiros no Brasil, mas também o conseqüente retorno aos seus países de origem, pensando de que forma a vivência em outro país possibilita conferir novos sentidos as suas identidades nacionais.

Assim, os estudantes timorenses que estão no Brasil não representam aqui a sua própria identidade étnica, tal qual quando estavam no país de origem, até mesmo com referenciais de raça, características físicas e língua própria; mas na nova situação coletivamente representam uma nação e uma sociedade unificada que se apresentam como timorenses no Brasil. Assim, em razão da situação transitória em que se encontram no Brasil, criam-se laços entre diferentes nacionalidades, raças, línguas e as diversidades culturais dos grupos étnicos que existem naquele país e destes com os habitantes do país em que realizam sua formação, no caso o Brasil, e inclusive com estudantes de outros países vindos pelo mesmo Programa.

---

<sup>6</sup> Comunidade timorense está sendo utilizada no mesmo sentido com que Ellery Mourão (2006) se referiu aos estudantes cabo-verdianos e guineenses residentes no Brasil durante a sua formação em graduação pelo programa PEC-G e Pós-Graduação pelo programa PEC-PG. Refere-se ao conjunto de estudantes que passam a viver no Brasil a mesma situação e enfrentam as mesmas dificuldades, o que os leva na maior parte das vezes a buscar a proximidade.

Sendo assim, depois que o Timor-Leste ressurgiu, no dia 20 de maio de 2002, como um país soberano, o país enfrentava um grande obstáculo de exigências e divisões em razão do regionalismo existente entre os próprios timorenses, até mesmo na disputa sobre quem realmente contribuiu para a luta pela independência e quem não, o que resultou em disputas pelo poder. O efeito dessas exigências destruiu os laços de amizade entre os timorenses do Leste e do Oeste o que provocou o conflito social entre os grupos étnicos. Conforme o relatório das Nações Unidas que foi publicado no Timor on-line na quinta-feira, 26 de outubro de 2006, entre os meses de abril e maio do mesmo ano ocorreram 37 mortes e pelo menos 155.000 pessoas foram forçadas a ir para miseráveis campos de deslocados e alguns fugiram para os lugares que eles consideravam ser mais seguros em todo território. Alguns foram para a Indonésia, outros foram para a Austrália e outros permaneceram no país, indo para distritos e locais que consideravam mais seguros, como igrejas e conventos. Até hoje a maioria se mantém demasiado aterrorizada para regressar às suas casas, mesmo que antes todos tenham se unido com um único objetivo, para atingir a independência total do país.

O que ocorre hoje no Timor Leste é o mesmo que Stanley J. Tambiah constatou no Sul da Ásia, como relatou no seu livro *Leveling Crowds, Ethnonationalist conflicts and collective violence in South Asia*. Afirma o autor que “In many ways, the most critical factors cumulatively leading to a politics of escalation, as well as of factionalism, were those that issued from a complicated but calculated contacs between the political parties that controlled the government...” (TAMBIAH, 1996, p.103). Quando o Timor-Leste ressurgiu como nação independente, ocorreram várias reivindicações, segundo os interesses dos antigos partidos políticos (FRETILIN, UDT, APODETI, KOTA e Trabalhista) que passaram a reclamar posições dentro do governo uma vez que haviam participado na luta pela independência.

O Partido político da UDT (União Democrática Timorense), fundado em 1974, foi um dos cinco partidos políticos timorenses que traçou “*os princípios orientados da política a ser seguida como objetivo a independência de Timor*” (Manual Político do partido, 1974). No entanto, eles queriam a independência como um processo de descolonização passiva, mantendo a relação com Portugal por 10 ou 15 anos ainda, até que, segundo eles, os próprios timorenses estivessem preparados para assumir a responsabilidade política.

O partido APODETI (Associação Popular Democrática Timorense) foi um partido que radicalmente queria manter uma relação política definitiva com a República da Indonésia em razão dos aspectos políticos, econômicos, culturais e geográficos que,

conforme o manual político do partido, não favorecia o Timor a ser um país independente. Assim, o Manual Político do Partido (1974) diz que o Timor Português e a Indonésia são culturalmente irmãos, e que a ilha foi invadida forçosamente por países colonialistas (Holandeses e Portugueses) por interesses econômicos, políticos e religiosos (católicos e protestantes), sendo que antes na ilha já havia uma estrutura de *dato (Rei) Webicu e Wehali* que governava a ilha<sup>7</sup>. Esse partido foi extinto em 2001 por ocasião da primeira eleição para a assembléia constituinte<sup>8</sup>.

Diferentemente, o partido KOTA (Klibur Oan Timor Aswain = Associação dos Filhos dos Heróis de Timor) quer manter uma nação monárquica baseada na estrutura de *dato*, ou seja, em acordo com os referenciais de sua própria história, cultura e organização social local da ilha (*Webicu e Wehali*) e manter uma relação com Timor Ocidental (a Oeste, na fronteira com a província da Indonésia), unidos tal qual o foram no passado.

Há outro Partido, o Trabalhista, que quase não tinha e não tem apoio popular, mas existe até a presente data. O maior partido, que é o mais popular, é o Partido FRETILIN (Frente Revolucionária do Timor Leste Independente). Foi e é um partido que tem raiz popular, que defende a independência total e que conseguiu proclamar unilateralmente a independência do Timor-Leste, no dia 28 de Novembro 1975, o que durou apenas nove dias, quando o Timor-Leste foi então invadido pelos militares indonésios, no dia 7 de Dezembro de 1975. Embora a independência não tenha se dado de fato, o partido resistiu durante 24 anos, lutando com apoio popular contra a dominação da Indonésia e conseguiu atrair o apoio internacional para a autodeterminação do território, quando foi realizado o referendun promovido pelas Nações Unidas no dia 30 de agosto de 1999, tendo então conquistado a vitória<sup>9</sup>.

Após o referendun, o território passou três anos sob um governo de transição, nomeado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e chefiado por um brasileiro, Dr. Sergio Vieira de Melo, e conseguiu a independência total no dia 20 de maio de 2002.

---

<sup>7</sup> Segundo Seixas (2007) o Timor-Leste tem uma divisão generalizada dos clãs em três estatutos sociais que correspondem hierarquicamente aos nobres (*datos*), ao povo (*ema*) e aos descendentes de escravos (*ata*). Essas classificações se apresentam assim na língua franca tétum.

<sup>8</sup> A data da promulgação da Constituição da República do Timor-Leste foi no dia 19 de maio (hora 00) de 2002 (Vide preâmbulo da constituição Republica).

<sup>9</sup> [www.geocities.com/alextilman/download/manual.doc](http://www.geocities.com/alextilman/download/manual.doc), (consultado em 23/10/2008)

Entretanto, mesmo que a nação tenha adotado um sistema de multipartidarismo, ocorreu à volta de líderes timorenses que estavam fora do país, que passaram a ocupar posição nesses partidos em razão de interesses por poder político e econômico de forma que aqueles que lutaram pela independência ficaram de fora (os timorenses do Leste, ou Firaku).

Em razão disso tornaram-se mais fortes os sentimentos étnicos e o regionalismo (cisão entre as regiões Leste e Oeste do país); sendo esses mais fortes do que a importância de compartilhar o sentimento comum representado por uma comunidade timorense única e com uma identidade nacional. Essas segmentação e reivindicação de exclusividade de grupo foram à causa do conflito étnico entre os próprios timorenses, mesmo que o Timor-Leste, como país independente, tenha sido construído coletivamente.

Estes aspectos serão explorados no decorrer da dissertação que está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, faz-se uma abordagem sobre a construção do Estado-Nação do Timor-Leste, busca-se compreender o momento atual de construção do Estado-nação como parte de um processo histórico com alguns períodos marcantes: a colonização, a dominação da Indonésia e a independência recente; os conflitos em razão das disputas dos representantes dos grupos étnicos na estrutura de poder, sobretudo após a independência do país. No segundo capítulo, faz-se uma abordagem sobre a diversidade cultural existente no Timor-Leste, os conflitos em razão das disputas dos representantes dos grupos étnicos na estrutura de poder, sobretudo após a independência do país. Por fim, no terceiro capítulo é trabalhado analiticamente o material empírico, constituído das narrativas dos sujeitos da pesquisa.

### *Metodologia*

As narrativas biográficas dos sujeitos desta dissertação são tomadas como metodologia central para atingir as representações do Estado timorense e das identidades étnicas, cultura e nacionalidade dos estudantes timorenses instalados nas universidades federais brasileiras, no período de 2007 a 2009, bem como sobre o processo de formação em pós-graduação, no Brasil, com o intuito de contribuir para a construção da nova nação.

A escolha da trajetória dos estudantes timorenses que se encontravam no Brasil, no referido período, se deu porque estes representam a sua própria identidade étnica e cultural, no contexto de mudanças pelo qual passam. Principalmente por estarem por algum tempo

fora do país de origem, para a formação de pós-graduação, e também porque isto me permite refletir sobre a minha relação, como pesquisador, com esses sujeitos.

O conjunto dessas trajetórias contribuiu na reconstituição do contexto cultural de cada etnia, desde os acontecimentos da colonização dos portugueses e da ocupação pelos militares indonésios, até o presente momento, de construção da nacionalidade.

Assim, as narrativas são analisadas para que se tenha uma representação própria de integrantes de diferentes grupos étnicos existentes, que coletivamente representam a formulação da nacionalidade timorense. As narrativas serão analisadas tal como propõe Daniel Bertaux (2005) quando se refere a esta metodologia de pesquisa, em *“los relatos de vida”*, considerando-se três funções dos relatos de vida, como referidos pelo autor: primeiro, porque eles têm *“la función de exploración”* sobre o objetivo social; segundo, porque eles têm *“la función analítica”*, de analisar os relatos das entrevistas; terceiro, porque eles têm *“la función expresiva”* que desempenha uma função de investigação e comunicação entre o pesquisador e os sujeitos.

O primeiro aspecto dos relatos de vida é o que informa sobre a função de exploração, que diz respeito à busca de quem serão os sujeitos da pesquisa e que vão fornecer o material empírico, as narrativas com as quais se pretende realizar a descrição de conjunto do objeto estudado. Mas não se deve esquecer que o horizonte de percepção depende por completo da posição de onde se observa. Segundo Daniel Bertaux (2005, p.51-52) tal aspecto cria um movimento contraditório de homogeneidade e de diferença *“la homogeneización es bein visible no solo en los modos de consumo o los referentes culturales comunes”* assim também como, por exemplo, *“ en la tendência a la extensión de los derechos sociales a toda la población”* (CASTEL, 1995).

Outro autor, Pierre Bourdieu, constrói a noção de trajetória *“como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou um mesmo grupo num espaço ele próprio um devir submetido a incessantes transformações”* (apud BERTAUX, 2005, p.51).

Entendendo que as trajetórias definem-se como posição e deslocamento de indivíduos ou coletividades, os estudantes timorenses saem do país de origem para outro

país, e encontram-se num espaço social diferente, com os seus atributos de classe e estilos de vida, cultura e caráter próprios que representam a sua identidade étnica.

Segundo Bourdieu, “às diferentes posições no espaço social correspondem estilos de vida, sistemas de desvios diferenciais que são a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência” (1983, p.82). As diferentes posições dos sujeitos que determinam a categoria de objeto que representa o seu próprio grupo étnico, cultura e o estilo de vida dos classificadores. Assim, Bourdieu afirma que:

O estilo de vida é um conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem, na lógica específica de cada um dos subespaços simbólicos, mobília, vestimentas, linguagem ou héxis corporal, a mesma intenção expressiva, princípio de unidade de estilo que se entrega diretamente à intuição e que a análise destrói ao recortá-lo em universos separados” (p.83).

Como propõe Bourdieu, as narrativas biográficas aqui são construídas como uma passagem que revela disposições de deslocamento por que passaram sujeitos pertencentes a diferentes grupos étnicos e situados em diferentes universidades federais brasileiras; estudantes estes que compõem as suas identidades próprias e diferenças culturais e, ao mesmo tempo, coletivamente transformam essas identidades particulares em identidade coletiva, uma vez que representam as suas nacionalidades timorenses aqui no Brasil.

### *Os sujeitos da pesquisa*

Os participantes do Programa PEC-PG que foram escolhidos para constituir o campo empírico desta pesquisa somam oito pessoas, todos estudantes timorenses que estão/estiveram em processo de formação, em nível de pós-graduação, no Brasil, e entre eles encontra-se a representatividade de quatro dos principais grupos étnicos no Timor-Leste.

Conforme o que foi planejado, essa escolha se deu com o intuito de obter mais informações em relação aos estudantes timorenses aqui no Brasil, sobre as representações, as idéias que elaboram sobre o Estado do Timor-Leste após a independência. Obter informações em acordo com esses objetivos não foi uma coisa fácil, em razão das distâncias

geográficas entre os estados onde se encontravam estudando os timorenses sujeitos da pesquisa: Salvador, Rio de Janeiro, Goiás, Pernambuco e São Paulo. A outra questão enfrentada foi de cunho financeiro, sobretudo a necessidade de obter recursos para fazer frente aos custos das passagens aéreas para deslocamento a todos esses estados, alojamento e alimentação durante a viagem. Ainda que eu tenha mantido contatos constantes por meio de mensagens eletrônicas, via *internet*, a necessidade de realização de entrevistas tornava quase impraticável a concretização da pesquisa.

No entanto, como ocorreu por iniciativa dos próprios estudantes a realização do Primeiro Encontro dos Estudantes Timorenses no Brasil, em São Paulo, no período de 11 a 14 de dezembro de 2008, percebi na ocorrência desse evento a possibilidade de realizar a pesquisa. Aproveitei essa oportunidade para, ao mesmo tempo em que participava do encontro, realizar as entrevistas com alguns indivíduos timorenses e assim minimizar os custos de passagem e alojamento. Como pesquisador, decidi fazer algumas alterações no que se refere à escolha dos sujeitos desta pesquisa, pois alguns deles não compareceram ao encontro, sem ter uma razão declarada.

Após conseguir recursos para aquisição da passagem para o encontro em São Paulo, oferecida que foi por uma missionária (Paraibana) da igreja evangélica que eu já conhecia de época anterior, quando ela participou no Timor-Leste, no período 2005-2006, de uma missão humanitária, enfrentei uma questão que foi muito delicada para mim. Cheguei a São Paulo e comecei a pensar no local onde poderia realizar as entrevistas e também em como eu começaria as entrevistas com os estudantes timorenses, pessoas das quais eu só sabia o nome e só conhecia a voz pelos contatos antes estabelecidos, mas que eu não conhecia pessoalmente. Eu não lhes conhecia as feições e muito menos o caráter. Uma questão mais sensível ainda é que eu não tinha coragem de perguntar a qual dos dois grandes grupos étnicos que existem em Timor-Leste eles pertenciam, sobretudo em razão de os dois grupos que se identificam como *firakus* e *kaladis* terem se envolvido num confronto étnico de grandes proporções no ano de 2006.

Eu estava ao mesmo tempo surpreendido e amedrontado com São Paulo. A cidade de São Paulo é uma grande metrópole e as pessoas que lá vivem competem muito com o tempo para sobreviver. Uma cidade que para mim é bela na sua paisagem, uma cidade que promete muitas esperanças para as pessoas que sonham em viver melhor. As pessoas que conseguem competir com a vida dura em São Paulo podem conseguir ter uma vida melhor,

mas as pessoas que não conseguem competir com a vida dura vão ser excluídas. Um exemplo disso, que ficou muito claro para mim, foi quando eu passei em frente da Igreja de São Bento, no centro de cidade de São Paulo. As pessoas vivem nas ruas, sem casa, e alguns vivem debaixo das pontes e pedem esmolas para as pessoas que passam na rua, de minuto a minuto, com cara (face) cheia de esperança e sonhos, mas que, pelo indicado, não concluirão os seus sonhos.

A primeira entrevista que fiz foi com Joaquim Belo, um estudante timorense que faz o mestrado em ciências matemáticas na Universidade Federal de Goiás. Iniciei a entrevista com muita atenção, principalmente no que se refere à linguagem utilizada, de forma que ele não se ofendesse. Quando iniciei a minha apresentação sobre o objeto desta entrevista e o tópico que estou trabalhando, e também por algumas conversas mantidas informalmente antes da entrevista, eu já consegui identificar que o Joaquim vem do grupo étnico de Firakus. A identificação se deu conforme o jeito e a maneira de falar, em acordo com o que a maioria desse grupo étnico procede.

Acontece que a primeira palavra ou a primeira pergunta que se faz, se eles sentem como uma ofensa ou não gostam da sua pergunta, eles não respondem e se afastam, vão embora, sem dizer nada. Por isto eu precisava ter muito cuidado com a forma de iniciar a entrevista.

Chegado o momento dele se identificar com respeito ao grupo étnico de pertença, quando eu questionei a letra “H”, que eles têm muita dificuldade em pronunciar, ele me respondeu de forma espontânea: “você sabe que os Firakus, especialmente o meu grupo étnico de Makassae, é muito difícil para pronunciar a letra H porque foi influenciada pela nossa língua materna “Makassae” que quase não usava a letra H.” Assim foi que eu comecei a fazer outras perguntas relacionadas aos interesses dessa dissertação e às demais questões desta pesquisa, sem mencionar diretamente a questão dos conflitos étnicos que aconteceram anteriormente no país entre os Firaku e Kaladi.

Os outros sujeitos, Henrique e Eurico, que também foram entrevistados em São Paulo, pertencem ao grupo étnico Kaladi. O Henrique é do grupo étnico Kemak e o Eurico é do grupo étnico de Mambae. Esses dois grupos étnicos fazem parte do grupo étnico Kaladi e assim sendo a minha relação com os dois seria mais tranqüila dada a minha condição de pertencente ao mesmo grupo étnico Kaladi.

O último sujeito entrevistado foi Duarte, que assim como eu é um dos três estudantes timorenses que encontravam-se estudando na UFC desde o ano de 2007. Tenho uma boa relação como entrevistador com os entrevistados da UFC, porque já nos conhecíamos antes, desde quando estávamos em Timor-Leste, e ainda por outra questão: dada a nossa situação de transitoriedade e instabilidade por estarmos em outro país, nós sempre nos ajudamos uns aos outros quando tínhamos dificuldades na nossa vida diária.

A seguir apresento os dados de cada um dos participantes da pesquisa, tanto os que acabaram por conceder entrevista formal como os demais, com quais mantive contato durante os dois anos de estudos no Brasil por meio de conversas informais, boa parte via *internet* no caso dos que residiam em outros estados, e que ao final não puderam ou se negaram a dar a entrevista gravada:

1. Francisco Miguel Martins representa o grupo étnico de Bunak, de Bobonaro, que geograficamente fica no distrito mais próximo da fronteira entre Timor-Leste e a Indonésia. Este grupo tem um laço cultural com alguns dos grupos étnicos na Província de Timor Ocidental (Indonésia) principalmente na fronteira entre os dois países. O Francisco nasceu em Bobonaro, não quis declarar o ano de nascimento. Formou-se na área de Letras na Faculdade de Ciências de Educação na Universitas Timor-Timur<sup>10</sup> (UNTIM) agora Universidade Nacional Timor Lorosae, em 1992, e dois anos depois ele continuou o mestrado na mesma área na Universitas Gaja Mada (UGM) na ilha de Java (Indonésia), e voltou para Timor-Leste em 1996 onde passou a lecionar na Universitas Timor-Timur. Após a independência, juntamente com o governo de transição das Nações Unidas em Timor-Leste, então chefiado pelo Dr. Sergio Vieira de Melo (Brasileiro), eles formaram a Universidade Nacional de Timor Lorosae, a primeira universidade criada após a independência do Timor-Leste. Francisco ocupou o cargo como o primeiro Vice-reitor de assuntos acadêmicos até que foi deslocado para o Brasil em fevereiro do ano de 2007 para o estudo de doutorado em Educação, na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Francisco Miguel seria entrevistado formalmente no Encontro dos Estudantes Timorenses, realizado em São Paulo, mas este não compareceu ao encontro por problemas de saúde.

---

<sup>10</sup> Timor-Timur foi a denominação dada ao território do Timor-Leste durante a ocupação da Indonésia. Em razão disso, segundo Seixas (2007), a geração dos nascidos no período de ocupação passou a ser chamada de geração Tim-Tim.

2. Alexandre de Araújo Corte Real nasceu no distrito de Ainaro, na região centro sul do país, e foi escolhido para representar o grupo étnico de Mambae, maior grupo étnico no Timor-Leste que ocupa a região centro norte até o centro sul do país. Esse grupo ocupa cinco dos 13 distritos que existem no Timor-Leste. Alexandre formou-se pela Universidade de Udayana, em Direito Constitucional, em Bali - Indonésia, no ano de 1994. Regressou a Timor-leste e trabalhou como funcionário público da administração da Indonésia, durante a ocupação, no distrito onde ele nasceu. Após a independência trabalhou no Secretariado de Estabelecimento da Comissão da Função Pública (SECFP) até 2003, e no ano de 2004 foi indicado pelo Partido União Democrática Timorese (UDT) como membro do Parlamento Nacional de Timor-Leste, no primeiro mandato e até o mês de Janeiro de 2007. Alexandre de Araújo Corte Real atualmente está estudando pós-graduação na área de Direito Constitucional da UFBA e não pode comparecer ao encontro em São Paulo uma vez que estava defendendo sua dissertação de mestrado naqueles dias.
  
3. Felisberto Ximenes nasceu na região centro leste do país e foi escolhido por representar o grupo étnico Makassae cuja maioria vive no distrito de Baucau e parte no distrito de Viqueque situada geograficamente no sul do centro leste. Ele formou-se em Saúde Pública na Universitas Respati Indonésia (URINDO) em Jacarta, capital da Indonésia, em 2003, e regressou ao Timor-Leste onde trabalhou no Ministério de Saúde e também lecionou na Academia de Saúde Publica da Universidade Díli (UNDIL). Esse grupo étnico é conhecido como um grupo mais duro na relação com outros grupos étnicos, com o caráter muito diferente e muita violência na relação cotidiana. A maioria dos membros deste grupo são negociantes que dominavam economicamente do centro leste até a ponta leste do país. Atualmente ele faz o mestrado em Psicologia Organizacional do Trabalho na UFBA. Felisberto não pode ir a São Paulo devido à negativa do seu orientador, para que pudesse concluir a dissertação de mestrado a tempo.
  
4. Francisco Soares nasceu no subdistrito de Atabae, Distrito de Bobonaro, que geograficamente fica no centro norte do país e representa o grupo étnico Quemak. Ele formou-se em Ciências Governamentais na Universidade Timor-Timur (UNTIM) em 1996, e durante a ocupação militar da Indonésia trabalhou como funcionário público no Palácio do Governador. Após a Independência lecionou na Universidade Nacional Timor Lorosae e também se envolveu na construção política do país, tendo formado um

partido político no qual assumiu o cargo de vice Presidente até dezembro de 2007, o Partido Social Democrata de Timor-Leste (PSDTL). Isto se deu dois meses antes de deixar o país para a formação em pós-graduação na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, em fevereiro de 2008. Francisco Soares foi ao Encontro em São Paulo, no entanto se negou a dar entrevista formal.

5. Eurico dos Reis de Araújo nasceu no subdistrito de Hatólia, Distrito de Ermera, e representa o grupo étnico de Mambae Maudia. Esse grupo vive no distrito de Ermera, o distrito com maior produção de café do país, que fica na região central do país, e a maioria desse grupo vive como agricultor de café. Esse grupo étnico é muito culto e muito sensível com a sua cultura, ainda que as manifestações culturais sejam de caráter fechado, sem cerimônias públicas. Eurico formou-se em Ciências Governamentais na Universidade Nacional Timor Lorosae em 2003. Durante a ocupação militar Indonésia ele trabalhou como funcionário público no Ministério de Informação Indonésia no Timor-Leste. Após a independência trabalhou na Emissora Nacional da Rádio e televisão de Timor-Leste (RTTL) como diretor e editor das notícias em versão portuguesa, de 2002 até 2003. No ano de 2005 foi transferido para a Universidade Nacional Timor Lorosae (UNTL), como coordenador do secretariado na Faculdade de Medicina, e também lecionou na mesma universidade, na faculdade de Ciências Sociais e Políticas, até o mês de janeiro de 2007, um mês antes de deixar o país para a formação na UFPE, no Brasil. Eurico concedeu entrevista de aproximadamente duas horas, em São Paulo, durante os dias do Encontro de Estudantes Timorenses.
  
6. Joaquim Belo nasceu em Quelicai, distrito de Baucau, em 1969. Geograficamente esse lugar fica na ponta leste do país, e ele é de origem do grupo étnico de Makassae, que por sua vez é parte do grupo étnico Firaku. Joaquim formou-se em Matemática no ano de 2003 pela Universitas Negara Semarang (UNNES), em Java, Indonésia, e retornou ao país no mesmo ano. Um ano depois, em 2004, passou a lecionar na Universidade Nacional Timor Lorosae - UNTL, até que deixou o país em fevereiro de 2008 para realizar a formação em pós-graduação no Brasil. Atualmente está em processo de formação no curso de pós-graduação em Ciências de Matemática na Universidade Federal de Goiânia (UFG).

7. Henrique Mau-Doben da Costa nasceu no subdistrito de Atabae, Distrito de Bobonaro, que geograficamente fica no centro-norte do país e representa o grupo étnico Quemak. Ele formou-se em Agronomia pela Universidade Timor-Timur (UNTIM) em 1996, e durante a ocupação militar da Indonésia trabalhou como funcionário público no Ministério de Agricultura em Timor-Leste e voluntariamente ensinou no Departamento de Agronomia da Faculdade de Agricultura da Universidade Timor-Timor que após a independência se transformou em Universidade Nacional Timor Lorosae. Após a independência trabalhou na Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e lecionou na Universidade Nacional Timor Lorosae, até Fevereiro 2007, uma semana antes de deixar o país para a formação no curso de pós graduação em Fitotecnia no Brasil, na UFC, em Março de 2007.

Como se pode perceber, houve muita dificuldade na obtenção dos dados; seja no que se refere à comunicação *on-line (internet)*, seja na realização de entrevistas formais, gravadas. Dentre os que não puderam ou se negaram a fornecer a entrevista, temos dois pertencentes ao grupo Firaku e um ao grupo Kaladi. Assim, o grupo de entrevistados ficou reduzido a três, com os quais foram obtidas entrevistas aprofundadas, com verdadeiros relatos de vida, dois entrevistados do grupo Kaladi e um apenas do grupo Firaku. Penso, entretanto, que a qualidade dos dados resultantes das entrevistas permitirão uma boa reflexão sobre as principais questões que orientam esta dissertação.

Em sua estrutura, a dissertação está composta de três capítulos cujo conteúdo apresento a seguir.

No primeiro capítulo, descrevo o processo de construção do estado timorense como um país que conseguiu a independência em 2002, após a colonização dos portugueses por 450 anos e a ocupação indonésia por 24 anos, e apresento os desafios que o país hoje enfrenta. Desafios internos quanto à participação política, bem como os de ordem administrativa e os externos, como forma de manter sua posição como país independente e soberano frente à região e ao mundo.

No segundo capítulo, discorro sobre a diversidade cultural no Timor-Leste. Um país com área de aproximadamente 14.609 km<sup>2</sup> e cujos idiomas principais partem do litoral em direção ao interior. A configuração das identidades étnicas no país, representa a identidade própria de cada grupo étnico e as tensões e desentendimentos entre esses grupos étnicos, o

que resulta em vários conflitos seja esporadicamente ou de forma mais sistemática, antes e após a independência.

No terceiro capítulo apresento as narrativas de vida dos sujeitos que foram contatados e entrevistados, em dois lugares diferentes: São Paulo e Fortaleza. As narrativas versam sobre a trajetória de vida dos entrevistados, as experiências vividas em cada etapa dessa trajetória e o ponto de vista de cada um sobre o Estado do Timor-Leste e os conflitos étnicos, hoje, depois de uma experiência de vida fora do seu país de origem.

# Capítulo 1: A Construção do Estado-nação

## 1.1. A Colonização Portuguesa

Há duas abordagens históricas sobre a ocupação estrangeira no país, uma sobre o domínio português sobre o Timor-Leste, outra sobre a passagem do domínio de Portugal para a Indonésia, e mais recentemente voltam-se, sobretudo, para as questões referentes à identidade coletiva, etnicidade e nacionalismo<sup>11</sup>.

Quanto ao domínio do Timor-Leste pelos portugueses, relata-se que estes foram atraídos pelos recursos naturais existentes na parte oriental da ilha Timor, em 1514, trazendo os missionários e a religião católica que atualmente é predominante no país. Com a chegada do primeiro governador, vindo de Portugal em 1702, deu-se início à organização colonial do território, criando-se o Timor Português. Em 1914, a sentença arbitral assinada entre Portugal e os Países Baixos (Holandeses) para terminar com os conflitos entre os dois países e para a delimitação do território, fixando, então, as fronteiras que hoje dividem a ilha (TUPINAMBÁ, 2004).

Quando os primeiros Portugueses chegaram a Timor, cerca de 20 anos depois de Vasco da Gama ter descoberto o caminho marítimo para a Índia (1498), encontraram na ilha um conjunto de reinos bastante heterogêneos. Os contatos iniciais foram muito limitados (BRANCO, 1987), fixando-se em algumas trocas comerciais numa ou outra localidade junto à costa. Só no século XVII, já depois de se terem instalado na ilha de Solor, e porque o comércio do sândalo tinha certo interesse econômico, é que os Portugueses se estabeleceram em algumas zonas costeiras, ali se fixando especialmente comerciantes e missionários.

A relação dos Portugueses com os régulos (soberanos, chefes) dos reinos timorenses era diminuta e foi graças aos missionários que houve uma aproximação progressiva entre ambos os povos.

---

<sup>11</sup>A respeito dos acontecimentos históricos relacionados à anexação do Timor-Leste pela Indonésia, vide Jacques Jurquet (2005,p.189-205).

Foi a chegada dos holandeses ao mar Índico, seus rivais no comércio, que levou os portugueses a se estabelecerem em Timor, com uma presença mais significativa, conformando um período a que poderemos chamar de pré-colonial. Esse colonialismo incipiente caracterizava-se pela construção de lugares fortificados com ajuda das pessoas nativas e o estabelecimento de alianças com os régulos para proteção mútua e a exploração do comércio.

Só em finais do século XVIII, face às varias revoltas de diversos reinos timorenses contra os portugueses, muitas vezes dirigidas e incentivadas pelos holandeses, que, entretanto, se fixaram no lado Oeste de Timor, é que os portugueses iniciaram um plano sistemático de colonização (ARAÚJO, 1979). Avançaram para o interior da ilha, até então praticamente desconhecida, e programaram uma política de alianças com os vários reinos, comprometendo-se estes a respeitar a soberania do rei de Portugal. Portugal respeitou parcialmente as divisões tradicionais da região, assim como a autoridade dos vários *liurais*<sup>12</sup>, implementando uma política de não interferência. Em contrapartida, os reinos comprometiam-se a pagar uma finta ou imposto. Foi devido aos impostos a pagar que se originaram umas quantas revoltas que culminaram, em 1912, com a que ficou conhecida como a revolta de Manufahi, fortemente reprimida pela administração portuguesa. As revoltas que aconteceram entre 1892 e 1912 vitimaram mais de noventa mil timorenses (ARAÚJO, 1977:37).

Dessas revoltas, facilmente se depreende que o povo timorense nunca aceitou de bom grado a presença e a interferência de estrangeiros. No entanto, vale referir que o conceito de *povo timorense* só começou a ganhar forma na segunda metade do século XX. Timor, como já referi, era um território constituído por vários reinos, alguns deles isolados entre si por barreiras naturais, como as montanhas, com o uso de diferentes línguas e tradições e costumes diversos. Até o século XX, nunca houve uma unidade efetiva desses reinos. Quando muito, em tempo da guerra faziam alianças entre si para lutar contra a presença estrangeira (indonésios, chineses, portugueses) ou contra outros grupos que foram considerados rivais.

---

<sup>12</sup> *Liurai* era uma posição (chefe) de uma comunidade e que tradicionalmente foi considerado pelo povo como o líder comunitário com mandato indeterminado; ou uma posição que foi considerada como uma pequena monarquia mais próxima da população. Atualmente essa posição (*liurai*) é considerada como referência aos líderes comunitários, chefes dos sucos ou chefes de Bairros.

Para Portugal, o valor econômico de Timor foi sempre problemático. Segundo Araújo, inicialmente Portugal pretendia controlar o comércio de sândalo, cuja hegemonia pertencia aos chineses, o que nunca conseguiu controlar totalmente, e quando esse produto perdeu o seu interesse comercial o território não conseguiu encontrar um produto substituto. Assim sendo, Timor foi uma das poucas colônias portuguesas a não conseguir financiar-se a si própria, dependendo economicamente de Lisboa, de Goa e de Macau.

A administração portuguesa no território dependia de financiamentos de impostos, por um lado, e por outro ao atraso econômico do território. No século XX é que se lograram programar novos produtos agrícolas e a sua exploração mais sistematizada. Um desses produtos foi o café, tendo sido uma das principais fontes de rendimento da colônia até 1975. Mesmo assim, como diz Geoffrey C. Gunn no seu livro *Timor lorosae; 500 Anos*, (1999. pág.177) “a experiência de Timor Português nos primeiros tempos de pós-guerra sugere que o território era mais um encargo que uma fonte de receita para os recursos coloniais”.

Curiosamente, enquanto em outros territórios coloniais portugueses se estabeleceram alguns milhares de colonos que exploravam os recursos naturais dos mesmos, em Timor isso não se verificou. A presença de portugueses era praticamente nula, limitada ao pessoal administrativo, e mesmo assim alguns deles eram nativos, aos militares em serviço, a uns quantos condenados políticos e a alguns empresários e fazendeiros (PIRES, 1991).

Dois dos maiores impactos que a presença dos portugueses e dos holandeses teve na ilha de Timor dizem respeito à questão das fronteiras e à questão religiosa (ROCHA, 1996). Toda a ilha de Timor, até a chegada dos europeus, era, como já o dissemos, um conjunto de reinos ora comungados pelas tradições comuns, ora separados pela geografia do terreno, pela língua e pela etnia. A presença dos portugueses não se estendeu a todo território, ou a grandes áreas dos mesmos. Segundo Araújo, os portugueses elaboraram um mapa dos pequenos territórios ou localidades costeiras no norte da ilha, só em 1916, depois de demoradas conversações entre os governos portugueses e holandeses, quando então se chegou a um acordo fronteiriço (GUNN, 1999).

A questão religiosa tornou-se um fosso entre as duas partes da ilha. Enquanto na parte holandesa se difundiu o protestantismo, havendo, no entanto, certa liberdade religiosa para a prática de outras formas de religião, como o Islamismo e animismo, na parte

portuguesa difundiu-se o catolicismo, sendo combatidas quaisquer outras formas de religião.

Durante a segunda guerra mundial, os aliados (australianos e holandeses) envolveram-se numa guerra dura contra as forças japonesas em Timor. As forças japonesas entraram em Timor-Leste em fevereiro de 1942 para expulsar as forças australianas que tinham ocupado o território em dezembro de 1941, violando a neutralidade da então colônia portuguesa. Algumas dezenas de milhares deram a vida lutando ao lado dos aliados.

Em 1945, a administração portuguesa foi restaurada no Timor Português. Seguiu-se um período de quase três décadas em que não se manifestaram movimentos pela independência. As guerras nas colônias africanas não encontraram eco na longínqua Timor. A razão para a ausência de sentimentos e movimentos defensores da independência da colônia, pode residir no fato do domínio português ter funcionado, ao longo de séculos, como aglutinador de vários povos e defensor da identidade étnica, cultural e política da região face aos vários expansionismos em ação na Insulíndia, a região insular asiática que compreende as ilhas da Indonésia, das Filipinas, da Malásia e de Timor, com a área oceânica adjacente. Além disso, a presença portuguesa não assumiu um caráter de exploração econômica, visto que a precária economia timorense era dominada por uma pequena população de origem chinesa e árabe, há muito tempo estabelecida no território.

Os portugueses deixaram o Timor-Leste depois de Revolução dos Cravos em 25 de Abril 1974 e oficialmente o governo português deu liberdade para o território quanto à determinação e autodeterminação do seu futuro, sem que isto se desse via processo de descolonização. Assim, o território mergulhou numa guerra civil entre os timorenses durante o ano de 1974 e até 1975, antes de os militares Indonésios invadirem o território, no dia 7 de Dezembro de 1975.

Após a revolução dos cravos, em 25 de Abril 1974, Portugal deu a opção para as províncias ultramarinas escolherem o seu próprio futuro: ser um país independente ou ser definitivamente unido a Portugal, e quanto a isto, o Timor Português decidiu ser um país independente e proclamou a sua independência no dia 28 de Novembro de 1975, após uma breve guerra civil entre os partidos políticos timorenses, intitulado-se República Democrática de Timor-leste. Apenas nove dias depois, no dia 7 de Dezembro do mesmo ano, a nova nação foi invadida pela Indonésia que ocupou o território durante os 24 anos

seguintes. O Timor-Leste mergulhou na violência fratricida e o governador Mário Lemos Pires, destituído por orientação precisa de Lisboa, e sem forças militares suficientes para recompor a autoridade portuguesa, abandonou a capital e refugiou-se na ilha de Ataúro.

A Indonésia justificou a invasão alegando a defesa contra o comunismo, discurso que lhe garantiu as simpatias do governo dos Estados Unidos da América e da Austrália, entre outros, mas que não impediu a sua condenação pela comunidade internacional. À invasão da Indonésia seguiu-se um dos períodos mais trágicos para o país, após a segunda guerra mundial. A Indonésia recorreu a todos os meios para dominar a resistência, o que causou cerca de 200.000 vítimas de combates e chacinas (CAVR 2003). As forças policiais e militares indonésias usavam, de forma sistemática e sem controle, meios brutais de tortura; as populações rurais e das áreas de maior excesso na disputa com a guerrilha, eram encerradas em aldeias de recolonização, quando se procedeu, ainda, à esterilização forçada de mulheres timorenses (GUNN, 2007).

Simultaneamente, a fim de dar ao fato consumado da ocupação um caráter irreversível, desenvolveu-se uma política de descaracterização do território no plano cultural; como o ensino do português e a islamização; ou no plano demográfico, com a javanização; quer ainda no plano administrativo e político, com a integração de Timor-Leste à Indonésia, como sua 27ª província (GUNN, 2007). A esta descaracterização há que se acrescentar a exploração das riquezas naturais por meio de um acordo com a Austrália para a exploração do petróleo no mar de Timor.

No campo, a guerrilha não se rendeu, embora com escassos recursos materiais, humanos e financeiros e apesar de ter sofrido pesadas derrotas, como a deserção de dirigentes e a perda de outros, como a morte em combate de Nicolau Lobato, Primeiro Ministro em 1978; ou ainda a detenção de Xanana Gusmão, em 1992. Embora reduzida a uma escassez, centenas de homens mal armados e isolados do mundo conseguiram, nos tempos mais recentes, alargar a sua luta diplomática, para o que contou em muitas circunstâncias com a compreensão e o apoio da Igreja Católica local, liderada por D. Carlos Filipe Ximenes Belo, o bispo de Dili e os Salesianos Dom Bosco – SDB<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Segundo Geoffrey Gunn (2007) a Igreja Católica foi, durante o regime Indonésio, o principal apoio para a população timorense, sob a liderança de D. Carlos Felipe Ximenes Belo.

## **1.2. A Invasão da Indonésia e a tentativa de extermínio cultural timorense.**

Há também duas abordagens a respeito dos dois ocupantes diferentes do território timorense: uma que salienta as características e a unicidade dos grupos étnicos em questão, bem como a sua existência supostamente multissecular e multiétnica; e outra abordagem focada nas distinções com os outros grupos e as suas motivações. Dessa forma, as identidades coletivas foram criadas, apagadas e reformuladas, consoante o momento conjuntural. Neste caso, segundo o relatório da CAVR (2003) foi o regime colonial português, mas muito mais ainda a invasão pela Indonésia que forjaram, no plano ideológico, a consciência que agora existe no Timor Leste de lutar para ser reconhecido como um povo, uma pátria e uma nação.

O Timor Português é um pedaço da ilha que geograficamente fica no Sudeste Asiático. Sua posição fica entre a Indonésia e a Austrália e ele foi colonizado pelos portugueses no início do século XV, quando era reconhecido como Província Ultramarina portuguesa, o que durou 463 anos (1511 – 1974), conforme Araújo (1975). Como já dissemos no tópico anterior, os portugueses abandonaram a ilha sem julgar ter por ela qualquer responsabilidade como país colonizador, após a revolução dos cravos ocorrida em Portugal no dia 25 de Abril de 1974.

O esvaziamento da ilha como província ultramarina deu-se sem o processo de descolonização pelo governo português, que foi considerado legalmente como país *de fato e de jure* da ilha. Os acontecimentos mais trágicos, que deixaram os timorenses mergulhados numa guerra civil entre os próprios timorenses, se deram em razão de vários fatores, entre os quais os partidos políticos que existiam na época, incluindo os conflitos étnicos entre o Leste e Oeste (GUSMÃO, 1994).

Assim, com a situação descontrolada, a Indonésia, movida por ambição territorial, mais a política anticomunismo apoiada pelos Estados Unidos da América e a Austrália, começou a invasão no dia 7 de Dezembro de 1975, nove dias depois da proclamação da Independência do Timor pelo partido FRETILIN (Frente Revolucionária do Timor Leste Independente), no dia 28 de Novembro de 1975.

O país não foi reconhecido internacionalmente durante os 24 anos da ocupação Indonésia, 1975 – 1999, mas após o referendo que foi organizado pelas Nações Unidas e que ocorreu em 30 de Agosto de 1999, quando a maioria (73%) das populações votou a favor da independência e 27% das populações votou a favor da autonomia dentro da República Indonésia (MARTIN, 2000).

De fato, a invasão Indonésia com recurso à força militar teve um grande sucesso, da Libertação Nacional (FALINTIL). A Indonésia começou então a programar a estratégia política de “*cuci otak*” (lavagem cerebral) sobre qualquer pensamento de independência do Timor-Leste como um país soberano e transformou-o na expressão *kita bersaudara, dan kita telah merdeka*” (somos irmãos, e nós já conseguimos a independência), para que todos se vissem como parte da República Indonésia e não almejassem a independência como um país soberano. Outra forma foi uma estratégia política de “*Timor-Timur telah kembali ke pangkuan ibu pertiwi*” (Timor-Leste já voltou no colo da nossa própria mãe), quando então é mostrado e considerado como um filho que foi encontrado novamente depois de desaparecido há muito tempo. Assim, os povos timorenses se sentiriam como verdadeiros irmãos e politicamente como parte da Indonésia, tanto do ponto de vista político como cultural.

Culturalmente, foi mais um sofrimento ideológico que reproduz a prática ocidental (Portugal e a ditadura de Salazar), como referiu Noam Chomsk (1979) sobre o povo do Timor-Leste. Segundo ele, o povo do Timor-Leste está entre as vítimas da atual fase da ideologia e da prática do Ocidente.

Tudo isto pareceria colocar o Timor-Leste na situação de um país que tem um destino fatal, de um povo tido como insignificante e que é submetido então na sua vida diária ao modo dominante de outra cultura, invasora, como uma forma de provocar mudanças que atendessem os interesses dos ocupantes, como um triunfo de estratégia política dos invasores (indonésios) numa parte, e na outra colocou o povo, política e/ou culturalmente, numa situação *impossível* para atingir a autodeterminação do território e de seu povo. Essa foi a questão fundamental na resistência do povo timorense contra a dominação colonial e a ocupação pela Indonésia (BELO, 2008)

Historicamente analisando, antes da invasão a tensão entre efetividade e legitimidade foi experimentada pelos timorenses durante o período da guerra fria. A

confrontação bipolar foi responsável pela aceitação da invasão e ocupação do território da Indonésia e o genocídio do povo timorense. De fato, a legitimidade do comportamento indonésio em Timor-Leste foi aceita como um preço razoável a pagar pela proteção dos interesses ocidentais na região. A luta contra o comunismo no Sudeste Asiático, o trânsito de submarinos nucleares entre o Pacífico e o Índico, as petrolíferas do mar de Timor-Leste, a defesa da minoria católica no lado do maior país muçulmano do mundo (TAYLOR, 1999).

Em grande medida, o adormecimento da questão do Timor-Leste na agenda internacional durante os 24 anos de ocupação militar da Indonésia, ou seja, a ausência de questionamento ativo no mundo, e o desconhecimento do território, foram considerados como uma oportunidade de aceitação para programar a expressão política de extermínio cultural timorense. E em razão da guerra do Vietnã e dos Estados Unidos da América, e a expansão do comunismo na região em meados dos anos 1970, pela chamada *teoria do domínio* na interpretação das dinâmicas dos dois blocos durante o período da guerra fria, deu-se o apoio dos materiais da guerra para a Indonésia como Estados Unidos da América e Reino Unido; este último via Austrália.

Este esquecimento tático sobre a legitimidade, pela comunidade internacional, permitiu à Indonésia sentir-se livre para usar a efetividade dos fatos consumados como seu argumento. Anderson (2000) ilustra esta utilização da efetividade pelo ocupante, narrando uma confidência que lhe foi feita por um agente dos Serviços Secretos Indonésios, seu amigo, em vésperas da invasão. Para Anderson, a expectativa internacional era a de que, mais cedo ou mais tarde a resistência dos timorenses orientais seria destruída e o mundo aceitaria a absorção da antiga colônia portuguesa pela Indonésia, como aceitara, duas décadas antes, a integração de Goa na Índia de Nehru.

Assim, após a invasão a Indonésia transformou o Timor Português dando-lhe outro nome, Timor-Timur (Timor-Leste), e o estatuto de 27<sup>a</sup> província da Indonésia. A posição de Portugal foi de vinculá-lo às funções de potência administrativa até que os timorenses pudessem exercer um genuíno ato de determinação, conforme a Resolução das Nações Unidas nº 1514, capítulo XV, de 1960, sobre a concessão da independência aos povos e países coloniais. A Resolução impõe que a integração seja “resultado da livre expressão dos desejos dos habitantes do território, agindo com total conhecimento da mudança do seu

estatuto, e sendo os seus desejos expressos através de um processo consciente e democrático, conduzido de modo imparcial e baseado no sufrágio universal”.

No entanto, nota-se que, apesar desta orientação constante na literatura jurídica internacional e na prática política e diplomática, ela não se mostrou uma influência para a alteração da estratégia política da Indonésia no Timor-Leste; pelo contrário, aumentou o sofrimento dos timorenses via pressão cultural sistemática. Como habitualmente os timorenses chamavam os pais com palavra papá (pai) e mamá (mãe) isto se transformou com a língua indonésia em *bapak e ibu*. Outro ponto de extermínio cultural sistemático foi a javanização, a islamização e a facilidade aos casamentos mistos (THOMAZ, 1994).

Essa estratégia política de extermínio cultural conseguiu influenciar a fala e o comportamento das novas gerações, em vários atos de violência mimética (SEIXAS, 2007) com alguns termos mais fáceis de serem pronunciados, para provocar as tensões e atos violentos, que antes não existiam culturalmente no Timor Português, como a palavra *dasar monyet* (*Ó seu macaco*) ou *kepala dua* (*duas cabeças/dois pensamentos*). Foi um termo comum usado sistematicamente pelos indonésios no trato com os timorenses, denominando-os de pessoas que não sabem agradecer o bem. De outra parte, só consideraram juridicamente legal como parte de Portugal, do que o fato de que a Indonésia é que governava a ilha, e considerou-a como 27ª província da Indonésia.

O Timor-Leste que surgiu como nação independente, no dia 20 de maio de 2002, após 450 anos de dominação colonial e 24 anos de ocupação militar Indonésia, representa um enorme desafio, não somente pelas tarefas de construção do Estado-Nação, mas também pela necessidade de acomodação e integração na comunidade regional e internacional.

Deve-se considerar, ainda, que o Timor-Leste independente emerge numa situação global e regional indubitavelmente desfavorável. Com a atenção global concentrada nos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 e nos conseqüentes bombardeamentos do Afeganistão, a problemática situação interna da vizinha Indonésia e a indiferença da ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático em sigla inglesa), temos um conjunto de elementos que contribuíram para que o contexto regional do nascimento de Timor-Leste como Estado independente fosse muito difícil (REID, 1979).

### 1.3 O Desafio de Construção do Estado-Nação.

Tendo o Timor-Leste optado por um governo republicano e democrático, o grande desafio que enfrentou e enfrenta atualmente é como conduzir o processo da construção do Estado-Nação, nos moldes ocidentais, em um país culturalmente estruturado em torno às configurações dos grupos étnicos.

Conforme a história oral, que é contada de boca-a-boca, antigamente, antes da chegada dos portugueses, a ilha não era dividida como agora, mas foi governada por dois irmãos com um sistema político de *Dato* (uma monarquia tradicional que existiu antes da chegada dos portugueses e holandeses) que cobria toda a ilha de Timor. Segundo se conta, o lado ocidental (*Wehale*) foi governado pelo Irmão mais velho e foi governado pelo irmão mais novo no lado oriental (*Webiku*). Conforme a história oral, o sistema político de *Dato* foi destruído pelos holandeses e os portugueses e estes dividiram essa ilha em dois lados: o lado ocidental tornou-se colônia dos holandeses e o lado oriental foi colonizado pelos portugueses. O sistema econômico que existia naquela época era o sistema econômico *barter* porque na época ainda não existia moeda como instrumento de troca.

Os desafios internos que os timorenses enfrentaram após a independência foram muitos e de bastante complexidade: em razão dos interesses dos países doadores; porque também se instalou a dúvida entre alguns dos líderes timorenses que voltaram ao país após a independência, os líderes que resistiram no país no tempo todo da ocupação, e as próprias populações, sobre qual sistema deveria ser adotado; sobre quais políticas econômicas, sociais e de segurança representariam o interesse da maioria das populações, sem minimizar a função de um governo transitório das Nações Unidas (UNTAET, sigla em Inglês) que formalmente foi estabelecido no território para preparar a transferência do poder aos próprios timorenses.

Tal complexidade levou a uma onda de descontentamento entre os próprios líderes timorenses, que se acusavam mutuamente em razão de não estarem influenciando politicamente em todo o processo de tomada de decisões do governo transitório das Nações Unidas que já havia se estabelecido no território.

O desentendimento entre os líderes timorenses foi uma grande oportunidade para os países doadores virem a cultivar os seus interesses. Deixaram o país viver numa situação de

instabilidade em todos os setores, deixaram as instituições existirem numa situação de fragilidade e desorientação, de forma que o país se colocou como um país inviável frente à região e ao mundo. Assim, todos os esforços e todos os interesses dos países doadores, já cultivados no território, se mantinham estabelecidos, assim como a presença dos países interessados se mantinha firme, bem como as suas posições no país, de forma que o país vive numa posição de total dependência a eles.

Se acreditarmos na possibilidade de construção do Estado-nação timorense, então será necessário, como um país que é ainda muito frágil em todas as partes, que as populações também tenham um grande esforço maciço e sustentado em todas as frentes, a nível nacional, regional e internacional, para assegurar a estabilidade como um país independente e soberano. Entretanto, no espaço do governo de transição o nível político, as instituições, e as práticas democráticas ainda são rudimentares. Uma grande esperança estava na dependência da preparação e da elaboração de uma constituição da república. Esta foi preparada pelos membros da assembléia constituinte, cujos membros foram eleitos pelo povo, mas sem uma experiência de funcionamento da democracia. Os primeiros anos foram críticos porque o país ensaiava viver uma cultura política geradora das democracias ocidentais; o que, para um país como o Timor-Leste, foi muito crucial na prática diária uma vez que algumas das normas da democracia se confrontam com a própria cultura timorense e, portanto, com normas culturais que existem de gerações a gerações para que a sociedade timorense funcione efetivamente.

Para se adequar ao modelo ocidental do Estado-nação, igualmente essencial para o futuro do Timor-Leste seria o desenvolvimento dos recursos humanos necessários para o funcionamento de uma burocracia eficiente, de um sistema judicial baseado no estado do direito democrático (artigo 6 da Constituição RDTL) e nas próprias normas culturais, existentes há tempos e que também foram reconhecidas pela constituição da República. Isto porque são escassos os recursos humanos qualificados existentes no país e será difícil conseguir o regresso do pequeno número dos quadros governantes, hoje habitando a Indonésia, e outros quadros de Estado, se tivermos como referência às trias *políticas* de Montesquieu – executivo, legislativo e judiciário-sobretudo devido à debilidade no sistema judiciário. Seria necessária, ainda, uma cultura burocrática centrada na prestação de serviços para os cidadãos, a aversão à corrupção e uma forte adesão à transparência e a *accountability* seria central para este esforço. Tudo isso para reduzir os gastos, tornar os recursos mais eficientes e ter a diminuição da pobreza como o topo da agenda econômica do

Estado, segundo o Timor Post, edição de 24 de Julho de 2008. Alguns problemas associados incluem um vasto desemprego, o colapso dos sistemas adotados nas instituições do Estado, com as diferenças acessórias de vários países, e os próprios sistemas que já são praticamente adotados no país, como *button up planning*, mas não como *top down planning* que é praticado pelo o atual Estado (Timor Loro Sae Nação de 20 de agosto de 2008).

Seguindo o quadro que a UNTAET e o governo anterior criaram, a paz e a estabilidade internas são fundamentais para o sucesso do processo de construção da nação e para o crescimento econômico. Como já foi referido, também crucial foi considerada a existência de instituições e de pessoal de formação. Essencial, ainda, a existência de uma força do estado bem organizada e sustentada em leis efetivas e justas, de forma a garantir a paz e a segurança. Ocorre que as ameaças à segurança interna, à lei e à ordem se dão quando da ocorrência de incidentes que se potencializam em conflitos violentos entre os grupos étnicos, além da violência das próprias instituições de repressão da violência: instituições policiais, comandadas por kaladis e instituições militares, apoiadas por Firakus o que mostra a centralidade da questão étnica, pois que estes já ocorreram desde o período colonial português, depois no tempo da resistência e da ocupação Indonésia. Uma questão étnica que foi utilizada pelos colonizadores e ocupantes para dividirem os próprios povos colonizados. O clímax desta divisão se deu quando ocorreram os conflitos étnicos no ano de 2006 que tiveram como efeito a destruição de algumas das instituições do Estado, como a Instituição das Forças Armadas e a Polícia Nacional do Timor-Leste, e causou vítimas e milhares de deslocados dentro do país.

#### **1.4 O Timor-Leste e a região.**

As perspectivas do Timor-Leste para se manter como nação independente, segundo o modelo de uma república democrática, dependem, em larga medida, da forma como este venha a se inserir na região e da sua capacidade para enfrentar quaisquer desafios regionais que possam surgir. Aqui se destacam as relações entre os seus vizinhos próximos, a Indonésia e a Austrália.

As relações de Timor-Leste com a Indonésia, entretanto, pelo menos inicialmente deverão ser incômodas. Enquanto as respectivas lideranças procuram ultrapassar as amargas heranças do passado recente, após a crise de 1999, fator considerado crucial para o

desenvolvimento da reconciliação bilateral, o Timor-Leste tem igualmente que se precaver para que não se transforme num peão da geopolítica entre a Indonésia e a Austrália; para que involuntariamente não ofenda a um dos dois lados, o que complicaria as relações entre aqueles dois países.

A importância de que as relações entre os dois países sejam melhores está também na necessidade de um apoio significativo de assistência econômica para o futuro. Como divulgado, “Provavelmente a Austrália também terá um forte interesse econômico em Timor-Leste, e deverá ser equilíbrio com uma avaliação da importância estratégica da Indonésia” (Timor On-line 18 de março de 2007)<sup>14</sup>.

Da mesma forma, o país necessitaria desenvolver boas relações políticas e econômicas com outros países do Sudeste Asiático, tanto dentro como fora da região, no contexto da ASEAN, em termos de auxílio, investimento e comércio; e, de outra parte, pelo legado cultural comum do colonialismo ibérico e do catolicismo que poderiam tornar as relações com as Filipinas particularmente importantes. Apesar dos seus problemas recentes<sup>15</sup>, a ASEAN ainda é uma organização produtiva e vibrante na região e pode, possivelmente, produzir mais benefícios para o país no futuro, boas vizinhanças e relações pacíficas, relações culturais, o seu enfoque no desenvolvimento econômico, auxílio mútuo e ajuda aos novos membros da organização, e as redes estabelecidas como outros agrupamentos regionais e com países relevantes, que serão certamente úteis para o interesse nacional do Timor-Leste.

## **1.5 Desafios Internos**

### **1.5.1. Desafios Políticos.**

No processo de construção do estado democrático, Timor-Leste está tendo que responder a diversos desafios internos – políticos, econômicos, sociais e de segurança interna. A estabilidade interna e a estabilidade regional estão muito ligadas. A paz e a estabilidade na região são condições necessárias para que Timor-Leste possa consolidar o Estado e promover o desenvolvimento interno. Apesar do seu tamanho, por outro lado, a estabilidade interna do Timor-Leste também é

---

<sup>14</sup> Disponível no [www.timoronline.com](http://www.timoronline.com).

<sup>15</sup> Além das dificuldades no Timor-Leste, que ainda não preencheu os critérios para ser membro definitivo da ASEAN, o caso de Myan-Mar e os conflitos recentes são os mais problemáticos.

importante para a estabilidade regional, na medida em que qualquer agitação e instabilidade internas podem ter um potencial efeito *spillover* na região. Para além disso, dada a visibilidade internacional do Timor-Leste em razão do ativo envolvimento da comunidade Internacional na reparação pós-crise, a capacidade de resposta aos desafios constitui um importante teste à qualidade e eficácia da ação internacional que, em função dos resultados, pode enfraquecer ou fortalecer a sua credibilidade. Portanto, a estabilidade futura de Timor-Leste depende de forma crítica da consolidação das instituições democráticas e do desenvolvimento de uma cultura democrática que vá além do mero respeito por regras processuais, conforme a constituição.

A formação e consolidação da capacidade institucional dos partidos políticos, em termos da instituição interna, financiamento, identidade ideológica e relações internacionais é uma condição crucial para a consolidação da democracia e a emergência de um sistema político mais maduro, assim podendo contribuir para aumentar a confiança e esbater tensões.

Uma questão mais complexa é que a igreja católica tem uma forte influência em Timor-Leste e expressou reservas com relação a um sistema que não preserve a sua posição especial na sociedade timorense. Esta é uma questão muito essencial que, se não cuidadosamente gerida, pode ser uma fonte de tensão política interna. Outro aspecto crucial deste processo institucional é a questão da etnicidade nas ocupações das posições políticas, e a capacidade dos indivíduos dos grupos étnicos, sejam Firakus ou Kaladis, para manter um equilíbrio na ocupação das posições, de forma que nenhum dos dois se sinta excluído. Analisando todos esses fatores, necessidades e desafios, pode-se concluir que só assim seria possível alcançar um sistema que reconhecesse e respeitasse os direitos do estatuto dos partidos políticos com menor percentual no parlamento e um equilíbrio das posições ocupadas pelos indivíduos que representam os seus grupos étnicos.

O sistema político que foi adotado para a separação de poderes é fundamental para conservar as normas culturais e a democracia que está reconhecida pela constituição da república democrática, na medida em que previne abusos de poder (MONTESQUIEU, 1791). Uma das dimensões das doutrinas constitucionais liberais que repousam na separação de poderes é a existência de um

sistema judicial independente, capaz de resistir às pressões governamentais e de controlar de forma efetiva a legalidade dos seus atos.

O maior desafio para Timor-Leste será a implementação prática deste princípio, tendo em consideração a fraqueza do sistema judicial para regular esse nível dos conflitos étnicos que já resultaram em 37 vítimas em 2006 e outros conflitos sociais. Para um Estado como Timor-Leste, cujas origens estão tão estreitamente ligadas às maciças violações e conflitos étnicos, será politicamente crucial para a credibilidade e estabilidade, conforme a medida internacional. Só assim Timor-Leste estaria cumprindo os princípios dos direitos humanos constitucionais (artigo 23 Constituição RSTL) com possibilidade de reivindicar a sua universalidade na região, preservando sua individualidade e o respeito às normas culturais existentes.

A implementação de uma cultura democrática baseia-se na tolerância e respeito às normas culturais, normas que existem há muito tempo, como *simu malu hansean maun-alin* entre os grupos étnicos, em todos os níveis. Na tolerância e no respeito pela diferença, como um desafio de longo prazo para um país muito frágil como Timor-Leste, que terá que combater os efeitos do colonialismo e da ocupação de 24 anos, que criou uma cultura de violência, intolerância e desconfiança entre os grupos étnicos. Apesar de que atualmente houve significativa redução de conflitos entre os grupos étnicos (Fórum haksesuk, 24/10/2008), o risco de que o fato venha a ser usado como instrumento político dos grupos marginais está nas divisões de posição entre os grupos de origem Firaku e kaladi.

### **1.5.2. A construção da Capacidade Administrativa.**

Como um país independente, o Timor-Leste precisaria de um sistema de função pública eficiente, transparente e honesta (WEBER, 2004), e isto é de importância central para o sucesso do futuro com um país democrático. Mas conforme o relatório da UNTAET (2001), para tal o Timor-Leste ainda tem dados de alto custo que podem advir de ter uma fraca capacidade institucional, tanto a nível interno como externo. Internamente, um sistema burocrático fraco e disfuncional tem conseqüências muito negativas em termos de fornecimento de serviços sociais, mitigação da pobreza, regulação econômica e credibilidade do

sistema legal. Assim, paralelamente prejudicaria a capacidade dos setores administrativos para desenvolver as políticas públicas de Estado (Taylor, 2000). Esta questão é particularmente relevante por causa da diminuta base de implementação das atividades do Estado, de uma forma que até agora não tem correspondido às expectativas (STL, 23/10/2008).

Externamente, uma fraca capacidade institucional seria uma das causas de uma reduzida capacidade de absorção da ajuda externa, que poderá levar à fadiga dos doadores e a redução dos compromissos da cooperação internacional (TUPINAMBÁ, 2004), justamente quando o Timor-Leste mais necessita de um maior fluxo de ajuda, particularmente no processo de formação do Estado-Nação. A fraqueza institucional prejudicaria a eficácia da diplomacia timorense, crucial para a manutenção dos compromissos internacionais e dos fluxos de ajuda. A falta de atividade diplomática poderia igualmente enfraquecer a capacidade de participação nos *foros* multilaterais e os interesses nacionais no contexto de negociações internacionais (KELLY, 2007).

## Capítulo 2: A Diversidade Cultural no Timor-Leste

O Timor-Leste possui relevo acidentado, repleto de escarpas e vales montanhosos. Os ecossistemas são também diversificados, compostos por nichos ecológicos bem caracterizados e constituem importante apoio para a perpetuação da diversidade humana naquele pedaço da ilha. Isto porque os grupos étnicos de Timor-Leste sempre mantiveram forte identificação com determinados ambientes naturais da ilha. Conseqüentemente, a diversidade do mundo tradicional timorense tanto foi sustentada pelas características naturais do país assim como esta também constituiu condição para esta perpetuação. A relação de equilíbrio mantida com a natureza fortaleceu a tendência de heterogeneidade da sociedade tradicional timorense. Por isso, não há um tipo timorense homogêneo.

O Timor-Leste é o resultado de migrações provenientes do Sul e Sudeste da Ásia. O seu relevo montanhoso e as dificuldades de deslocamento acabaram por evitar que os vários grupos étnicos se misturassem, assim como as línguas de cada etnia. O conhecimento destes diferentes grupos étnicos permite compreender a forma como se organizam social, econômica, religiosa e politicamente. Nem sempre são coincidentes. No entanto, apesar de serem apontados 31 línguas, dialetos e subdialetos, na verdade é difícil chegar a um acordo sobre seu número e classificação.

As línguas principais partem todas do litoral em direção ao interior. Como já referido no capítulo anterior, acredita-se que hoje existem cerca de 24 línguas. A unidade lingüística não corresponde à unidade racial. Os principais tipos raciais presentes em todas as regiões de Timor-Leste são o porto-malaio, o dêuto-malaio e o veda australoide, o melaneid. “A língua tétum é considerada como uma verdadeira língua franca”<sup>4</sup>, conforme o Antropólogo Português Ruy Cinatti no seu livro *Paisagens Timorenses com vultos* (1974).

Os grupos étnicos que se localizam no país e que representam a sua identidade, língua e cultura são em número de 31 grupos étnicos, conforme o documento *The 2001 Survey of Sucus*, publicado em Outubro de 2001, pela East Timor Transitional Administration (ETTA), o Banco do Desenvolvimento da Ásia e a Agencia de Planejamento das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2001). Dentre estes 31, são 16 os grupos étnicos que já foram identificados no país, e existem também alguns

pequenos grupos étnicos que vivem nas áreas mais isoladas e que ainda não foram identificados, mas têm contatos com outros grupos étnicos na parte leste do país.

Os grupos étnicos que sobressaem com a cultura e as línguas são: Mambae, cuja língua é falada, juntamente com o tétum, nos arredores de Díli (capital de Timor-Leste), mas não dentro da cidade. É falado nos sucos<sup>16</sup> de Tibar, Ulmera, Darulete e Leorema no distrito de Liquiça. Nas áreas de Railaco, Ermera, Letefoho e Hatólia, dentro do distrito de Ermera<sup>17</sup>. Em todo o distrito no centro do país, como o distrito de Aileu e distrito de Ainaro, e nas áreas de Hatu-Udo e Same, dentro do distrito de Same-Manufahi. Assim como na faixa costeira de Manatuto que se liga aos distritos de Díli e Ainaro.

Makassae, cuja língua fala-se em todo o distrito de Baucau, excetuando-se uma pequena área em que se fala Uaima'a (algumas zonas das áreas de Vemasse e Baucau). É também falado na área de Luro, distrito de Lautem e nas áreas de Ossu e Uatu-Lari do distrito de Viqueque. No distrito de Viqueque ainda há mais um grupo étnico de Naúeti que se localiza do subdistrito de Watucarbau no leste do distrito.

Quemak, cuja língua é falada nos sucos de Leimea-Craik e Leimea Sorin-Bálu, e em toda a área de subdistrito de Atsabe no distrito de Ermera. Também no suco de Haúba e suco Marobo, em Maliana, Cailaco, Atabae e nos sucos de Leolima e Leohítu, subdistrito de Balibó, no distrito de Bobonaro que fica na fronteira entre o Timor-Leste e a Província de Timor-Ocidental-Indonésia. Bunak, cuja língua é falada no distrito de Cova-Lima, nas áreas de Fatu-Lulik e Zumalai. No distrito de Bobonaro, no subdistrito de Lolotoe e regulados de Bobonaro, Aí - Assa e sucos de Malitait e Louru-Bá. No distrito de Same-Manufahi, na área de Hatu-Udo, Betano e Same, é possível ainda encontrar vestígios de Bunaq.

Tokodede cuja língua é falada em todo distrito de Liquiça, com exceção do extremo oriental da zona de Bazartete, que fala Mambae. Galole, cuja língua fala-se no distrito de Manatuto, subdistrito de Laleia, Lacro e Metinaro. Ataúro, que é falado na ilha de Ataúro, com variações nos quatro sucos da ilha, parecem estar ligados a esta língua e também com as outras línguas faladas em algumas ilhas do norte da ilha, parte da província de Malucas-Indonésia.

---

<sup>16</sup> Ruy Cinatti, Paisagens Timorenses com vultos, 1974.

<sup>17</sup> A divisão territorial urbana no Timor-Leste se dá da seguinte maneira: cidade, distritos, subdistritos, sucos, aldeias e bairros.

Fataluco cuja língua é falada no distrito de Lautem, ponta leste do país, em Tutuala, Lautem e Lospalos. Esta língua é também designada por Dagadá, sendo um nome depreciativo usado pelos outros povos. Baiqueno que têm a língua falada no distrito enclave de Oecusse e na maior parte do Timor-Ocidental-Indonésia. Além destas, ainda existem o Macalero, Marae, o Idaté, o Becais, o Cairui, o Midic e Laclei.

## 2.1 A Configuração das Identidades Étnicas

Atualmente no Timor-Leste tornou-se freqüente a discussão em torno da identidade étnica de alguns grupos, entre os quais estão o grupo de Lorosae (a Leste) e o grupo de Loromonu (a Oeste), pois alguns deles, devido às conseqüências dos processos violentos que ocorreram no ano de 2006 quando aconteceu a crise política e militar, tal como a espoliação de alguns grupos étnicos que participaram sobre os que não participaram na luta pela ocupação Indonésia<sup>18</sup>, das suas casas, terras e de populações, causadas pelos confrontos entre grupos étnicos de Leste e Oeste, sendo que não vivem mais como antes quando tinham contato (Ribeiro, 1970). Muitas foram as mudanças ocorridas, chegando até mesmo a serem extintos alguns ritos, línguas etc. Por outro lado, muitos também foram os costumes da sociedade do Leste (Indonésia) que algumas etnias adotaram depois do contato; tais como casamento, língua nacional (tétum), religião e instituição do Estado. Contudo, mesmo com todas as transformações ocorridas após a independência (20/5/2002), mesmo que não mais compartilhando de sua antiga organização ou grupo étnico, os grupos étnicos no Timor-Leste vêm se mobilizando a fim de se organizar, reivindicado a sua identidade étnica, contrariando todas as teorias que pregavam o fim das etnias timorenses ou a sua integração na sociedade moderna.

Esta pesquisa, portanto, busca lançar também um olhar antropológico sobre o Timor-Leste, por força do próprio contexto vivido pelo país em questão. Principalmente porque se acreditava que uma sociedade timorense emergiria das lutas pela independência e triunfaria sobre as culturas tradicionais, da mesma forma que previam os evolucionistas do século XIX e início do século XX quando afirmavam um caminho único a ser percorrido por todas as sociedades humanas. Mas se percebe o contrário. Esses grupos étnicos estão reclamando para si próprios o reconhecimento como grupos étnicos nativos, e, para tanto,

---

<sup>18</sup> Segundo o discurso do presidente da República do Timor-Leste, Xanana Gusmão, em 24/06/2006.

estão se organizando quanto à retomada da sua própria língua, de cantos, de ritos, e da demarcação de suas regiões como Lorosae e Loromonu. E eles se identificam como Firakus e Kaladis, a fim de deixar evidente aos outros não nativos, como os chineses, árabes e mestiços, que eles não perderam e nem esqueceram o seu passado, que este passado está presente, embora com transformações e mesmo assimilação cultural. Entre os demais grupos imigrantes ainda não identificados, pode ser que sejam criadas novas normas que possam influenciar e mesmo minimizar as atitudes violentas, e, quem sabe, chegar a um equilíbrio em termos de harmonia cultural. Como ressalta Seixas (2007, p.82) “A sociedade timorense é uma sociedade clânica, enquanto que o Estado foi construído segundo um ritual ocidental de transnacionalização da modernidade, criando-se uma arena, porventura latente, entre diferentes perspectivas sóciopolíticas”.

Segundo Seixas (2007, p.86) o significado de Firaku e Kaladi teria conotações classificatórias ligadas à localização geográfica dos grupos. Firaku seria uma palavra de origem Makassai (grupo etnolinguístico do Leste), significando “nosso amigo” de forma depreciativa. Kaladi, que caracterizaria especificamente um grupo etnolinguístico do Oeste, denominado Mambai, teria origem na língua Indonésia (Kaladi = taro, inhame), referindo-se a uma das plantas cultivadas e que no plano simbólico significaria “eles são da terra”, mais antigos; termos também usados de forma depreciativa para a eles se referirem.

Entretanto, uma vez que a maior parte da produção bibliográfica sobre o Timor-Leste foi produzida pelos portugueses e, portanto, são carregadas da visão ocidental, do colonizador, sobre culturas diferentes das de matriz europeia, deve-se considerar que as fontes históricas oficiais mostram apenas uma visão dos acontecimentos. E como a maior parte das línguas no Timor-Leste são línguas orais (GUNN, 2007, p.51), terei que me valer aqui de dados provindos do conhecimento tradicional, das histórias narradas pelos próprios timorenses sobre si mesmos.

Conforme esses relatos orais, conta-se que antigamente, antes de colonização portuguesa no século XVI, não existiam esses dois termos, Firaku e Kaladi. Os dois termos teriam existido depois da chegada dos portugueses à região, no século XVI. Para identificar esses dois grupos, os portugueses, decorrido muito tempo do início da dominação portuguesa, teriam dividido a região em dois lados, conforme o caráter, cultura e as demais diversidades que representam e identificam os próprios grupos étnicos. Os termos Firaku e Kaladi, conforme se conta, foram mal interpretados pelos próprios timorenses, contrariando

o sentido da origem da palavra. A palavra Firaku seria a origem de uma frase em português “Vira o cú” e Kaladi uma palavra portuguesa, “Calado”, no sentido de quieto, submisso. Os portugueses teriam identificado esses grupos conforme o caráter que julgavam ter cada qual. Segundo os portugueses, os grupos étnicos que ocupam a região do Leste do país são compostos de pessoas que têm o caráter, a entonação e o jeito de falar mais duros, e uma expressão descompromissada – se afastam - quando não concordam com uma questão, que se torna então insolúvel. Um pouco difícil para serem convencidos, confrontavam qualquer questão com forte individualidade e orgulho e sempre se negavam a aceitar as regras. Por essas características, com grande orgulho os pertencentes a esses grupos se identificavam dizendo “*eu sou firaku*”.

Os pertencentes aos grupos étnicos kaladi, que ocupam dez distritos do Oeste do país, foram classificados como o maior contingente étnico, porque essa segmentação territorial correspondia às divisões clânicas, comportando mais de dez grupos étnicos. Conta-se ainda que os portugueses teriam observado que a maioria dos pertencentes aos grupos étnicos Kaladi tinham o hábito de serem bons trabalhadores, acatarem as ordens, serem bons ouvintes, terem o costume de falar mais baixo e falar pouco, razão porque os teriam denominado assim. Dessa forma, as pessoas teriam sido classificadas como Kaladi e se identificavam dizendo “*sou kaladi*” com o mesmo orgulho que os Firaku dizem “*sou firaku*”.

Os timorenses teriam então começado a se identificar e se afirmar por esses dois termos classificatórios, Firaku e Kaladi, como uma referência identitária e uma forma de classificação das populações que vivem nos três distritos no Leste do país, os Firaku, e as populações que vivem em dez distritos de centro até oeste, fronteira como a Indonésia, os Kaladi.

Assim, analisando a situação real no país desde a ocupação, tem-se que os Indonésios nunca criaram uma relação de harmonia entre os dois lados. Sempre houve um desequilíbrio na relação dos indonésios com esses dois grupos, uma vez que manter uma boa relação com um grupo, era desacreditar o outro grupo e vice-versa. Por outro lado, o incentivo à acolhida de imigrantes por meio de financiamentos do Estado Indonésio e do Banco Mundial houve uma profunda mudança demográfica. Gunn (2007, p.54) afirma que em 1990 havia cerca de 100 mil não nativos para uma população de cerca de 756 mil pessoas.

É assim que os grupos étnicos timorenses, Firaku e Kaladi, foram divididos em três distritos de Leste (Firaku) e dez distritos do Oeste (Kaladi) do Timor-Leste. Segundo o Jornal Semanário, edição de 19 de janeiro de 2009, os dois grupos atualmente estão se organizando, reivindicam o reconhecimento da sua existência e, desta maneira, procuram diversos mecanismos para se representarem como povo timorense, usando o discurso étnico e alguns traços de sua cultura que acham significativos para marcar a sua identidade e a sua diferença entre uns e outros, mesmo que os grupos étnicos Firaku estejam hoje ocupando a região da ponta Leste do país, localizados no distrito de Baucau, Viqueque e Lautem/Lospalos.

A região habitada pelos grupos Fataluku, Makalero, Waimu'a, Makassae, Tétum Terik e Naúeti, entrou na área de interesse do grupo étnico que foi classificado como étnico Firaku, desde a expansão dos portugueses no final do século XVI, como a região dos maiores produtores de coqueiro e fruta pão. Desta forma, a colonização portuguesa se deparou com um obstáculo no prosseguimento de sua expansão: os Firaku, habitantes primitivos desta região. Estes grupos étnicos, seja Firaku ou Kaladi, resistiram veementemente contra a colonização de suas terras e territórios, pagando caro por isto, pois não foram poupados das atrocidades cometidas pelos colonizadores que, dia após dia, aumentava cada vez mais, principalmente com a construção de infra-estrutura física, como estradas e pontes em todo o território do Timor-Leste, que ligariam a região Leste e Oeste, e que em alguns momentos causou vários ataques destes grupos com Firakus ou Kaladis, funcionários de empresas e instituições do Estado. Em contrapartida, os nativos passaram a ser alvo de ataques violentos, chegando a ser atacados e assassinados em massa.

Por um longo tempo, desde o governo português, não se tomou nenhuma atitude em relação a estas duas regiões, muito pelo contrário, os seus próprios funcionários incentivaram o extermínio destes povos que, conforme Pereira (1986), constituíram-se em atitudes “que nada contribuíam para o progresso do país”. Não só em uma região do país, mas também em varias outras, os povos nativos sofreram com a expansão colonialista sobre as suas riquezas, acompanhada de uma longa agonia que ocupou a grande passagem no século passado, antes de o governo português criar uma assembléia das províncias Ultramarinas em que os timorenses têm representantes (RPU, 1970). Este órgão passou a atuar de forma que os provincianos fossem confinados em pequenas porções das terras, as reservas, propiciando o prosseguimento, sem interrupções, dos progressos dos grupos

étnicos timorenses que antes tinham sofrido demasiado sob pressão dos próprios timorenses que trabalhavam para a administração colonial.

As manifestações dos Firaku e Kaladi são expressas ao longo do tempo. Desta forma, tanto um quanto outro grupo se organiza no que diz respeito à cultura, momento no qual os grupos étnicos timorenses cantam, dançam e fazem suas oferendas aos deuses. Assim, se tal momento revitaliza os traços das populações nativas e a identidade dos grupos étnicos, lhes desperta também o interesse individual, pautado nos convites para se apresentarem fora da aldeia, ou quando da chegada de visitantes de aldeia. Essa relação se baseia em trocas. Tanto Firakus quanto Kaladis vêm nestas apresentações uma forma de conseguir complemento alimentar ou de outro tipo para sua sobrevivência, ao mesmo tempo em que se auto-afirmam como um grupo étnico organizado, dotado de traços diacríticos que os distinguem dos outros e entre si mesmos, dos demais grupos étnicos Firaku e kaladi.

Esses dois grupos étnicos têm locais especiais para estes encontros. São as casas tradicionais que foram construídas com ervas. A dos Firaku são feitas de madeira, têm forma circular e troncos nos quatros cantos e são cobertas por uma espécie de capim. Têm também uma escala própria de utilização, horários para cada grupo cantar, dançar e gritar em sua própria língua, pedindo a Deus para melhorar a vida dos habitantes naquela região.

Aproximadamente compõem esse grupo mais de 10 indivíduos; crianças, adultos e velhos, de ambos os sexos. Em se tratando do grupo Firaku, eles têm duas casas que podem utilizar para expressão de elementos de sua cultura, como museu dos objetos tradicionais que eles adoravam, que eles chamam “casa grande”, lugar que representa a sua tradição, e outro como “a casa de todos” ou “casa das reuniões”. Esse grupo tem um grande apego às suas tradições. Embora sejam católicos, eles guardam a sua história, seus líderes e seus guerreiros, assim como a confecção de produtos de artesanato nos diferentes grupos étnicos na sociedade timorense. Esses eventos acima mencionados são representativos para os nativos desses grupos étnicos timorenses e assumem um caráter de *retomada cultural*, fortificando as fronteiras entre os grupos étnicos nativos e destes com outros grupos de imigrantes<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Vale enfatizar, novamente, que no período de domínio Indonésio, uma política adotada pelo Estado foi a de incentivar a imigração de desempregados em outras províncias da Indonésia, como Celebes, Java Oriental e Bali. Afirma Gunn (2007, p.54-55) que esse movimento de imigrantes se deu de forma rápida e crescente no período 1989-1990, os militares indonésios facilitando o estabelecimento desses contingentes populacionais em barracos temporários, de forma que na capital, Díli, não havia rua que não fosse tomada por fileiras de favelas de imigrantes.

Esta forma de organização faz com que esses grupos étnicos pertencentes às divisões Firaku e Kaladi fortaleçam a sua identidade. Assim, estes e outros traços se mantêm como um conjunto de signos que os distinguem como um grupo diferenciado. Eles não são mais aqueles grupos étnicos isolados, mas também não estão, como muitos almejam, assimilados à sociedade envolvente. A fidelidade às suas origens é mantida, embora com as mudanças. Contudo o ser Firaku ou Kaladi está presente no dia-a-dia, nas relações que estabelecem entre si, nos seus discursos, no sentimento de que um dia foram oprimidos e de que agora é preciso procurar alternativas para sobreviver a toda a agonia sofrida por mais de dois anos (2006-2008) de contato. Como afirma Novaes (1990, p. 9), “este nós coletivo `amplo´ é invocado sempre que um grupo reivindica uma maior visibilidade social face ao apagamento a que foi, historicamente, submetido”.

Aos poucos eles vão se organizando, se afirmam como grupos étnicos e para isto trabalham dia após dia. Há uma preocupação entre eles de poderem ser reconhecidos enquanto dotados de uma identidade – serem reconhecidos exterior e interiormente, pois estes indivíduos criaram relações entre si, sobretudo para fortalecerem os laços intra-grupo. Esta situação favorece o discurso da etnicidade, que para Carneiro de Cunha (1986) deve ser visto como uma forma de *organização política*, pois o reconhecimento exterior é verificado a partir do momento em que são convidados para se apresentarem em eventos tradicionais e cerimônias culturais nas diferentes regiões onde vivem os grupos, além de apresentarem o artesanato. É no momento em que se pintam, cantam as músicas tradicionais, que é permitida a manipulação dos estereótipos presentes no imaginário da sociedade timorense a respeito de quem são afinal os Firakus e Kaladis. A esse respeito, afirma ainda Novaes (1990, p.59) que:

São imagens que devem ser vistas como uma forma retórica, onde a tipificação e a manipulação de estereótipos aproximam-se, enquanto mensagem a ser decifrada, muito mais do interlocutor, um `receptor` tão abstrato quanto o `governo` ou a `sociedade` do que daquele que a emite.

Assim sendo, é esta cultura que eles dizem recuperar; cultura que os nomeia e os distingue, considerando que a organização da experiência e da ação humana se dá por meios

simbólicos, e que as pessoas, as relações e as coisas que povoam a existência humana manifestam-se essencialmente como valores e significados (SAHLINS, 1997).

Por meio destas manifestações, os Firaku e os Kaladi legitimam uma identidade ao criar diferenças e estabelecerem valores numa relação mútua com a sociedade regional. Desta forma, concorda-se com Barth (1998) em sua afirmação de que é necessário fazer uma étnohistória para percebermos as diferenças entre os não grupos étnicos nativos e os grupos nativos para que seja possível fazer “(...) a crônica dos ganhos e mudanças culturais e procurar explicar por que razões determinados itens foram tomados de empréstimos” (BARTH, 1998, p. 191). Isto para não cairmos em concepções falsas sobre os grupos étnicos de Firakus e Kaladis que mantém relações constantes com a sociedade nacional timorense envolvente, pois podemos cair em anacronismos. Portanto, a situação particular destes grupos étnicos nativos e de outros que viveram o mesmo processo de violência é a sua condição de dois grupos tutelados, que pode assim ser descrita:

Após haver sido contatada e se ver sob controle da sociedade regional, a tribo não é passiva à conjuntura interétnica. Dentro de uma situação de contato caracterizada pela contradição entre modos de vida e projetos sociais antagônicos de os brancos e os nativos, estas últimas procuram reagir e ativamente desenvolver diferentes estratégias de resistência. (BRANDÃO, 1998, p. 98).

Confirmando Brandão, podemos dizer que paralelamente ao processo pelo qual Firakus e/ou Kaladis mantiveram relações com a sociedade regional, foram criadas novas necessidades no seu mundo. Elementos do mundo exterior ao seu foram incorporados. Alguns pessimistas poderiam dizer que isto é reflexo de um processo de assimilação, ou seja, de um processo regressivo de perda cultural a que todos os povos nativos estariam sujeitos. Podemos, entretanto, contrapor estas idéias com as de Marshall Sahlins que não admite falar em perdas culturais, mas em transformações culturais, pois determinado grupo humano, devido às imposições culturais da expansão colonialista, no caso portuguesa ou indonésia, passa a reorganizar seu *modus vivendis*.

Em sua obra, *Ilhas de historia*, Sahlins afirma que novos significados são dados àqueles elementos culturais alienígenas, pois “(...) no mundo ou na ação – tecnicamente, em atos de referência – categorias culturais adquirem novos valores funcionais. Os significados culturais, sobrecarregados pelo mundo, são assim alterados” (SAHLINS, 1990, p. 174).

Através destas considerações pode-se dizer que não é possível manter a premissa de que o funcionamento das sociedades tradicionais, depois do contato, está baseado em uma lógica organizacional autônoma. Há uma dinâmica interna e novas interpretações dos elementos culturais ocidentais, o que faz com que os Firakus e os Kaladis, pelas necessidades de sobreviverem adaptam-se à situação para continuarem existindo. Como exemplo, verificamos a adesão destes grupos étnicos nativos timorenses ao batismo católico até nas aldeias e nas áreas mais remotas do país. D'angelis (1994) considera que este fato mostra que, em muitos casos, “a identidade religiosa do branco assume, então, para os índios, a função de revalorização de sua pessoa, de superação de uma imagem negativa de si mesmo, consequência da dominação político-econômico-ideológica”.

Talvez seja esse o processo que tenha levado estes grupos étnicos nativos timorenses a ser em sua maioria (99,7%) católica. Por revalorização ou superação de uma imagem negativa, os nativos aderem a estas alternativas frente às quais o contato lhes colocou, numa tentativa de sobreviverem, dando novos significados a estes elementos externos e incorporando-os. E não é só na religião que isto acontece; encontramos esta incorporação de valores em vários aspectos da sociedade, nos diferentes grupos étnicos, tanto Firakus como Kaladis; também no sistema político e no casamento.

Sabemos, portanto, que para conviver em reserva e ao mesmo tempo manter relação constante com outros grupos, é necessário que essas populações nativas se afirmem como grupos étnicos; que escolham seus traços diacríticos para legitimar sua identidade e para que seus membros tenham o sentimento de pertença, pois, conforme Barth (1998), o contato social entre pessoas de diferentes grupos étnicos permite a persistência de diferenças culturais. E ainda, conforme Carneiro da Cunha:

(...), a escolha dos tipos de traços culturais que irão garantir a distinção do grupo enquanto tal depende dos outros grupos em presença e da sociedade em que se acham inseridos, já que os sinais diacríticos devem se opor, por definição, a outro do mesmo tipo. (CARNEIRO DA CUNHA, 1986, p. 100).

Trata-se da preocupação dos nativos com o seu reconhecimento enquanto tal. A identidade passa a ser evocada sempre que um grupo reivindica, para si, o espaço político da diferença. Mas quando as pessoas se deparam com a realidade vivida pelos grupos

étnicos nativos, muitos deles lamentam como receio que eles percam sua cultura ou afirmando que já a estão perdendo. Mas os grupos étnicos nativos que vivem desta forma não perderam sua cultura ainda que não vivam plenamente no modo de vida tradicional. E isto é inevitável; afinal, depois de os nativos passarem pela agonia causada por pressões psicológicas dos opressores, violência entre grupos étnicos e expulsão obrigatória de suas casas e territórios tradicionais, não restaram muitas alternativas a estes grupos étnicos para sobreviverem a tal situação a não ser, de alguma forma, encontrar outros meios para continuarem existindo, sendo necessário, para tanto, incorporar elementos da sociedade vigente.

Este é um ponto muito importante sobre o qual se deve refletir quando se considera uma cultura como um sistema fechado, sem dinamicidade, isenta de transformações, e então considera-se que ela pode ser perdida. Tal visão levaria, em consequência, à negação da diversidade cultural e afirmação do triunfo da cultura ocidental sobre os grupos étnicos nativos timorenses.

Mas, em relação a isto, Carneiro da Cunha nos lembra que:

“A cultura original de um grupo étnico, na diáspora ou em situações de intenso contato, não se perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função essencial e que se acresce às outras, enquanto se torna cultura de contraste: este novo princípio que a subtende, a do contraste, determina vários processos”. (CARNEIRO DA CUNHA, 1989, p. 99).

A partir dessas considerações podemos dizer que alguns elementos da cultura são forjados para tornarem-se diacríticos e serem considerados como elementos constituintes de uma identidade étnica, desde que haja uma dependência, da existência, no caso aqui estudado, de uma sociedade timorense em que estão inseridos para que estes sinais diacríticos possam opor-se a outros do mesmo tipo. E são estes os traços que vão estabelecer fronteiras entre os grupos étnicos Firaku e os grupos étnicos Kaladi, sendo escolhidos pelos seus agentes. Por isto Sahlins, ao fazer uma análise das interpretações sobre o conceito de cultura, que se assemelha muito com o que é mencionado aqui por Carneiro, embora se reporte a outra interpretação, combate aqueles que o interpretam como justificativa para a opressão e dominação. Diz Sahlins que “a cultura aparece aqui como a antítese de um projeto dos colonialistas, de estabilização, uma vez que os povos a utilizam

não apenas para marcar sua identidade, como para retomar com controle do seu próprio destino”. (SAHLINS, 1997, p. 6).

Em relação às considerações de Sahlins a respeito da cultura, é possível estabelecer um diálogo entre ele e Carneiro da Cunha. Esta diz ser “*relativamente satisfatório o critério cultural*”, sendo preciso, porém empregá-lo de modo apropriado, e erradicar duas concepções inadequadas que muitos pesquisadores ainda utilizam:

o de tomar a existência dessa cultura como uma característica primária, quando se trata, pelo contrario, de consequência da organização de um grupo étnico; e b) o de supor em particular que essa cultura partilhada deva ser obrigatoriamente a cultura ancestral. (CARNEIRO DA CUNHA, 1986, p. 115).

A esse respeito, algumas considerações aqui já foram mencionadas, e seria em vão identificar um grupo étnico, se na recorrência aos traços culturais que ele exhibe: língua, religião instituições tradicionais e técnicas. Nem sequer poderíamos afirmar que um povo qualquer é o mesmo grupo que representa os seus antepassados. Esses dois grupos étnicos vivem num processo de constantes mudanças, causadas pelas circunstâncias naturais e pela interação social com outros grupos étnicos entre os Firaku e os Kaladi. Cultura, nestas condições, passa a ser o produto de determinado grupo e não contrário (CARNEIRO DA CUNHA, 1986).

É por meio da identificação da organização de denominado grupo social que podemos extrair a concepção de identidade étnica, que os grupos étnicos nativos timorenses buscam. Barth, ao tratar destes grupos étnicos, considera-os como uma organização social, onde se encontram características de auto-atribuição ou de atribuição por outros a uma categoria étnica:

Uma atribuição categórica é uma atribuição étnica quanto classifica uma pessoa em termos de sua identidade básica mais geral, presumivelmente determinada por sua origem e seu meio ambiente. Na medida em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmas e outros, como objetivos de interação, eles formam grupos étnicos neste sentido organizacional. (BARTH, 1997, p. 193-194).

Por conseguinte, as características são determinadas pelos grupos em questão. Seguindo o mesmo raciocínio do autor acima referido, alguns traços culturais são esquecidos, outros selecionados e ainda há aqueles negados ou ignorados. Pude perceber isto quando perguntei a um Kaladi (étnico Bunak) sobre o ritual Firaku (étnico Makassae), porque não havia ocorrido a sua retomada. Além de sua resposta ser fundamentada nas condições naturais ou físicas, como, por exemplo, o desaparecimento dos cervos timorenses na região dos Firaku, pude perceber, ainda, que o ritual não tinha um significado importante para que eles achassem necessária a manutenção de sua identidade. Ao contrário, entre os Firaku de etnia Fataloku, na ponta leste do Timor-Leste, há o reforço de sua identidade étnica na retomada do ritual, que ficou 24 anos sem ser praticado, em razão da ocupação do Timor-Leste pelo país vizinho, a Indonésia. Estes Fatalokus são os únicos dentre todos os desta etnia que o realizam.

É muito similar ao que Juracilda Veiga, estudiosa de um povo indígena do Brasil, os Kaingang, comenta que

Embora tenha partido de certa forma, de um estímulo externo, a retomada desta ritual correspondia a uma necessidade dos Kaingang tanto como uma marca distintiva diante da comunidade envolvente, como uma forma de restaurar o equilíbrio interior da comunidade. (VEIGA, 2000, p. 276).

A autora assim nos coloca que a retomada deste ritual Kaingang corresponde a uma recuperação da identidade étnica, da mesma forma que a retomada do ritual pelos Firaku faz com que eles possam continuar vivendo como tais.

Não obstante, os Firakus e os Fatalokus deram o passo inicial para pensar o seu futuro. Organizam-se por meio dos cânticos, gritos tradicionais e rituais das sociedades timorenses. Desta forma não se deixam absorver pelo mundo regional com o qual eles mantêm relações constantes. Isso mostra que eles estão se recusando a desaparecer ou a se identificar, de vez, com os outros regionais. Eles conseguiram sobreviver fisicamente durante o período de colonialismo e durante a ocupação e estão colocando a si mesmos a responsabilidade de reelaborarem culturalmente tudo o que lhes foi infligido. Eles vêm tentando incorporar o sistema mundo, no sentido apontado por Sahlins (1997). A sua cultura torna-se presente, ativa e vibrante, de forma que o passado passa a ser reinventado.

É com base nestas realidades, das situações de passagem vividas pelos grupos étnicos que existem no Timor-Leste, que apresento, nesse capítulo da dissertação, uma reflexão sobre questões em torno da identidade étnica e da etnicidade. Tanto em relação aos grupos étnicos timorenses assimilados como aos integrados, pois estes últimos foram esquecidos pela literatura antropológica que aborda apenas os grupos assimilados. Há ainda outras etnias no Timor-Leste que vêm se organizando a fim de construir a sua identidade, marcando as suas diferenças através da revitalização<sup>20</sup> de alguns traços culturais escolhidos por eles para se auto-afirmarem.

Os traços de contraste que Fataloku, de Firakus, e Bunak, de Kaladis, escolheram para se diferenciarem da sociedade envolvente, fazem-nos ser portadores de uma identidade étnica que acaba, por assim dizer, sendo uma identidade política capaz de lhes assegurar reconhecimento pelo “outro” e de marcar o seu território, estabelecendo fronteiras, traçando objetivos e articulando-os enquanto grupos étnicos organizados no Timor-Leste.

## **2.2. Tensões e Conflitos Étnicos.**

Este subtópico tem como intuito apresentar como foram as tensões e conflitos étnicos que ocorreram ao longo dos anos no Timor-Leste, seja no tempo da colonização, ocupação, até a independência; conflitos estes que segundo uma visão unilateral e ocidental culpa os próprios timorenses já que afetam negativamente a estabilidade social e a segurança do direito dos cidadãos. Segundo a conferência das Nações Unidas, ocorrida em Viena, em 2003, “[...] pareceu universalidade dos direitos humanos e cidadãos, apresentado não apenas como reflexo da perspectiva ocidental, embora esta tenha sido predominante” (ALVES, 2008).

Para os dois grandes grupos étnicos do Timor-Leste, e por uma interpretação particular da constituição, vai se ampliando a percepção de que na contemporaneidade o Estado deixou de ser o detentor absoluto da soberania nacional, no âmbito da qual este exerceria de forma irrestrita o monopólio legítimo da violência – em uma definição jurídica –, constituindo um conjunto formado por território, povo e soberania, no qual nenhum ator externo tem o direito de interferir. Nesse caso, o Estado passa a ter como uma de suas

---

<sup>20</sup> · No Timor-Leste tem sido usado esse termo revitalização para se referir aos movimentos de retomada da identidade étnica. Vale ressaltar que o afastamento das tradições foi mais intenso nos 24 anos da ocupação da Indonésia.

funções mais importantes perante a sua população a garantia não apenas das condições básicas para a vida humana, mas também para a expansão dos direitos que lhe são inerentes.

Por outro lado, em razão dos interesses pelo poder, os governantes do primeiro governo constitucional, chefiado pelo Primeiro Ministro Mari Alkatiri, mesmo tendo sido eleito democraticamente, deliberadamente criaram condições que não foram producentes, usando a questão étnica como instrumento para criar uma situação de caos, de forma a se manterem no poder. Publicamente tem sido reafirmado que eles querem continuar no poder por cerca de 50 anos, sob o argumento de terem a confiança da população, uma vez que obtiveram 95% dos votos na primeira eleição democrática, no ano de 2001. Uma ação mais concreta do governo neste conflito étnico se deu quando o governo expulsou metade dos efetivos do exército (600) de origem Kaladi e apoiou os de origem de Firaku (NAKOLI, 2008).

### **2.2.1. As etnias e o Estado**

As correntes migratórias dos séculos XIX e XX e as transferências obrigatórias dos prisioneiros políticos desterrados - macaenses, angolanos, portugueses, cabo verdianos -, para o Timor Português, entre outros fatores, conformaram a população do Timor-Leste, no qual já não existe localidade que não seja constituída por uma significativa mistura de povos, etnias e culturas. Em boa parte delas, apesar de eventuais problemas, tem sido possível a convivência pacífica entre os habitantes de diferentes origens e os migrantes, que juntos lutaram pelo objetivo da libertação. Entretanto, há outro movimento que é o de tentar manter a sua própria posição para se colocar em relação à reafirmação de suas identidades. Como afirma Tambiah às “diferenças de identidades lingüísticas, nacionais, religiosas, tribais e raciais, assim como os conflitos e as competições que nelas se baseiam, não são evidentemente fenômenos novos” (TAMBIAH, 1996), mas devem ser entendidos contextualmente. No caso dos conflitos étnicos, para o autor o centro da questão está nos interesses econômicos dos países, hegemonias na geopolítica internacional, na indústria da guerra e na manipulação da mídia.

Em algumas partes do país como Leste, Oeste e o Sul, a diversidade étnica é incorporada em razão da política da resistência; em outras essa mesma diversidade constitui o foco da tensão étnica constante. Para explicar tais variações com argumentos simplistas há grande probabilidade de se cair em equívocos. Afirmar que as tensões de conflitos étnicos ocorrem “apenas em função do ódio determinado pela diversidade ou por disputas de poder,

significa ignorar a complexidade desses fenômenos” (Jornal STL, edição 25 de agosto 2006) <sup>21</sup>.

O recurso à etnia como ideologia ou como apelo para a legitimação e coesão de um grupo, Firaku ou Kaladi, é usado tanto para fins eleitorais quanto como forma de resistência. Porém, tratar a etnia apenas como ferramenta para atingir a objetivos eleitores, ou para consolidar uma base social de apoio para a resistência ou para buscar recurso de poder, é subestimar o apego que as pessoas efetivamente têm a sua identidade.

De acordo com Horowitz (1998), a gama de questões que envolvem a etnia é enorme:

Em alguns estados, o conflito étnico desencadeia conflitos em outras clivagens; em outras, ele coexiste com outros tipos de conflitos; em outros ainda, o conflito étnico permanece sob controle. Em alguns estados, as atitudes interétnicas surgem como inerentemente hostis; em outros passaram por mudanças, benignas ou malignas. Em alguns estados, conflitos aparentemente sob controle tornaram-se incontroláveis; em outros, o oposto é o verdadeiro. Em alguns estados os partidos políticos tem base étnica; Em outros, coalizões multiétnicas se formaram <sup>22</sup>.

(In some states, the ethnic conflict triggering conflicts in other divisions, in others, it coexists with other types of conflicts and in still others, the ethnic conflict remains under control. In some states, the interethnic attitudes emerge as inherently hostile, in other went through changes, benign or malignant. In some states, conflicts seemingly under control have become uncontrollable; in others the opposite is true. Some states have political parties based on ethnic, in others, multiethnic coalitions are formed).

Situações interétnicas envolvendo clivagens em alguns dos quadros da resistência podem ser exemplificadas por aqueles existentes entre Firakus e Kaladis.

No Timor-Leste, alguns dos partidos políticos buscam o apoio em comunidades étnicas, como o Associação Social Democrática Timorense (ASDT), no centro do país, a FRETILIN, no Leste do país, constituído, portanto, a princípio, uma coalizão multiétnica. Para consolidar esse apoio, a política internacional é utilizada (HOBSBAWM, 2004). Assim, por exemplo, os candidatos fazem promessas nas campanhas eleitorais, e os

---

15 Disponível no site, [www.suaratimorlorosae.com](http://www.suaratimorlorosae.com), acesso em 23 de outubro de 2008.

16. Disponível no site; [http://www.freewebs.com/forum-hakesesuk/ESTRATEGIA\\_FALHADA\\_convergencia\\_dos\\_objectivos\\_MARI\\_ALKATIRI\\_e\\_ALFREDO\\_REI\\_NADO.doc](http://www.freewebs.com/forum-hakesesuk/ESTRATEGIA_FALHADA_convergencia_dos_objectivos_MARI_ALKATIRI_e_ALFREDO_REI_NADO.doc) acesso em 30 de outubro 2008.

<sup>17</sup> Donald L. Horowitz (1998) Structure and Strategy in Ethnic Conflict. Disponível em <http://www.worldbank.org/hm/rab/abcde/horowitz.pdf>, acesso em 28 de Outubro 2008.

governantes e legisladores tomam certas medidas internacionais, para obter ajuda humanitária no exterior, com o intuito de angariar os votos dessas coletividades.

Neste subtópico, será possível explicar por que as tensões e os conflitos ocorrem não em um só lugar, mas em todo o Timor-Leste, com inúmeras variáveis que os motivam. Apesar disso, no entanto, é possível notar uma estrutura-padrão na escalada das crises étnicas que levaram aos conflitos violentos no Timor-Leste em 2006.

Foi exatamente o exclusivismo presente nessas relações interétnicas que levou à desestabilização, naquele período de 2006; já que no Timor-Leste há uma sociedade multiétnica na qual as relações entre os grupos e os indivíduos ocorrem com grandes embates, ainda que, na verdade, o Estado disponha de mecanismos jurídicos que possibilitariam solucioná-los de maneira compatível com a preservação dos direitos de cada cidadão e de todos os grupos étnicos. Entretanto, esses mecanismos não funcionam, porque alguns dos quadros jurídicos e governantes de origem Firaku apoiaram o seu próprio grupo (Firaku) para combater o outro (Kaladi) e existem contradições entre os governantes sobre o próprio conflito que envolve os dois grupos étnicos com diferenças culturais e variações linguísticas<sup>23</sup>.

Ocorrem embates violentos entre os grupos étnicos, já que é improvável que exista um Estado multiétnico - com vários dialetos, costumes e crenças - no qual os grupos étnicos não tenham suas regras infringidas de algum modo. Portanto, conforme afirma Benedict Anderson, “Timor-Leste é etnicamente um país que enfrenta uma situação muito complexa, com seus diversos grupos linguísticos<sup>24</sup>”.

Mas, nesse caso, os grupos étnicos como um todo teriam que confiar nos mecanismos institucionais, seja de ordem tradicional ou estatal, para dirimir os conflitos entre os grupos que representam os seus interesses, sem que seja necessário recorrer à violência física. O aparelho estatal, que existe hoje formalmente no país, teve uma queda de confiança das populações como os meios mais apropriados para solucionar os conflitos; as instituições judiciárias que existem ainda estão frágeis e muitas das decisões são consideradas como de favorecimento aos interesses de políticos.

---

18 bananarepublik. blogspot. com/2006\_06\_01\_archive. html-250k-) acesso 1 de novembro 2008

<sup>19</sup> Disponível no site (<http://www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=808>) acesso 4 de Novembro 2008.

Formas de resolução de conflitos, como, por exemplo, de uma questão que realmente aconteça contrariando o desejo coletivo, existem, culturalmente, há muito tempo. São várias normas tradicionais que existem e que por muitos são consideradas como meios mais eficientes e justos para mediar os conflitos que aconteçam em qualquer nível. Alguns dos mecanismos tradicionais que são considerados mais justos para solucionar os conflitos são o *Nahe Bite Boot*, ou *Ita Simu Malu Hanesan Maun Alin*. Esses mecanismos tradicionais foram e são considerados mais justos e eficazes para solucionar os conflitos porque entres as partes, numa só região, há uma relação mais próxima entre uns e outros; inclusive, porque há cruzamentos em razão de casamentos e também em razão da religião.

Como revela Tambiah (1996), é necessário respeitar os mecanismos tradicionais, como normas tradições e valores que no entender de cada um conferem a legitimidade para solucionar as suas causas, mais do que a adesão de todos os grupos étnicos de um país a um único código.

Quando Tambiah analisa a violência étnica no Sul da Ásia, conclui que ocorre nessa situação, claramente, uma crise do Estado-nação. Na verdade, diz ele, o que ocorre é que:

[...] the contending parties appeal to norms, traditions, and values that in their eyes grant legitimacy to their causes. But they are particularistic claims and divide the proponents into protagonists and antagonists in an arena that lacks a consensual unitary “moral political economy” that is an organic growth deriving from historical developments in late colonial and in postindependence times and claims the allegiance of all peoples in the country (TAMBIAH, 1996, p.322).

O conceito de “moral political economy”, como referido por Tambiah, no entanto, somente é aplicado em uma situação em que as partes em contenda disponham de um discurso compartilhado de valores e práticas, ainda que cada parte tente interpretar e aplicar esses valores em atendimento aos seus interesses. Ou seja, é a possibilidade de que se crie um campo de disputa e negociação em torno de uma situação conflituosa.

Nesse sentido, no caso de Timor-Leste, as normas tradicionais são mecanismos considerados como mais transparentes e honestos (no sentido de que uma afirmação não verdadeira colocaria as partes situadas no campo do conflito em situação difícil perante o seu grupo) como, por exemplo, o mecanismo *Nahe Bite Boot*. Esse mecanismo, que faz com que as partes se comprometam publicamente, tem peso muito alto e é respeitado em todos

os grupos étnicos como um pacto de reconciliação tradicional. O mecanismo é o seguinte: as partes expõem a questão dos conflitos, abertamente, perante os juízes tradicionais (os que são "considerados mais velhos e mais respeitados de cada grupo); as populações, então, tomadas pelo espírito de reconciliação, reconhecem abertamente os seus erros e aceitam o efeito da decisão que foi tomada pelos juízes tradicionais, conforme a possibilidade no mesmo momento, e juram perante o público que não repetirão o mesmo ato gerador do conflito.

Sobre a crise do Estado-nação, podemos recorrer a Duroselle, para quem os “acontecimentos que os governos não controlam deflagram ‘forças profundas’” (Duroselle, B.J. 2000:187), entendendo essa expressão como uma pulsão especulativa, pois depende inteiramente da épistémè de sua época. Se a sociedade confia ao menos em parte no aparelho estatal, e se este conta com um mínimo de legitimidade para dirimir as desavenças, os conflitos étnicos que ocorreram no país, não teriam se transformado em grandes embates como aconteceu no ano de 2006.

Atualmente no Timor-Leste, a perspectiva primordialista que orienta a visão sobre o Estado-nação, baseia-se no argumento de que os grupos étnicos são, a priori, “unidades naturais que têm sua coesão derivada de inerentes traços biológicos, culturais ou raciais que se tornam elementos de diferenciação social especificamente pela dicotomia “nós” e “eles”. (Alves, 2000)<sup>25</sup>. De acordo com essa perspectiva “os grupos étnicos funcionam como universos insulares. O pertencimento a esses grupos étnicos (Firaku e Kaladi) é definido como acidente de nascimento e a partir dele ocorre a percepção de que “somos” distintos uns dos “outros”, algo que se consolida ao longo da vida. À medida que os indivíduos aprendem e exercitam sua cultura particular e passam a se relacionar socialmente, seja com os membros do seu próprio grupo, essa distinção vai se afirmando pela comparação das diferenças que existem entre uns e outros.

Dessa perspectiva, quando os grupos étnicos no Timor-Leste se mobilizam para qualquer ação de confronto entre Firakus e Kaladis, o fazem porque, conforme eles dizem, “juntos, os seres humanos tem mais força e legitimidade para atingir os nossos objetivos” (STL. 2006).

---

<sup>1</sup>0. Alves, Jose Augusto Lindgren. (2000) “Direitos humanos, cidadania e globalização” Lua nova, n° 50, pp. 185-206.

Ocorre que, na situação mais cruel, como a crise política militar que envolveu os confrontos diretos entre os grupos étnicos em 2006, a maioria desses grupos interpretou as liberdades que são garantidas na constituição de acordo com seus interesses particulares<sup>26</sup>.

Assim, parece prevalecer à idéia de que a ação dos grupos étnicos é legítima, pois visa a busca de seus direitos e de sua própria identidade como Firaku ou Kaladi. Assim não se trata de debilitar o Estado, mas de identificar-se com ele.

Na sociedade timorense existe tensão étnica e as possibilidades de desenvolvimento político, econômico e social são muitas limitadas. Os grupos étnicos, seja os Firaku ou os Kaladi, tendem a concentrar recursos em sua própria coletividade, privando assim outros grupos de usufruí-los. Conforme seu nível de gravidade, os grupos étnicos Kaladi têm mais recursos do que os grupos étnicos de Firaku, e estas foram algumas das razões que desencadearam conflitos étnicos no pós-independência. Atualmente no Timor-Leste ter um emprego em um órgão público muitas vezes é a única maneira de alcançar uma vida melhor. Na medida em que os melhores empregos e oportunidades são reservados para aqueles que têm melhores níveis de educação (Kaladis), os grupos étnicos rivais como os Firakus podem procurar em vão que não encontrarão, o que só vem a aumentar os conflitos.

### **2.2.2. Os conflitos étnicos no Timor-Leste após a independência.**

A crise política e militar que aconteceu no Timor-Leste no ano de 2006 foi provocada pela discriminação que foi praticada pelo grupo étnico Firaku aos grupos étnicos kaladi por eles não terem participado na luta pela independência. A última ação, que provocou as tensões e conflitos mais drásticos que se alastraram por todo o país, foi quando da decisão tomada pelos comandantes de origem Firaku, com o apoio do governo da FRETILIN, chefiado pelo Primeiro Ministro, Mari Alkatiri, pertencente ao grupo étnico de árabes imigrantes, de expulsar os 600 efetivos militares de origem étnica kaladi.

Houve, ainda, outras motivações políticas que influenciaram o conflito étnico, como a falta de unidade e intolerância em alto nível da sociedade timorense, insuflada pelos países que o dominaram incompatíveis como os princípios do Estado-nação. Conforme

---

<sup>21</sup> Disponível em: <http://antimalaiazul.blogspot.com/2006/11/constituio-da-rdtl.html>, acesso em 28 de outubro 2008). e <http://www3.dsi.uminho.pt/academiamilitar/1999/unamet/aunamet.htm>.

Marshall (2003), freqüentemente o fim dos conflitos ocorre com a obtenção de maior autonomia do grupo insurgente, e em menor quantidade, pela colocação enfática da questão nacional como um novo Estado. Podemos ver, no caso de Timor Leste, que ocorreu uma maior autonomia do grupo insurgente, Firaku, no entanto isto foi causa dos conflitos uma vez que não houve inserção de todos os grupos étnicos, da mesma forma, na estrutura do Estado-nação.

Em razão disso é que em 2006 o Timor-Leste mergulhou numa profunda crise entre os clãs e os grupos etnolinguísticos e entre as formações étnicas do Oeste e do Leste, denominados Kaladis e Firakus (SEIXAS, 2007). Da mesma forma, os atos públicos dos dirigentes de origem étnica Firaku querem manter o controle sobre os grupos étnicos de origem Kaladi. Estes podem ser considerados eventos típicos que levaram aos conflitos e se alastraram em todo o país em 2006.

Na perspectiva de SEIXAS (2007), é uma questão sociocultural, e a evocação de discriminação por parte dos militares remetia para o problema étnico que parecia crescer dentro do aparelho do Estado. Também ocorreu que, naquele momento, o Estado se valeu de conflitos anteriormente existentes entre jovens de Leste e Oeste, acrescentando-se os problemas geracionais aos conflitos étnicos de cunho político. Inclui-se também dentre esses fatores a questão político-institucional (bicéfala): um sistema semi-presidencialista, na época tendo como presidente um membro da etnia Kaladi, mas na prática parlamentarista, pois o poder estava com o primeiro ministro, um árabe que tinha a base de apoio entre os Firakus. Todos esses fatores levaram à deterioração das relações, e levou à fragilização das instituições do Estado (expulsão do primeiro ministro pelo presidente da República e apoio do exército ao primeiro ministro destituído do cargo) e, por fim, levou ao descontrole da situação social.

### **2.3. Violência e Cultura**

O Timor-Leste há muito vive sob a pressão da dominação: colonial portuguesa no início do século XVI, com a duração de 450 anos; e ocupação da Indonésia por 24 anos, após 1974. Sabe-se que habitualmente os territórios ocupados e as populações colonizadas acabam por trabalhar obrigatoriamente para os interesses dos ocupantes seja sob a ameaça

dos chicotes dos contramestres, seja trabalhando a rocha com pás e picaretas (PERRAULT, 2005).

Nesse sentido, os colonizadores usaram varias opções para criarem segmentações, fragmentarem as populações dominadas, em atendimentos aos seus interesses. Uma das formas usadas é a separação das populações conforme grupos étnicos, clãs, diferenças raciais, lingüísticas e religiosas (HALL, 2006). Esses mecanismos transformam os hábitos, costumes e mesmo as mentalidades das populações colonizadas, persistindo mesmo após a libertação, quando já se torna um país independente.

Timor-Leste é um dos países que mergulhou numa crise dessa natureza, e que gerou tantos sofrimentos ao vitimar parcela considerável da população em razão das divisões de etnia, clãs, e línguas. Essas divisões são produzidas também em razão das diferenças entre o regime colonial Português e a ocupação Indonésia, e os atos foram praticados pelos próprios timorenses em confrontos de grupos étnicos Firakus e Kaladis, uns contra os outros, dentro da sociedade timorense. Essas diferenças existem há muito tempo e foram praticadas de geração a geração entre os dois grupos étnicos, e assim alguns dos grupos étnicos entre os quais o étnico de Makassai (Firaku) e Bunak (Kaladi) interpretaram, conforme eles, como uma questão de cultura porque já ultrapassou tempo considerável, desde o período colonial, a ocupação e até o momento atual, com a independência.

Um dos acontecimentos mais trágicos dentre os que envolveram os dois grupos étnicos kaladi e Firaku aconteceu em 2006. Segundo Seixas, os acontecimentos de 2006, configuraram uma profunda crise que evidenciou grandes divisões culturais nesse jovem país o que alguns autores têm vindo a atribuir como causa as divisões entre clãs, entre os três estatutos sociais, entre grupos etnolínguísticos e entre as formações étnicas do Leste e Oeste (SEIXAS, 2006).

Estas divisões atingem diretamente algumas das instituições do Estado, entre elas a polícia e as forças armadas. No dia 25 de maio de 2006 oito policiais foram massacrados pelas forças armadas, no entanto, os acontecimentos envolvendo as vítimas das forças armadas não foram publicados oficialmente. Assim as duas instituições não se unem durante a crise como instituições do Estado, mas atuam tendo como referência os dois grupos étnicos. Segundo Seixas (2006, p.64) “desde (PNTL) houve vozes a chamarem a

atenção para o fato de a primeira ser mais Firaku e a segunda mais Kaladi, reproduzindo nas instituições de segurança a divisão ancestral”.<sup>27</sup>

No Timor-Leste, as percepções que existem sobre o ato de agressão interpessoal e de como isto se relacionava com os sentidos de justiça tradicional sobre várias situações de violência, estruturadas dentro da família e até na sociedade comum, eram tidas como uma educação e formação de caráter de uma pessoa. Assim transforma esse ato em um ato de cultura (= *lisan em língua tetúm*), de educação para a formação do caráter de uma pessoa. Por isso usar força física na relação interpessoal, ou seja, grupal, não é necessariamente uma ofensa e pode em certos contextos ser até um dever daquele que a utiliza. É uma questão bastante explorada por Cardoso de Oliveira (2002) e, como veremos adiante, de grande utilidade para se compreender os sentidos da violência no Timor-Leste.

Assim, mesmo que o uso da força tenha sido percebido por uma das partes como agressão (um gesto individual que também acumula como gesto grupal), eles não são necessariamente condenados. O uso de força passa, assim, a ser visto como de reposição da ordem no domínio das relações pessoais e grupais. Pode ser, portanto, uma ferramenta legitimada socialmente para regular as relações na comunidade e seu uso legítimo está longe de ser considerado um monopólio do Estado. (OLIVEIRA, 2006).

Em geral no Timor-Leste, tanto homens quanto mulheres tendem a considerar certas formas de agressão como normais e, por consequência, não vêem tais formas de agressão como situação de risco, mas como parte normal de um relacionamento seja individual e grupal. Segundo o relatório de Oxfam Austrália (2003), em Timor-Leste, a forma geralmente aceita de agressão está relacionada à punição, física ou não, como modo de castigar um comportamento indevido anterior, visto como inadequado. Acontece que quando essas práticas tradicionais fogem do âmbito dos grupos, de estrutura menor e mais reduzida, e são levadas para a estrutura do Estado-nação, atingem de forma generalizada todos os contingentes de grupos étnicos e alcançam uma dimensão incontrolável e também formas de violência cada vez mais terríveis.

---

<sup>27</sup> A maioria dos oficiais do exército até o Chefe de Estado Maior, o General das Forças Armadas, é composta por guerrilheiros da resistência, de origem de Firaku, e os soldados que foram recrutados no tempo do governo de transição, das Nações Unidas, a maioria é de origem dos grupos étnicos Firakus, e alguns dos comandantes dos guerrilheiros de origem kaladi foram excluídas por razões físicas. A PNTL, a Polícia Nacional de Timor-Leste foi chefiada pelo um ex-oficial da polícia no tempo da ocupação Indonésia, de origem de Kaladi, e a maioria dos oficiais são de origem dos grupos étnicos Kaladis, sendo que alguns deles são ex- policiais do tempo da ocupação Indonésia. A escolha dos policiais de origem Kaladi se deu em razão destes terem sido formados como policiais no tempo da ocupação Indonésia e assim foram considerados como os mais preparados para assumir as funções como polícia.

Por outro lado, analisando a realidade da situação que marcou os momentos de maior violência vividos pelo Timor-Leste, como os acontecimentos de 2006, tem-se que a fuga das populações para as montanhas junto com os pertencentes aos seus grupos étnicos, fossem eles Firaku ou Kaladi, aumentaram e valorizaram as relações do ponto de vista cultural, de cada um dentro dos seus próprios grupos, e os tornaram mais fortes para combater o outro grupo por meio de uma violência sistemática e de ações brutais, conforme a situação que foi praticada individualmente ou coletivamente. Segundo Seixas, o Timor Leste tradicionalmente baseia-se numa estrutura que expõe um “dualismo complementar” que no modelo tradicional permitia, por meio dos sacrifícios rituais, manter o equilíbrio nas situações de conflito. No presente, tal situação de conflitos coloca para o autor a necessidade de:

[...] conjugar um modelo ritual que seja legível pelo pensamento social e político timorense tradicional como revelador, reconciliador e renovador e que se possa, ao mesmo tempo, planejar (sic!) uma estrutura sociopolítica do Estado, de forma a existirem instituições modernas e democráticas que revelem um equilíbrio dualista concordante com a “renovação” do pensamento sociopolítico tradicional.” (SEIXAS, 2007, p. 84)

Como se vê, o autor propõe uma adequação do modelo tradicional com o modelo ocidental do Estado-nação. A abordagem de Tambiah (1996) sobre os conflitos violentos no Sul da Ásia, também procura mostrar que o modelo do Estado-nação Ocidental quando transposto de forma impositiva para o contexto de populações tradicionais, com lealdades centradas em grupos étnicos, precisa ser repensado (TAMBIAH,1997) porque esses contextos comportam as duas modalidades: da tradição e do moderno, de estabilidade e da continuidade, mas também de mudanças e revoluções, de realidades sagradas e seculares e os conflitos étnicos manifestos constituem uma dialética (1996, p.341). Mais ainda, Tambiah chama atenção para o fato de que essa violência “vem se tornando um modo uniformizado de fazer política e uma experiência central na definição da autopercepção das coletividades e de suas expectativas de sociabilidade” (1997, s/p).

### **CAPÍTULO 3: Narrativas e representações de estudantes timorenses no Brasil sobre as identidades étnicas e a formação do estado no Timor Leste**

As narrativas biográficas a seguir apresentadas, de Joaquim Belo e Felisberto Castro, permitem-nos situá-los como sujeitos que falam sobre as suas vidas desde a infância e adolescência. Já as narrativas de Henrique Mau-Doben da Costa e Duarte da Costa Sarmiento, centradas nas suas experiências de trabalho, permitem-nos contextualizar os acontecimentos históricos que eles viveram na fase da adolescência, no lugar onde estudavam e trabalhavam. Essas trajetórias se assemelham com as de outros indivíduos que viviam seja no lugar onde eles viviam, seja no próprio país, ou fora do seu país de origem.

Analiso aqui as narrativas do Joaquim Belo na fase da infância, quando ele viveu em duas culturas diferentes, pois foi orientado pelo pai conforme as normas e crenças tradicionais e pela mãe (católica) conforme as normas cristãs. São duas tradições religiosas que correspondem a culturas diferentes; duas normas diferentes que foram usadas para a formação do caráter do sujeito e outras formas de sociabilidade, como mostram todos os sujeitos desta entrevista ao longo de suas trajetórias.

Para tanto, considero que as trajetórias destes sujeitos conduzem a um percurso no tempo e no espaço que permite relacionar as dimensões de suas vidas que são apresentadas no decorrer de suas narrativas, na infância, na escola, no trabalho e na sociedade, e que aqui são analisados. E também, considero que as narrativas permitem pensar a construção de identidades e os processos pelos quais os sujeitos estão constituindo suas identidades pessoais conforme os seus próprios grupos étnicos e identidades coletivas como cidadãos timorenses que vivem no momento fora do seu país de origem. Neste sentido, aproximo-me do conceito de narrativa de Bertaux (2005) que permite analisar o objetivo social, os relatos das entrevistas e por fim a comunicação entre o pesquisador e os sujeitos.

#### **3.1 A narrativa de Joaquim Belo**

Joaquim com apelido “Belo” é apenas um apelido que maioria usava em uma região leste do País, conhecido com nome Baucau, quando eu perguntei à significação de origem

dessa palavra ele não explicou. A maioria das populações que habilitavam neste distrito são todos étnicos de Makassae, classificado como um dos grupos étnicos de Firakus.

Entrei contato com Joaquim, oito meses (Outubro 2007) depois de chegada a terceira turma dos timorenses aqui no Brasil via o programa do PEC-PG/CAPES em Fevereiro 2007. O meu primeiro contato com a terceira turma dos estudantes timorenses foi por meio de um amigo que era trabalhamos juntos no Timor-Leste que eu já tinha contato antes de chegada desse grupo. No meu objetivo de entrevista foram todos os estudantes timorenses de origem étnicos de Firakus, que era para participaram tudo no I encontro dos estudantes timorenses aqui no Brasil, mas na realidade, só participaram três pessoas, e eu só consegui de entrevistar um, e outros dois rejeitaram com razão não tinham tempo suficiente. Segundo o Lourenço, um dos sujeitos que era para eu entrevistei “*eu não posso, porque agora é o tempo para matar saudades com os amigos*”, assim também com o outro sujeito a Maria da Costa. Segundo ela, “*depois eu vou te avisar quando eu já termino conversar com os amigos*”, assim eu esperava até não consegui ter uma resposta, até o meu retorno ao Fortaleza.

No meu primeiro contato, eu pretendi de entrevistar com o Lourenço da Silva Marques, que eu sei muito bem, que ele foi uma das vítimas de acontecimento de conflito étnico em 2006 de origem étnico de firaku que atualmente está aqui no Brasil, sobre a historia de vida dele no momento quando aconteceu o conflito, mesmo que os outros também são vítimas, incluindo eu como pesquisador, mas nos fim eu não consegui por razão que ele apresentou. Na primeira entrevista que eu fiz com o Joaquim Belo, ele me contou sobre a sua vida quando era na infância. Ele viveu numa família que a mãe cristã e o pai animismo, na época que a religião católica tinha muito influência em relação com os colonialistas portugueses e os colonizadores sobre a existência das crenças tradicionais. Disse que:

“Eu vivi na minha família, com a minha mãe católica e o meu pai gentio (animismo). A minha mãe, como católica, ela trabalhava como zeladora na Igreja católica do lugar onde nós vivíamos, no subdistrito Quelicai, distrito Baucau, um dos subdistritos mais isolados na época do domínio colonial português. Vivi numa situação em que me colocaram entre dois pesos e duas medidas, que a mãe me educou para viver conforme a civilização cristã e o meu pai viveu conforme a sua crença tradicional. E eu sempre fui ativamente participante nos rituais que foram celebrados por parte do meu

pai, porque lá tem muitas comidas, bebidas, e eu tive muita liberdade e pude escolher qualquer comidas e bebidas conforme eu quis.”

A narrativa de vida de Joaquim se iniciou quando ele começou a contar com uma frase: “Eu vivi numa família que a mãe é católica e o meu pai é gentio (animismo)”. Quando ele terminou a frase, eu indiquei que a sua posição naquela época era entre dois pesos e duas medidas, que ele viveu numa família com duas crenças diferentes, entre a sua mãe e o seu pai. Quando ele tinha catorze anos de idade, começou a pensar em tomar uma decisão para escolher um futuro melhor. E esse decisão ele tomou em 1983 quando decidiu deixar a casa dos seus pais para estudar num colégio da missão Salesiana. Começou aí, e ele decidiu-se a fugir de casa para estudar no distrito de Baucau. Segundo ele:

A minha mãe não me autorizou para eu ir à escola, porque eu sou o filho mais novo e os meus três irmãos mais velhos já fugiram para estudar na capital, Díli, devido a grande intensidade de perseguições dos militares indonésios na região que nós morávamos. Com a proibição da minha mãe então eu decidi fugir de casa. Nenhum dos meus amigos e dos meus familiares soube.

Foi uma ação que ele fez e que o prejudicava mais: pelo sofrimento dos seus pais e por causa de perseguições militares aos seus irmãos. Quando eu perguntei qual a reação dos seus pais, depois de ele desaparecer de casa, ele disse:

Eles mergulharam numa grande questão de dúvidas, se eu ainda vivia ou já estava morto, porque naquela época a maioria das populações soube que os militares indonésios estiveram capturando ou matando as crianças com idade de 12 anos para cima e as pessoas que foram desconfiadas como colaboradores da resistência ou tiveram ligações com os guerrilheiros da libertação nacional. Os meus pais não fizeram algumas movimentações para me procurarem, por causa da situação, e eles souberam três meses depois, quando um Padre no colégio onde eu estudava fez uma visita surpresa na casa dos pais para lhes informaram sobre a minha situação.

Durante todo o tempo em que ele esteve no colégio ele o usava para estudar, e para realizar o sonho que ele já tinha antes, quando ainda vivia com a família. Assim, ele começou uma nova etapa com o intuito de realizar a primeira formação de sua vida e via

todo o processo da educação, ano após ano no colégio Selesiano, como base para continuar os estudos. Foi devido ao sucesso que ele teve na escola pré-secundária, no colégio, com as boas notas, que ele conseguiu ter uma bolsa para fazer o ensino médio na ilha de Java, na Indonésia. Também conseguiu prosseguir os estudos até o segundo ano na Universidade de Gaja Mada, mas desistiu no segundo ano quando a mãe faleceu, em 1992, e então voltou para o Timor-Leste devido a essa tragédia familiar. A morte da mãe ele considerou como um grande desafio: continuar os estudos ou dedicar o tempo todo a trabalhar para o seu velho pai. Foi um desligamento com a universidade onde ele estudou durante três anos, uma instituição que ele considerava como o laboratório de esperança que o podia preparar para um futuro melhor quando conseguisse terminar o curso. Com grande esforço, três anos depois, em 1995, ele continuou o curso, mas não o terminou devido ao referendun que foi realizado no Timor-Leste em 1999, e então ele retornou ao país. Dois anos depois, em 2002, voltou à Indonésia e concluiu o curso em 2004.

Assim foi nos nossos encontros para as entrevistas que realizamos em São Paulo. No segundo dia do I Encontro dos Estudantes Timorenses no Brasil foi que o Joaquim realizou o ato de narrar a sua historia de vida pela primeira vez para outra pessoa; uma pessoa que precisava dessa narrativa para um interesse de pesquisa e também para concluir o curso de pós-graduação na universidade.

Joaquim deixou o seu país de origem, o Timor-Leste, em fevereiro do ano de 2008 e atualmente está no curso de formação em pós-graduação aqui no Brasil, tendo se estabelecido na cidade de Goiânia até o mês de março de 2009. Tudo que aconteceu na vida de Joaquim vai ser lembrado e narrado com uma nostalgia ao lembrar o passado triste quando viveu numa vila pequena, sem escola, sem energia, criado por duas normas distintas: do cristianismo e do animismo. Alguns desses momentos nostálgicos o levaram a construir algumas posições da vida dele como um jovem adolescente, que emergem como contraponto do seu tempo: de fugir da casa de seus pais para estudar, até o momento atual e o que vivencia nessa altura. Ele não imaginou antes o que agora está acontecendo, com essas grandes mudanças em sua vida depois de tomar uma atitude com a idade ainda de adolescência, de deixar a terra natal, no interior no distrito de Baucau, sem uma autorização dos seus pais, para procurar uma vida melhor via estudos. Uma realidade que agora está acontecendo e que antes ele nunca pensava e imaginava. Ele até comentou com grande otimismo e esperança, que com a educação é que se pode mudar a vida de uma pessoa, seja no passado, presente ou futuro.

### *O tempo de adolescente*

O tempo da infância é um tempo de brincar e se faz qualquer coisa que se quer sem saber o efeito de uma ação ou de uma brincadeira. Segundo Joaquim:

A minha mãe sempre me proibiu de brincar com os meus amigos, da minha idade, e proibia de mexer nas comidas de oferta para os rituais que o meu pai praticava com a sua comunidade. Mas eu não me importava com a proibição que a minha mãe sempre fazia todas as noites antes de dormir, mesmo que eu soubesse que a minha mãe sempre me interrogaria: O que é que você fez hoje com os seus amigos, ou: Você hoje foi mexer nas coisas dos rituais do seu pai? Mas sempre, assim, foi a minha curiosidade naquela época.

Ele relatou que gostava muito de mexer nos instrumentos rituais do seu pai, e conhece melhor os processos rituais do seu pai na sua infância e adolescência, antes de deixar a sua casa para estudar no colégio. Na sua infância, os processos rituais que ele conhecia daquele tempo pouco teriam feito para o integrar profundamente, e ele sentiu como um ritual que era exigido para a sua idade.

O tempo foi passando e ele preencheu o espaço para pensar em um futuro melhor. Quando ele completou a idade de treze anos ele pediu a sua mãe para iniciar os estudos, mas a mãe não deixou em razão de que os pais iriam ficar sozinhos e quem é que iria ajudar a cuidar das cabras e dos gados. Contou ele:

A minha mãe não me deixou ir estudar, porque eu sou o filho mais novo e os meus três irmãos mais velhos já tinham ido estudar na cidade, e eu tinha que ajudar os pais para cuidar das cabras e dos gados. Assim, para não ofendê-los, eu comecei a minha atividade diária. De manhã tirava os animais do curral e levava para o campo e no meio dia eu sempre levava esses animais para a ribeira para tomarem água e a tarde eu levava para os currais. Assim foi a minha atividade diariamente durante dois anos.

Todos os dias ele preencheu com essa atividade, e ao mesmo tempo ele tinha o sonho de estudar. Enfrentou muitos obstáculos para poder conseguir realizar o seu sonho, mas mesmo assim ele não deixou o sonho de estudar. Contou ele que:

Todos os dias eu sempre pensei e pensei, como é que eu podia ir a escola. Quanto mais eu pensava, aumentava mais a minha frustração. O tempo passa, e chegou o momento que eu não agüentei mais para ser mais pastor e vaqueiro. No mês de maio de 1983 eu fugi de casa para a cidade (Distrito de Baucau) para estudar, sem conhecimento dos meus pais. Eles souberam depois de três meses, quando um padre do colégio Selesiano onde eu estudava fez uma visita surpresa a minha casa para lhes informar sobre a minha situação.

Assim, o tempo passa, e ele ficou firme, na mesma linha, seguindo a sua ambição para continuar os estudos até o nível universitário.

Recentemente, nove anos depois do seu estudo em Java, Indonésia, Joaquim deixou todos os conhecimentos dos processos rituais do seu pai, que ele considerava como uma ação exigida para cumprir a sua decisão.

Na infância, a figura da sua mãe foi por ele ser considerada como uma mulher firme na sua decisão de não se submeter aos rituais seguidos por seu pai. Até o fim desta trajetória do relacionamento dos seus pais, a mãe convenceu o pai com as ações e o seu ser, e o pai converteu-se ao catolicismo. Comentou ele:

A minha mãe nunca influenciou diretamente o meu pai para ser católico, mas com grande paciência a minha mãe fez seus deveres e suas ações como esposa que obedece sinceramente o seu marido, com todos os custos, mesmo que tenha levado muito tempo, mas enfim o meu pai espontaneamente falou para minha mãe que “não é bom vivermos assim perante os nossos filhos que já escolheram voluntariamente ser batizados como católicos e para o bem do futuro dos nossos filhos eu já deixei todas as coisas em relação com os rituais que eu sempre celebrava, e nós vamos casar catolicamente”.

Foi uma posição firme na sua decisão de não influenciar o marido, mas segundo Joaquim ela agiu conforme sua natureza, sua forma de ser, e o marido ficou tocado por esta maneira de ser e o respeito que ela tinha por ele e ao final converteu-se ao catolicismo. Tudo o que se passou na família do Joaquim não influenciou a sua ambição de continuar os estudos, até o nível universitário, para poder ter um emprego, para ganhar dinheiro, assim ele sonhava dia-a-dia. Terminou o ensino médio em 1992, um ano depois conseguiu uma bolsa para continuar os estudos na universidade em Java, Indonésia, até que concluiu o curso, em 2003.

Quando fui questioná-lo sobre os sonhos, como ele havia contado, ele lembrou. Segundo ele

O tempo passa e eu já não pensei mais o que fui e sonhei na vida na infância e adolescência, e eu lembrei isso depois em 2004, quando recebi uma chamada da Universidade Nacional Timor Lorosae para lecionar no departamento de Biologia, na Faculdade de Educação e três meses depois, quando eu recebi o meu primeiro salário.

Essa situação deu uma chance para ele lembrar os seus sonhos do passado, em nível de infância e adolescência: que ele quis ter uma educação suficiente até a universidade, ter emprego e ganhar dinheiro, e agora essa situação já foi modificada depois de passar muito tempo até o momento presente da vida dele. Ele comentou:

Agora eu já tenho emprego definitivamente no ministério da educação no Timor-Leste, e ainda tive mais oportunidade para estudar aqui no Brasil. Uma coisa que eu não posso fazer é que a minha mãe não pudera usar o meu primeiro salário como o que fui planejado antes, porque ela faleceu em mil nove centos e noventa e dois.

### *A crise política e os estudos*

“A crise é uma situação muito ruim e os seus efeitos afetam todas as pessoas e em todas as idades e levou muitos sofrimentos em todas as partes” é uma frase que o Joaquim gostava muito de pronunciar para refletir sobre a crise passada que afeta o país, quando o país foi novamente dividido em dois lados, Leste e Oeste.

Sobre uma situação com tantos complicadores e informações que não foram confirmadas; sobre uma situação de instabilidade total no país como ele nunca tinha visto ou ouvido com respeito a acontecimentos ou conflitos étnicos e políticos, pois se mataram uns aos outros de uma forma que fazia questionar se havia uma consciência sobre o valor humano de cada um perante os outros, ele contou:

Eu nunca ouvi e nem tinha visto que em Timor teve conflito étnico, até que entre as partes das populações se mobilizaram os jovens para confrontaram-se uns e outros, um grupo contra outro grupo, firakus e kaladis se mobilizaram para confrontarem em batalha, que entre os dois lados quase são amigos e famílias, foi uma grande vergonha. Até que eu não consegui identificar quem foi o firaku e quem o kaladi, porque nós temos a mesma cor.

Foi uma situação que ele colocou como uma barbaridade das pessoas e dos grupos, pois não tiveram sentimentos humanos ao gostar de ver as pessoas se confrontarem; pessoas de um povo que já sofreu sob a colonização e a ocupação ao longo do tempo.

Para ele, foi uma situação que não tinha sido planejada por ninguém, e se foi planejada, o foi secretamente por alguns líderes e os grupos que têm interesses políticos e econômicos. À respeito, ele disse que:

Nós podemos desconfiar dos nossos próprios líderes porque toda gente sabe que eles são as pessoas que sempre tínhamos visto que eram e são doidas por poder, e eles podem usar todos os meios para alcançar os seus objetivos, um dos quais foi a questão étnica.

Ele avalia que foi uma realidade trágica que aconteceu fora dos pensamentos das populações. Os líderes instrumentalizaram as instituições do Estado como meios para assegurar o poder definitivamente no topo. Analisa que entre eles podem ter se aproveitado das condições das instituições do Estado, que ainda eram de muita fragilidade, para submeter diretamente na política. Segundo Joaquim:

O governo anterior usava o exército e a polícia como instrumento político do governo com o objetivo de eliminar os opositores que tinham a ideologia diferente dos políticos que estavam no poder, e a consequência

nós é que sofremos muito. Eu tinha que fugir para o meu distrito de Baucau se quisesse salvar a vida. Porque quando compareceram as pessoas, eles não foram perguntar ou negociar com você, e quando eles já identificaram você Kaladi, é Kaladi, o que é que foi pensado é morrer.

A mesma questão como foi relatada por Henrique:

Eu tenho família, e tinha que procurar alguns transportes para evacuar eles para o meu subdistrito (município) fora da capital que eu considere mais seguro para a minha esposa e as minhas duas filhas, alimentação e outras necessidades. A política é mais rápida de encontrar a solução, mas quando acontece o conflito étnico é uma questão muito perigosa, e nós temos que viver separadamente com alguns dos nossos familiares que casaram com outros grupos étnicos, uma coisa que eu não concordo.

Os acontecimentos que ocorreram durante o ano de 2006 levaram a uma queda da estabilidade horizontal entre as instituições do Estado. Não só havia desentendimento entre os líderes, mas até as populações que vivem nas áreas mais remotas sentiram as consequências. Segundo Henrique “até alguns dos meus parentes que vivem na aldeia também se sentiram feridos pelos acontecimentos e alguns deles já estavam preparados para participar naquele conflito e mesmo eu não soube qual a motivação deles”.

O conflito que aconteceu à época, entretanto, não diminuiu a motivação das pessoas para realizarem os estudos, em todos os níveis. Como referiu Joaquim:

Mesmo nós sabendo que o conflito do ano de 2006 resultou em muitas consequências, e eu também fui uma das vítimas nesse conflito, mas isso não reduziu a minha motivação para procurar a oportunidade para sair e estudar fora do país, não porque eu fugi pela realidade do acontecimento, mas já fiquei cansado com o conflito.

Uma situação que levou os sofrimentos como nunca antes e que não sequer um pouco de espaço de tranquilidade, paz e harmonia, como relata Joaquim:

[...] na minha infância, fugi com os meus pais e irmãos para o mato, em 1976, durante três anos, por causa da invasão da Indonésia; depois de capturado pelo exército da Indonésia, em 1979, vivemos sob uma pressão política dos militares, porque fomos desconfiados de fazermos relações

clandestinas e sermos colaboradores com os guerrilheiros; na vida adolescente não fiquei livre para estudar, porque aconteceu o massacre de Santa Cruz em 12 de novembro de 1991, que resultou em centenas de mortes e centenas de desaparecidos, até a presente data (dados não divulgados pelos indonésios). Após a independência, no momento que já consegui o emprego, a tragédia voltou de novo, e juntos enfrentamos a crise política militar que envolveu os grupos étnicos que o resultado todos nós sabemos...”.

A crise e os estudos são duas coisas que o Joaquim enfrentou num período e situação diferentes, a imagem da situação também é diferente, como um indivíduo que cresceu no mesmo espaço. O que está em acordo com o que afirma Bertaux (2005) sobre os “âmbitos de la existência de la línea de una vida, hecha de una sucesión de períodos, de acontecimientos y de situaciones”.

### **3.2 A Narrativa de Henrique Mau-Doben da Costa**

#### *O tempo de adolescente e o estudo*

As narrativas de Henrique Mau-Doben da Costa, permitem situá-lo como um sujeito que fala sobre a sua vida de adolescente e as experiências do trabalho e também de acontecimentos históricos que ele vivenciou na fase adolescência, no lugar onde ele estudava, trabalhando com outras pessoas no lugar onde ele vivia, seja no próprio país, ou fora do seu país de origem.

Analiso aqui as narrativas do Henrique Mau-Doben da Costa na vida adolescente, quando o país vivia uma situação de guerra entre os indonésios e os timorenses, no ano de 1975. Ele começou a estudar na escola primária em 1980, na região onde vivia com a família; depois de alguns anos passaram a morar no mato por causa da invasão indonésia no território.

Ao desenvolver as narrativas de vida do sujeito, passei algum tempo entre contatar e aproximar-me dele para ser aceito para ser entrevistado, como uma exigência do tópico desta dissertação. Considero que a participação deste sujeito abre um espaço para eu desenvolver as narrativas de vida em relação ao período em que ele passava o seu tempo de

adolescente e também atualmente como pai de duas meninas. Começo analisar a narrativa do Henrique do momento em que ele começou a estudar na escola pré secundária e secundária, no seminário, até a vida de casado. A narrativa é analisada conforme o que refere Bertaux (2005) em *Los relatos de vida*.

Na época em que era ainda adolescente ele nunca se imaginava sendo uma pessoa como a que hoje é, estudando até a universidade, e quando mais estudar fora do país, como no Brasil ou outro país no mundo. Trata-se de uma realidade que aconteceu sem planejamento. Ele comentou

Quando eu ainda estava na idade de adolescente, nunca pensei em estudar até universidade, quanto mais pensar no emprego para ganhar dinheiro e fazer o outro curso no outro país como agora. Eu só tinha pensamento em estudar para ser um padre, um missionário que todos os dias trabalhasse com as populações e falasse a verdade, para acompanhar as pessoas que vivem em tristeza.

O Henrique, conforme a sua narrativa, nasceu em uma família do grupo étnico Quemak que tem uma cultura e normas deferentes dos outros grupos étnicos que são classificados como parte do grupo Kaladi. Cresceu na sua cultura, com normas e regras tradicionais, conforme a linhagem de seu pai. Foi formado com a cultura da própria família que coloca a posição dos filhos como mais importante do que as filhas. Conforme a cultura Quemak, as filhas vão e os filhos ficam. A esse respeito ele comentou que:

As normas da nossa cultura nos ensinava a ser mais respeito no jeito de falar, e não grosseiro, e respeitar as pessoas que merecem ser respeitadas, a não mostrar os dedos para as pessoas mais velhas, seja homem, mulher ou crianças. As mulheres são muitas respeitadas não pela posição delas como parte da família, mas mais do que isso por causa de que economicamente, quando elas casarem, será paga para o seu pai algumas quantias de dinheiro e gados, como recompensa de carinho aos seus pais por lhes cuidar, tratar e educar.

Segundo ele, trata-se de uma cultura que trata as mulheres não pela qualidade de ser humano, mas a expressão de sentimento é apenas por aspecto econômico:

A nossa cultura põe a posição das mulheres não como pela qualidade humana, mas colocam-se as posições das mulheres por aspecto

econômico, por causa de barlaque (É um preço, uma quantia de dinheiro que se paga para os pais e família de linhagem do pai), alguns gados, conforme as normas culturais quando elas se casaram ou vão casar. É um ritual cultural do nosso grupo étnico de Quemak que consideravam as mulheres só como o abjeto. Uma cultura estranha, mas fiquei contente porque como irmãos, nós recebemos alguma quantia de dinheiro e gado. Na minha idade de adolescente não soube quais foram as normas das culturas e os efeitos prontos que põe as posições das mulheres”.

Ele elogia as normas da sua cultura, porque a posição das mulheres dentro de uma família dá uma ajuda economicamente significativa. Vale notar, no entanto, que as idéias de Henrique podem estar sendo influenciadas pelos estudos que fez num seminário religioso católico.

No primeiro ano no seminário, Henrique tinha pensando que ia realizar um sonho para ser padre, uma coisa que lhe sonhava desde a primeira vez, quando foi batizado na igreja e viu o padre falar em nome de Deus. Ele contou que *“depois de eu ter visto o padre falar no altar da igreja sobre a palavra de Deus, no mesmo momento tive o objetivo para ser padre”*.

O tempo passa e o sonho motiva o esforço para realizar o objetivo quando termina o curso no ensino médio,

Depois que terminei o ensino médio, no Distrito de Bobonaro, eu decidi continuar para o seminário menor, Mataloko, na Ilha das Flores, na Indonésia, em 1986. Três anos depois de terminar em seminário menor, em 1989, não fui aprovado para continuar para o seminário maior, eu voltei para Timor-Leste e continuei na Universitas Timor-Timur ate que terminei em 1996.

Ele relata que foi com grande tristeza que voltou para Timor-Leste, e isto por não ter conseguido realizar o seu sonho de ser padre. Um sonho, um ambição, uma esperança que não foi realizada. Quando eu questionei o motivo, porque é que ele queria ser padre, ele comentou:

Em Timor-Leste, a maioria das populações são católicos, mas tem poucos padres que deram atendimentos às populações. Mas o que foi acontece depois, que agora você sabe o meu estatuto atual não é como um padre,

mas como um chefe de uma família, como um marido de uma mulher e como um pai de duas meninas. Eu não fico arrependido, porque sou uma pessoa ciente como um ex-seminarista. Quando ainda era no seminário os nossos superiores sempre falavam “muitas é que (Deus) chamava, mas poucos é que são escolhidos”.

Voltou para o Timor e então passou a viver como antes na sua sociedade, assimilou a realidade social e começou a pensar em como levar a vida no presente. Mesmo que não tenha realizado o seu sonho, tinha então outra maneira para dar o atendimento para as pessoas que precisavam de sua ajuda. Assim, ele decidiu-se a continuar o estudo no Timor-Leste em 1990. Ele comentou:

Depois da minha saída de seminário, voltei para casa não como seminarista, mas como ex-seminarista, o hábito de tratar as pessoas que não conseguiu ser padre como eu, na minha sociedade que eu vivia. Falei abertamente para os meus pais e familiares sobre a minha decisão de não continuar no seminário. Eu falei para eles que tem outra maneira para ajudar as pessoas, com vários razões. Em setembro, no ano de 1990, eu fui para a capital Díli, me matriculei na Universitas Timor-Timur, terminei em 1996, e um ano depois eu lecionei na mesma universidade como professor substituto no departamento de Agronomia. Foi e é a mesma forma de ajudar as pessoas, pois participei no processo de capacitação dos recursos humanos”.

### *Trabalho e Conflitos*

Quando terminou os estudos, em 1996, Henrique trabalhou voluntariamente como professor substituto na Universitas Timor-Timur até 1997. Como professor, marcou o primeiro passo para uma mudança de vida, de um indivíduo que ocorria há algum tempo viver financeiramente dependente dos seus pais, e agora como uma pessoa financeiramente independente. Foi uma chance para planejar uma vida futura melhor. Um ano depois, em 1997, foi incluído no programa de recrutamento geral que foi realizado pelo governo de Jacarta, por motivos políticos. O programa foi realizado por uma razão do governo de Jacarta, para envolver mais e diretamente os timorenses na tomada das suas decisões políticas no nível provincial e para reduzir a pressão das exigências dos grupos independentistas. Milhares dos timorenses foram recrutados para serem funcionários públicos numa parte, e na outra parte os militares indonésios começaram a criar para-

militares para proteger a política dos grupos integracionistas e mesmo para interromper o processo. O que já tinha feito e planejado por Henrique mudou para uma situação de dúvidas entre o trabalho e o conflito, a vida presente e o futuro, a esperança e a realidade. Ele comentou:

Senti muito orgulho porque eu já tinha emprego como funcionário público, e já planejava uma vida melhor no futuro, por uma parte; e na outra parte, a alta tensão política já tinha se alastrado até as aldeias. Sobre o futuro do país, que o Timor-Leste não ia levar mais de cinco anos para ser transformado como um país independente, toda gente já sabia a questão, e em todo território se começou a falar sobre independência e autonomia dentro da Indonésia. Os simpatizantes dos dois grupos começaram se confrontar fisicamente, mas você sabe que os timorenses se mantinham firme na sua posição para não se envolverem nesse conflito. Os indonésios não ficaram em silêncio, eles tentaram de outra forma atrair o envolvimento dos timorenses, e eles formaram as gangues, conforme os grupos étnicos que existem, e enfim eu com alguns colegas que trabalhamos juntos, de diferentes etnias começamos a manter a distância entre uns e os outros, mas eu sempre tentei sair desta situação.

É uma situação que põe os próprios timorenses a cruzar num perigoso espaço, entre o desejo e a realidade. Continuando, Henrique fez a sua obrigação como funcionário público, a um regime militar que governava o território, também mantinha a relação com os companheiros do trabalho para não dar espaço aos indonésios para influenciar os seus interesses entre ambas as partes que ele considerava como os seus objetivos. Segundo ele

Eu sempre mantinha a relação com os amigos de trabalho porque somos timorenses, mesmo que eu soubesse muito bem que alguns dos meus amigos já tinham sido influenciados. Alguns deles foram colocados nas posições vitais que considerava-se mais próximos dos indonésios, e tinham mais voz do que eu que tenho um nível de educação um pouco mais alto do que os outros.

As divisões entre os timorenses começaram a se alastrar em todo o território conforme cada um dos seus grupos étnicos, e as tensões e conflitos entre os grupos étnicos começou a entrar numa tensão tal que foi impossível desfazer; a instabilidade da situação foi difícil de ser controlada pelos seguranças públicos e cada um dos timorenses escolheu o seu próprio abrigo para se salvar nesta situação. Contou ele que:

A separação de amizade entre eu e os meus amigos do trabalho começou a entrar numa fase de alta tensão, e até na posição de frente-a-frente, ninguém mostrou um ato como o de ser amigo e colega, e então eu comecei a manter a minha posição para que, se acontecesse alguma coisa ou briga entre nós, eu pudesse enfrentar de algum jeito para não confrontar fisicamente com os amigos de diferentes etnias. Foi uma situação muito horrível, mas assim foi a realidade que aconteceu.

Essa forma de separação começou a implantar a semente dos conflitos. Os próprios timorenses, mais uma vez, foram influenciados pelos ocupantes indonésios para as separações entre uns e os outros, como aconteceu com os portugueses quando criaram as divisões no território que perduraram durante os 450 anos de colonização. Após a independência, no ano de 2006, aconteceu o mesmo conflito, mas numa situação diferente. Foi um conflito que envolveu os contingentes de maior número de jovens, e levou o Estado a quase entrar em colapso na região do Sudeste asiático. Segundo Henrique

Eu pensei que depois da independência talvez acabasse com esse conflito étnico, mas afinal das contas depois da independência aconteceu de novo, e levou a uma conseqüência mais pesada do que era; até muitos dos nossos jovens foram vítimas e milhares de famílias foram deslocadas para outro lugar onde se consideravam mais seguros, incluindo eu e a minha família, uma coisa que não calculei.

Foi uma realidade que aconteceu, mas quando eu o questionei sobre a posição dele como parte de um dos grupos étnicos que existem em Timor-Leste, ele comentou:

Eu sou uma pessoa que venho do grupo étnico de Quemak e faço parte de um dos dois grupos grandes (Kaladi e Firaku) como Kaladi. Que alguns dos nossos jovens também se envolveram e foram vítimas aquele conflito, e a minha posição neste caso, se for eu for atacado por outro grupo, por exemplo o Firaku, claro que vou defender a minha posição como um filho de Quemak e Kaladi! Mas na época eu sempre queria uma solução mais pacífica para não resultar em muitas vítimas, mas na realidade aconteceu outra coisa, como sabemos”.

Mesmo que ele mantenha a sua posição como grupo étnico de Kaladi, mas sempre tenha pensado em encontrar uma saída, seja qual fosse, um dia vele pensa conseguir ter uma solução e naturalmente não se vai mudar a posição dele como uma pessoa que representa o seu próprio grupo. Segundo ele:

Sou Quemak, ou seja, que eu venho de outra etnia que tem diferença com as outras etnias como os Firakus, mas somos todos timorenses, nós falamos a mesma língua, tetúm, como a língua oficial, uma língua que eu considero como um instrumento para podermos nos reconciliar como um povo e uma nação, sem colocar uma interrogação sobre a minha identidade, a minha origem de etnia.

Como se pode perceber, ainda que ele preserve todos os vínculos com o seu grupo étnico e mantenha lealdade e identidade para com o grupo, se vê como timorense e como cidadão de uma nação, imaginando que seja possível conciliar essas duas referências identitárias.

Como ser humano, muitas vezes acontece de uma pessoa reagir sobre uma questão que levou à queda de um grupo por outro grupo. A reação sempre se coloca em questão porque está contrariando o desejo de outro grupo. As emoções sempre expressam, em diferentes momentos, as diferenças quanto a essas questões, como o Henrique expressou as suas emoções com o conflito étnico que aconteceu no país em 2006:

Eu senti um pouco radical, e o meu descontentamento, porque acontece a discriminação dentro da instituição do Estado (militar) que discrimina alguns dos timorenses nativos de Oeste e Leste do país. Os oficiais trataram os timorenses nativos do Leste do país muito diferente do que com os exércitos nativos do Oeste, como, por exemplo, a promoção de divisas só para os de origem de Leste e o para Oeste não. Os de Oeste, quando exigiram e pediram a justiça, eles foram expulsos, ao passo que os de Leste eles trataram bem, mesmo que alguns deles foram e cometeram alguns erros, contrariando com os regimentos internos das instituições, sem processo de justiça, ao passo que alguns de origem do Oeste foram presos, sem justiça, e mortos baleados, como o Major Alfredo Reinado Alves que lutou para defender a justiça. Por que será que os oficiais discriminadores de origem Leste ficam livres até a presente data e nenhum deles foi processado pela justiça e andam livremente, como anjo sem pecado, e a

maioria dos 591 efetivos militares de origem Kaladi foram expulsos sem justiça?''.

No depoimento de Henrique fica claro que as instituições do modelo do Estado-nação agem reproduzindo as diferenças existentes entre os grupos étnicos e usam do poder e da força que conseguem por meio deste modelo para atender aos interesses do seu grupo e usar da violência contra aqueles que eles vêem como diferentes ou inimigos.

#### *Relações inter-étnicas e a formação escolar*

A escola é uma instituição que tem função de proporcionar os conhecimentos da ciência como uma exigência de contribuir para o bem estar da humanidade, um lugar que não deve diferenciar os indivíduos pela raça, etnia, cor e sexo. Assim, também nas instituições educacionais onde ele estudou, contou que

no ensino médio e até a universidade, eu estudei juntos com as pessoas de diferença etnias, como os indonésios, chineses, firakus, kaladis e mais outras pessoas que eu já me esqueci de identificar e mantemos uma boa relação e comunicação entre uns e os outros.

As narrativas dessa trajetória e experiência no processo de formação mostram as relações que Henrique conseguiu fazer com outros indivíduos, o que foi um passo positivo para construir outras relações com pessoas que têm diferença de situação e de objetivos. Essas narrativas foram construídas em meio a momentos de emoção, reflexões, desejos e significados da suas vidas. Enfim, as histórias vividas apresentadas em fluxos das lembranças tanto da adolescência, da escola, do trabalho na referência aos contextos de cada período.

### **3.3. A narrativa de Duarte da Costa Sarmiento**

#### *A vida de adolescente*

A história de vida agora apresentada é formada pelas experiências de vida que foram narradas por Duarte da Costa Sarmiento. A sua narrativa, da mesma forma que as

anteriores, foi construída em meio a muita emoção, reflexão, expressão de pensamentos, desejos e significados acerca da suas passagens de vida.

A passagem de sua vida na infância não foi tal e qual nós conhecemos e imaginamos. O tempo quase todo foi só dedicado aos estudos e a ajudar os seus pais, fazendo o que era possível. Ele contou que:

Na minha vida de infância eu não sei como foi que ocorreram os acontecimentos, mas na vida adolescente eu já me lembro de alguns acontecimentos, por exemplo, alguns rituais tradicionais que sempre foram realizados todos os anos como a oferta para os seus deuses numa parte, e na outra parte também para reunir todas as famílias.

Tudo isso ocorreu no momento em que o período da adolescência exigiu uma tensão entre o desejo de conhecer mais os rituais tradicionais e, por outro lado, a necessidade de uma grande concentração para os estudos. Em 1968, no subdistrito em que ele nasceu, Duarte da Costa Sarmiento consolidou as relações com os amigos de sua idade, sendo que o estudo foi um aspecto importante para conservar as suas tradições de forma que ele não fosse manipulado pelos estados coloniais.

A narrativa da vida de Duarte, como se verá em seguida, expressa uma história repleta de escolhas e adaptações em cada período da sua vida. A narrativa de sua vida tem como fio condutor a passagem por meio da qual se entrelaçam as experiências da infância aos percalços do trabalho, em dois sistemas políticos e culturais diferentes, na qual ao passar do tempo acrescenta-se o desgaste físico.

Trata-se, portanto, de uma única a mesma imagem, sempre renovada de tempo a tempo que como categoria narrativa permite estabelecer laços de continuidade da vida entre as etapas fundamentais de sua carreira como professor da universidade e a trajetória pessoal. Essa moldura da narrativa de Duarte se pode observar tanto nas suas etapas fundamentais como nos temas a que estas remetem. A intenção do que se segue é salientar a inspiração dessa construção narrativa do modelo de Bertaux (2005) tal como formulado pela experiência de vida de Duarte.

#### *Memória de uma passagem na vida de adolescente*

Nasceu em 4 de Janeiro de 1964, numa pequena aldeia, Malilolo, no subdistrito de Hatu-Udo, do interior da capital. No subdistrito onde ele nasceu existem 2 sucos e cino

aldeias. No suco de Leolima, a maioria das pessoas falam a língua Mambae e no suco Fohoailiku a maioria das populações falam bunak. Duarte pertence ao grupo étnico Bunak lamak hitu, uma subdivisão dentre os Bunak.

Duarte teve uma infância bastante atribulada. Filho mais novo de uma extensa prole de um casal de agricultores, a sua educação, na idade de 13 anos, como era tradição do lugar, foi lastreada no catolicismo. Nesta fase, no entanto, segundo seus relatos, ocorreram as primeiras manifestações de contato com os rituais tradicionais, na época em que ele ainda não conhecia outras religiões, tendo como evento propulsor desse interesse a morte de sua mãe, ocorrida em 1981, quando ele tinha 17 anos de idade. Sobre os rituais disse que:

Particpei nos rituais com os meus pais quase em todo fim de semana, porque os meus pais viviam numa tradição, e mesmo assim o meu pai era uma pessoa muito rigorosa e conservadora. [...] como na festa cada colheita, de arroz ou de milho, que sempre fazemos o ritual de agradecimento todos os anos, e ritual para os deuses dos animais, que nós celebramos todas as semanas, que na nossa tradição é altamente respeitada até agora.

Perguntado sobre a essência desses rituais, ele disse que:

Para nós, a essência desse ritual é para a reunificação familiar e sempre celebramos com “*hananu*” a palavra de agradecimento aos deuses. Hananu é uma musica (cantiga) de agradecimento aos deuses, porque ainda dar-nos uma longa idade, e abundância de produtos agrícolas e animais.

Sobre a forma como essas tradições influem no modo de ser e nas ações, ele disse ainda que a partir da ação das pessoas do grupo étnico bunak ele percebe que “na própria norma, tradição e a cultura são muitas rigorosas a respeito, e iremos agir rapidamente quando outros grupos não respeitarem as nossas tradições, e pode provocar algumas ações e até podem agressivamente se atacar uns aos outros”.

O seu pai era um agricultor que o tempo todo trabalhava no campo. Sem condições de criar os filhos, economicamente com a posição de agricultor, resolveu distribuí-los entre parentes. Duarte foi entregue à irmã mais nova da sua mãe. A memória desse tempo é das más condições econômicas. Ela, a tia, o surrava com a enxada todos os dias, muitas vezes sem motivos. O trabalho aumentou depois que ele contou ter se visto num sonho

conversando com a mãe quando um dia estava indo trabalhar junto com os seus pais na rocha. A partir daí, além das surras, a tia o mandava trabalhar para sobreviver. Depois desses acontecimentos ele voltou a morar com pai. As visões, porém, não cessaram, o que lhe causou inúmeros conflitos entre o que é se sentiu e o que é que se fez na realidade do seu trabalho diário. Segundo Duarte conta, ele “ levantava de manhã bem cedo pegava a enxada ia para rocha e fazia o que é que eu podia fazer para esquecer e aliviar a minha frustração porque eu sempre trabalhava todos os dias depois de saída de aula”.

Duarte ficou um pouco conhecido como um bom cantador na sua idade de adolescente. De sua vida ele contou várias passagens, registradas mais tarde nessa entrevista, mas não foram completos porque alguns fatos ele tinha esquecido em razão do tempo e da idade que não fez ele lembrar mais. Sem fazer muita conta do cenário dos casos relatados ele descreveu como em *flashes* rápidos as experiências de adolescente, da escola, da família, do trabalho, entre tantas passagens que disse teria ainda o que dizer.

Alguns fatos que aconteceram na sua experiência de vida de adolescente como o trabalho de todos os dias, e o que se repetia diariamente em casa, no campo e na escola se deu quase que obrigatoriamente para todos os estudantes naquela época, porque se não foram castigados os professores ameaçavam internar os alunos que não trabalhassem.

Na minha escola, os meus professores eram muito cruéis, e gostavam muito de baterem nos alunos com Palmatória. As ações deles foram muito cruéis, eles fizeram pressão e ameaças, até bateram nos alunos. Eles castigaram, ajoelhamos de baixo do sol e muito mais. Tinha alguns alunos que sofreram doença mental e estresse por causa disso. Porque as ações dos professores foram muito agressivas e às vezes os professores mandaram a polícia para capturar os alunos que não foram para as escolas, alguns até levaram pancadas.

Duarte lembrou ainda, e contou, que “aos nove anos de idade, por ordem do seu professor, foi mandado para participar em uma procissão na igreja, como representante da turma, carregando uma pedra de quinze quilos na cabeça por quase cinco quilômetros”.

O tempo passa, a vida e o pensamento também mudaram conforme a situação e o ambiente de estudo que ele enfrentou na época em que terminou os estudos. A situação

mudou quando em 1975 a Indonésia invadiu o Timor-Português, e o Timor-Leste ficou sob o domínio dos militares da Indonésia.

Em 1979, a Indonésia começou a entrar em uma fase de desenvolvimento. Um desses setores de desenvolvimento foi a educação. As crianças e os adolescentes com idade de sete anos para cima foram obrigatoriamente para a escola. Duarte foi um desses sujeitos. Contou que

Em 1979 eu tinha quinze anos de idade. Na época os militares indonésios ocupavam todo território incluindo o meu distrito, e fomos obrigatoriamente colocados nas escolas onde quem ensinava eram os militares. A matéria que nós aprendemos só aprendemos a língua Indonésia com a matemática. Terminei o ensino pré secundário em 1982”.

A situação naquela época foi muito complicada porque no geral a segurança nunca foi boa, mesmo que a Indonésia tenha ocupado o território, em alguns lugares no setor Oeste, Centro e Leste ainda havia guerrilheiros que resistiam nas montanhas, lutando pela libertação nacional. Ainda mais as populações, estas foram divididas em duas partes: aqueles que apoiavam as forças de ocupação e aqueles que davam apoio aos guerrilheiros. Foi um período de muito sofrimento e que causou um número imenso de vítimas. Algumas dessas conseqüências afetaram a família de Duarte, quando em 1982 sua mãe faleceu e um ano depois o seu pai também. Uma situação que colocou o Duarte numa encruzilhada: continuar os estudos ou voltar para casa e continuar a profissão dos pais como agricultores. Segundo ele

[...] eu queria voltar para casa dos meus pais numa parte, mas na outra parte eu queira continuar o meu estudo porque já tinha conseguido uma bolsa para estudar no Curso Técnico Profissional, na ilha de Java, Indonésia. Eu pensei, e enfim eu decidi por continuar o estudo, e deixei tudo que tinha na casa dos meus pais, para o meu irmão mais velho, e um ano depois eu parti para a Indonésia para continuar o estudo no Curso Técnico Profissional, durante três anos, e depois continuar para universidade que terminei em 1988.

Uma escolha que com certeza não foi fácil para Duarte devido à importância das tradições com relação às obrigações familiares.

### *A experiência de trabalho*

A experiência de trabalho de Duarte passou-se em dois períodos diferentes: no tempo de ocupação Indonésia e na independência. É um período que correspondeu a processos e práticas de construção do modelo profissional de sua carreira, compreendendo processos que vão além da produção da mercadoria em si e que se referem, também, às relações entre produção de imagens e de corporalidades (sociabilidades, imagem de si) neste universo, consideradas como intrínsecas às lógicas que permeiam os processos e etapas de produção da mercadoria e dos bens de consumo em geral (Kofes, 2004).

Passou algum tempo na Indonésia, pelo menos dois anos, como funcionário temporário no Instituto de Tecnologia Bandung (ITB), depois terminou a universidade e trabalhou com muitas entidades diferentes e acumulou também experiências diferentes. Os profissionais, segundo ele, criaram uma boa relação no processo de produção e de trabalho no laboratório do Instituto, até o processo de distribuição. Contou que:

[...] eu trabalhei dois anos no laboratório de engenharia mecânica no Instituto de Tecnologia Bandung, com muitas entidades diferentes, mas eles sempre nos ajudaram nas relações entre uns e outros. Produzimos muitas coisas; começamos no processo de materiais de meta, distribuição até ao mercado. Uma cooperação muito boa que eu tinha aprendido com outras entidades de diferentes nacionalidades e deu uma chance para eu poder entender melhor o que é que eu posso descobrir.

Após a independência ele voltou a lecionar na Politécnica Díli onde deu aulas por seis anos, até janeiro de 2007, antes de vir para o Brasil.

Sobre o estabelecimento do Estado de Timor-Leste, o seu processo de formação, Duarte disse que:

Com base na história, quero dizer no que os meus pais me contaram, que a ilha de Timor foi de muitas pessoas de outras nações como os japoneses, Australianos, Portugueses, Ingleses, eles já pejaram os pés no Timor, mas só apenas os portugueses que ocuparam muito tempo, quase 450 anos. Segundo a história, conforme os meus pais, na altura que os portugueses colonizaram a nossa terra, temos muitos dos nossos avôs

que sofreram até a morte pelos interesses dos portugueses. [...] os portugueses torturaram milhares das populações durante a guerra de Manufahi, em 1912. Conforme a história, foi a segunda vez que o povo do Timor revoltou-se contra os portugueses, e naquela época milhares das populações foram massacrados pelos militares portugueses.

Para Duarte, a guerra de Manufahi foi uma luta pela liberdade “porque queremos liberdade” ele disse; e também porque havia muita divisão entre os que se colocavam pró portugueses e contra os portugueses. Segundo ele:

Porque os portugueses programaram a política “*divide et impera*” entre os próprios timorenses para se atacaram entre um distrito com outro distrito ou um grupo com outro grupo em grande escala. A política deles ainda é que gostaram muito de capturar obrigatoriamente as mulheres timorenses ou alguns de outro grupo étnico que eles não gostavam para serem escravos sexuais dos portugueses ou para os servidores dos portugueses.

Estes conflitos, segundo Duarte duraram de 1912 até 1943, quando um régulo, colaborador dos portugueses foi assassinado. Nesse período, segundo a história, os portugueses e os colaboradores dos portugueses capturaram os povos que não cumpriram as suas ordens e mataram conforme bem entenderam.

Para Duarte os conflitos existentes foram planejados pelos portugueses, desde os da guerra do Manufahi, os da época da Indonésia e até os conflitos pós independência entre Firakus e Kaladis.

Na época da ocupação da Indonésia, diz que:

Normalmente os indonésios aproveitaram os jovens desempregados de um grupo étnico para atacaram outros grupos com motivo político. Eles sempre usam a juventude do Oeste e Leste, e acusam-se mutuamente para atacaram os jovens do oeste. Eles sempre usavam a questão política para atacar outro grupo étnico e vice-versa.

Perguntado sobre como vê o estabelecimento do processo de formação do Estado-Nação no período pós-independência, Duarte diz que:

O problema de conflito, para nós, já foi e é uma tradição para o nosso país. De acordo com as informações, os próprios guerrilheiros quando era

para resistir no mato também eles se mataram uns aos outros por razão de não quererem os Kaladis dominando os Firakus e vice-versa.

Para ele, os conflitos que trouxeram mais conseqüências negativas foram os de 2006, porque:

Penso que o conflito de 2006 é que levou muitos sofrimentos se comparamos com outros acontecimentos que aconteceram após a independência. Porque houve muitas pessoas envolvidas, até as instituições do Estado como o exército e a policia nacional, com a razão de haver discriminação mútua entre Lorosae e Loromonu ou Firakus e Kaladis. [...] Conforme os dados que foram publicados pelo governo Timor-Leste, disseram que foram 37 pessoas que se tornaram vítimas da questão étnica, e mais que 150'000 tornou se deslocado em muitos lugares que são considerados seguros em todo território do Timor-Leste. [...]A questão começou quando os oficiais do exército de origem Firakus praticaram a descriminação entre leste e oeste entre os efetivos militares que de origem oeste que lhes disseram não foram envolvidos na luta pela independência, a adoção e promoção das divisas, as disciplinas etc. O tratamento dos militares com origem de Lorosae/Firakus foi bem tratado, e os de origem de Loromonu pelo contrario. Os militares de origem de Lorosae quando cometeram alguns atos indisciplinares, os oficiais não tomaram sanções, mas os de origem de Loromonu que cometeram alguns erros ou não cumpriram as ordens e disciplinas, os oficiais tomaram logo as sanções.

Sobre a origem da divisão do território timorense entre Firakus e Kaladis, o entrevistado também explica de acordo com as fontes orais:

De acordo com a história oral, os portugueses costumavam fazer o trabalho forçado em lugares concentrados, como no inicio da construção da capital timorense, Díli. No Fim do trabalho, eles chamavam as pessoas para se identificar, de onde elas vieram. Eles puderam identificar as pessoas nascidas de Loromonu, se algo é descrito, ou não compreendo, não disse nada, quando os portugueses falaram alguma coisa, então eles identificaram que eles são as pessoas "CALADOS OU LOROMONU" que, pela sua má

interpretação o termo foi interpretado como KALADI, e para os de origem, nascidos de Lorosae, os colonizadores portugueses quando falavam alguma coisa eles, se entenderam ou não, eles viravam as costas e iam embora. Então os portugueses identificaram as pessoas que nasceram de origem Lorosae com o termo “VIRA O CU”, e as pessoas interpretaram errado com o termo FIRAKU.

Se as fontes orais forem as que permitem melhor interpretação dos acontecimentos, então os conflitos atuais no Timor Leste só podem ser entendidos na relação com o processo de colonização, de dominação portuguesa, cujas conseqüências só fizeram piorar a situação no período da invasão Indonésia e que agora ficam mais fortes no período pós independência.

### **3.4 A narrativa de vida do pesquisador**

Como as outras narrativas de vida que já foram relatadas neste trabalho, considero que preciso narrar a minha própria vida, como pesquisador, em relação a este trabalho. Nessa história, como pesquisador, vou revelar a minha própria história de vida durante esse espaço, desde a infância até a presente data.

É uma passagem de vida que preencheu um espaço do tempo adolescente e a experiência de trabalho durante a ocupação Indonésia até hoje. Nasci num suco na serra conhecido pelo nome de Mau-Ubo, no subdistrito de Hatólia, distrito de Ermera. Não revelarei aqui sobre a vida da infância porque não me lembro dessas passagens horríveis que eu ouvi da história oral e que as pessoas contaram e contam de-boca-a-boca, mesmo que eu tenha sido uma entre as milhares de crianças que viveram um passado negro, que não gozaram a fase de vida da infância como outras crianças da mesma idade.

Quando eu tinha quatro anos, em 1975, no Timor-Leste ocorreu uma guerra civil entre os próprios timorenses, durante um ano os militares Indonésios invadiram o território. Passei três anos no mato com a idade de cinco anos, vivi sem abrigo e sem alimentação, grandes sofrimentos que as crianças da minha idade sofreram. Com essa idade, não tínhamos como saber qual o objetivo dessa guerra, mas sofremos enormemente as suas conseqüências, o que para nós não tinha sentido algum.

Comecei a estudar com a idade de treze anos. Até essa idade eu nunca tinha conhecido as letras e nenhuma numeração. Foi uma situação horrível, porque os professores eram os militares e policiais indonésios que sempre andaram na rua com materiais de guerra. Alguns deles entraram na sala com armas, uma situação que exigiu a formação dos militares para prevenir ataques esporádicos dos guerrilheiros da independência.

Uma questão diferente foi quando eu entrei diretamente na escola pré-secundária, e isto não ocorreu porque eu passei nos exames, mas apenas porque eu era um pouco mais alto do que os outros alunos da minha idade. Por isso eu fui colocado na escola pré-secundária. Terminei a escola pré-secundária em 1984 e o ensino médio em 1987. Continuei os estudos indo para a universidade Timor-Timur, em Timor-Leste, onde fiquei apenas um semestre devido a situação econômica de minha mãe que não tinha condições para financiar o meu custo de vida e a minha irmã mais nova que estudava num politécnico, e eu decidi sair da universidade para procurar trabalho.

Durante seis anos, depois que deixei a faculdade, dediquei todo o meu tempo para trabalhar e depois tive uma grande motivação para continuar o estudo, mas enfrentei muitos obstáculos. Interiormente esses obstáculos vêm dos meus próprios superiores que trabalhávamos juntos numa repartição. Alguns dos meus superiores são militares e muçulmanos fanáticos. Para os timorenses, se ocupavam algumas posições com nível de educação médio já era suficiente. A reformação aconteceu depois que um professor universitário da Indonésia, católico, foi indicado para chefiar a repartição no Timor-Leste e aí começou a programar o investimento no setor de capacitação dos recursos humanos. Eu fui o primeiro timorense que foi indicado para continuar os estudos com estatuto de funcionário permanente, na instituição que eu trabalhei, mas com a bolsa própria. Em 1994 comecei a estudar no Instituto de Administração Pública da República Indonésia (LANRI=Lembaga Adminitrasi Negara Republik Indonesia, em sigla Indonésia) e fui colocado na faculdade de Ciências Sociais e Política, no departamento de Administração Pública. Devido à situação política no Timor-Leste antes do referendo, eu não consegui terminar o curso e voltei para Timor-Leste, e nesse espaço vivi numa situação interrogativa: quis trabalhar, mas não tinha emprego, quis continuar o estudo, mas não tinha universidade. Impossível para pude voltar para Indonésia, porque a maioria das populações indonésias sentiu uma grande ofensa dividido ao povo do Timor-Leste não ter votado a favor da Indonésia. O tempo passa e passei alguns tempos horríveis por causa da situação que não

conduziu a uma vida melhor. Mergulhei, como todos os povos timorenses, no viver sem certeza.

No primeiro ano após o referendo de 2000, o Timor-Leste foi administrado pela ONU, chefiado pelo Dr. Sergio Vieira de Melo, de origem brasileira, debaixo de um Governo Transitório nomeado pelas Nações Unidas no Timor-Leste (UNTAET=United Nation Transitional Administration for East Timor) no mês de Setembro do ano de 2000, que transformou a antiga Universitas Timor-Timur (UNTIM) estabelecida pelo governo da Indonésia no Timor-Leste desde 1986 para Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL). Fui à matrícula de novo para ter o reconhecimento como estudante da universidade. Registrado todos os semestres com taxa de cinco dólares americanos. Uma situação muito trágica que eu senti. O governo já estabeleceu uma universidade, mas para estudar preciso de recursos, e para ter recursos, preciso de emprego. A grande questão foi e é o campo de trabalho. Foi uma nação que ressurgiu das cinzas, tudo destruído pelos militares indonésios e as milícias timorenses pró indonésia. Quatro anos vivi na serra e trabalhei no campo. Em Outubro de 2003 a Universidade Nacional Timor Lorosa'e anunciou que ia realizar a primeira programação da defesa de monografia no nível de graduação em três áreas: Faculdade de Agricultura, Educação e Ciências Sociais, para os estudantes timorenses que não conseguiram defender a monografia em várias universidades na indonésia, com a condição de apresentar os documentos necessários relacionados, assinados pelos reitores das universidades indonésias onde os timorenses estudaram. E aqueles cujas monografias já tivessem sido concluídas e assinadas pelos professores orientadores de cada estudante. Fui um desses participantes, e os professores examinadores vieram da Austrália e da Indonésia; e assim, no mês de outubro de 2003 terminei o curso de Administração Pública. Foi uma passagem acadêmica por que eu passei e comecei a conhecer a experiência do trabalho.

Em 1988 fui trabalhar no Ministério de Transmigração da Indonésia em Timor-Leste. Trabalhei com os funcionários indonésios que foram colocados no Timor-Leste, alguns deles foram militares indonésios que foram colocados no ministério onde eu trabalhei para fiscalizar e monitorar a movimentação dos timorenses que fossem alvo de desconfiança de não ter lealdade política para a Indonésia.

Passei num espaço que economicamente já tinha sido resolvido, a ajudar a minha irmã a concluir o curso; também a minha mãe que já não tem mais condições para trabalhar no campo. Dediquei todo o meu tempo e a minha concentração para o sucesso do meu

trabalho e sempre fiz aproximação com os meus superiores para que eu pudesse continuar o estudo, mas nunca tive oportunidade, porque a maioria dos meus superiores eram militares e são muçulmanos fanáticos, que nunca apreciaram que os timorenses que trabalhavam naquele ministério tivessem um nível de formação universitária, um nível de educação médio já era considerado suficiente. Tive oportunidade de continuar os estudos quando houve a troca do meu superior em 1994, e veio então para ocupar o seu lugar um professor universitário e católico, um homem originário da ilha de Java, na Indonésia.

Naquele período iniciou-se uma política de reforma administrativa, e investiu-se muito na capacitação dos recursos humanos. Mudei-me para a capital da Indonésia, Jacarta, em 1994, para estudar. Estudei durante o período da manhã e trabalhei no período noturno até 1998 e regressei para Timor-Leste no mesmo ano, pois devido à situação política no país, os timorenses que trabalhavam no outro ministério, com o mesmo estatuto que eu, na capital da Indonésia, tinham que escolher entre duas opções que foram oferecidas por alguns ministros, incluindo o do ministério onde eu trabalhei. Primeiro, optar pelo apoio à indonésia e então continuar os estudos e trabalhar; ou, segundo, rejeitar a Indonésia, ser expulso como funcionário e também como estudante. Juntos, eu e os outros timorenses fizemos a segunda opção e fomos expulsos como funcionários em setembro de 1998, mas não como estudantes. Era prevista a defesa de minha monografia em novembro de 1998, mas não consegui. O reitor da LANRI só deu a declaração e outros documentos necessários para que pudéssemos fazer a defesa em qualquer universidade no Timor-Leste, quando Timor-Leste conseguiu a independência, ou voltar para defendê-la na Indonésia, quando o Timor-Leste optou no referendun e votou a favor de uma autonomia dentro da Indonésia. Defendi a monografia na Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL) em 2003.

O tempo muda e exigiu também muitas mudanças, no estudo e no trabalho. Comecei a trabalhar em 1999, mas pouco depois já deixei de trabalhar em razão da situação política no país. O tempo quase todo vivi na serra e trabalhei no campo, até 2003, para poder sobreviver, porque o país enfrentou uma grande crise política interna, insegurança social, instabilidade política, insegurança alimentar. Tudo isso representava a posição do Timor-Leste como um país muito frágil no segundo milênio no contexto de formação do Estado-Nação. Em meados de 2003 e até 2004, trabalhei temporariamente em duas ONG's diferentes: a Fundação Ásia (The Asia Foundation) e a International Republic Institut (IRI) que Organizações Não Governamentais financiadas pelo Partido Republicano e os Estados Unidos. Em 2004 fui chamado pelo Ministério da Educação do Timor-Leste para dar aulas

no Departamento de Administração Pública, na Faculdade de Ciências Sociais e Política da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e (UNTL), onde trabalhei até que deixei o Timor-Leste em 2007 para fazer mestrado no Brasil, na Universidade Federal do Ceará-UFC.

## **Conclusão**

Apresento nesta dissertação três capítulos. A construção do Estado-Nação e a diversidade cultural no Timor-Leste nos primeiro e segundo capítulos, e o último capítulo que se refere à descrição dos dados empíricos e análise das narrativas de vida dos estudantes timorenses que residem no Brasil enquanto realizam o processo de formação em pós-graduação com a finalidade de capacitação dos recursos humanos do país, em acordo com convênio celebrado entre o governo do Brasil e do Timor-Leste.

No capítulo sobre a diversidade cultural, apresento os grupos étnicos que atualmente existem no Timor-Leste, com as suas normas culturais que representam as suas origens e tradições, bem como as diversas articulações e a forma de ação dos próprios grupos. Um dos atos que mostra a importância da consideração da diversidade cultural, como apresentada, é a participação direta desses grupos no processo de ressurgimento de um país como o Timor-Leste e todo o seu processo de formação como um país independente.

No capítulo sobre o processo de formação do Estado-Nação, apresentei os principais fatos, desde o século XVI, quando o território e as populações ali radicadas passaram a viver sob o domínio colonial português, o que durou cerca de 450 anos; em seguida, abordei o período de 24 anos de ocupação ilegal do território pela República Indonésia, até os anos mais recentes, pós 2002, quando do ressurgimento do país como nação independente e todos os processos e envolvimento entre os parceiros internacionais no processo de construção do país. A tentativa de fazer uma reconstrução histórica, no entanto, enfrentou sérios problemas para uma pesquisa que se deu no Brasil, particularmente no estado do Ceará, onde a bibliografia sobre o Timor-Leste é praticamente inexistente. Além do mais, a historiografia sobre o Timor-Leste é quase que toda escrita por intelectuais portugueses e, portanto, representa a visão do colonizador, e uma visão ocidental, européia, dos acontecimentos. Assim, vali-me dos conhecimentos vindos da minha própria experiência, daquilo que é transmitido pelos relatos orais, já que as populações residentes no território que hoje é o Timor-Leste são de tradição oral. Daí a importância de ter apresentado também, ao final do terceiro capítulo, a minha própria narrativa de vida.

No último capítulo apresentei a descrição empírica e análise de dados provenientes das entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa, os estudantes timorenses que atualmente residem no Brasil e que permitiram a gravação dos depoimentos. Nesse capítulo apresentei as suas representações, como integrantes do seu grupo étnico no país, e também como timorenses, no que se refere a sua posição política e de cidadão do Timor-Leste aqui no Brasil.

Tendo realizado uma síntese dos três capítulos desta dissertação passo, a seguir, a apresentar uma curta conclusão sobre o tema central e conteúdo desta dissertação: representações sobre identidades étnicas e sobre o Estado timorense.

A diversidade cultural, que representa a complexidade dos grupos étnicos no país, com suas diversas organizações são relacionadas a significados culturais como diz Marshall Sahlins sobre “[...] a cultura que eles dizem resgatar, que os nomeia e os distingue, considerando que a organização da experiência e da ação humana se dá por meios simbólicos, e que as pessoas, as relações e coisas que povoam a existência humana manifestam-se essencialmente como valores e significados” (SAHLINS, 1997).

Assim, os estudantes timorenses que estão no Brasil não representam aqui a sua própria identidade étnica, tal qual como quando estavam dentro do seu país de origem; mas com a sua raça, local de origem e língua, coletivamente representam uma nação e uma sociedade unificada que se apresenta como comunidade timorense no Brasil. Assim, em razão da situação transitória em que eles se encontram no Brasil, obrigatoriamente criam-se laços entre diferentes nacionalidades, raças, línguas e mesmo entre as diversidades culturais dos grupos étnicos, as configurações e os conflitos, pois, como afirma Tambiah, as “diferenças de identidades lingüísticas, nacionais, religiosas, tribais e raciais, assim como os conflitos e as competições que nelas se baseiam, não são evidentemente fenômenos novos” (TAMBIAH, 1996).

Como um país, Timor-Leste enfrenta diversas dificuldades no processo de formação do Estado-Nação, com muitos desafios políticos em razão das motivações políticas, como referidas por Sahlins, que influenciaram os conflitos étnicos. Também a falta de unidade em alto nível e de intolerância da sociedade timorense como um Estado e uma Nação. Intolerância esta criada e manipulada pelos colonizadores portugueses e reforçada no período da dominação Indonésia e no pós-independência.

Conforme Marshall (2003), freqüentemente o fim dos conflitos ocorre com a obtenção de maior autonomia do grupo insurgente, e, em menor quantidade, pela colocação enfática da questão nacional. No Timor Leste ocorreu uma maior autonomia do grupo insurgente, os grupos étnicos de origem Firaku, no entanto isto redundou em conflitos uma vez que não houve inserção de todos os grupos étnicos, da mesma forma, na estrutura do Estado-Nação.

Em razão do exposto é que em 2006 o Timor-Leste mergulhou numa profunda crise entre os clãs e os grupos etnoligüísticos e entre as formações étnicas do Oeste e do Leste, denominados Kaladis e Firakus (SEIXAS, 2007). Da mesma forma, os atos públicos dos dirigentes de origem étnica Firaku indicam que eles querem manter o controle sobre os grupos étnicos de origem Kaladi. Estes podem ser considerados eventos típicos que levaram aos conflitos que se alastraram por todo o país em 2006.

Já os estudantes timorenses entrevistados para esta pesquisa, estando afastados do país de origem e necessitando uns dos outros, mesmo sendo de origem étnica diferente acabam por desenvolver relações de amizade entre eles e juntos promovem uma aliança, mesmo que provisória, como estudantes timorenses no Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Lindgren A. J. Declaração dos Direitos Humanos, Cidadania e Pós-Modernidade, acesso no dia 21 de Outubro de 2008, Disponível no site; <http://www.submarino.com.br/produto/1/267735/?franq=134562#A1>

ARAÚJO, Abílio de. **Timor-Leste: Os Loricos Voltaram a Cantar. Das Guerras Independentistas à Revolução do Povo Maubere**, Lisboa 1979.

BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth**. São Paulo: Editora Fundação da Unesp, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRANCO, João Diogo Alarcão de Carvalho, **A Ordem de S. Domingos e as Origens de Timor**, Lisboa, ed. de autor, 1987.

BELO, Carlos Filipe Ximenes “Língua Portuguesa em Timor-Leste, Olhar o Mundo através da Língua”. Disponível no [http://forum-haksesuk.blogspot.com/2008/05/lingua-portuguesa-em-timor-leste\\_18.html](http://forum-haksesuk.blogspot.com/2008/05/lingua-portuguesa-em-timor-leste_18.html), acesso no dia 9 de Dezembro 2008.

CARDOSO, Ruth (org) **A aventura antropológica. Teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CINATTI, Rui **Paisagens timorenses com vultos**, Lisboa, 1974.

\_\_\_\_\_. **Obra Poética**, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda Lisboa, 1992.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil**. São Paulo: Brasiliense/EDUSP, 1986.

CRUZ, Leonardo de O. **Os Kaingang de Vanuíre: relações interétnicas e identidade**. In. Marília: Universidade Estadual Paulista, 2003.

CONSTITUIÇÃO, da República Democrática de Timor-Leste, aprovado do dia 20 de maio de 2002, Díli - Timor-Leste.

D'ANGELIS, Wilmar. Em que crêem os Kaingang ? Religião, dominação e identidade. In: **Kaingang: confronto cultural e identidade étnica**. Unimep, Piracicaba, 1994.

DUROSELLA, Jean-baptiste (2000), **Todo Império Perecerá**. Brasília/São Paulo, Editora UnB/Imprensa Oficial do Estado.

GUNN, Geoffrey C. “A ocupação indonésia de Timor-Leste. Lições e legados para a construção do Estado na nova nação”. Tradução de Cássia Bechara. In: SILVA, Kelly Cristiane e DANIEL, Simão Schroeter, (Org) **Timor-Leste por trás do palco, Cooperação internacional e a dialética da formação do Estado**, Belo Horizonte, editora UFMG, 2007

GUSMÃO, Xanana, **Timor-Leste, Um Povo, Uma Pátria**. Lisboa: Edições Colibri, 1.<sup>a</sup> edição, 1994.

HOBBSAWN, Eric J, **Nações e Nacionalismo desde 1780, Programa, mito e realidade** tradução de Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino, 4<sup>a</sup> edição, editora Paz e Terra S/A, Rio de Janeiro, 2004.

HALL, Stuart, **A Identidade Cultural na pós-modernidade**. Tradução Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro, 11<sup>a</sup> edição, Editora DP& A, Rio de Janeiro, 2006.

LE MOS, Mário Lemos, **Descolonização de Timor; Missão Impossível? Círculo de Leitores e publicações Dom Quixote, Lisboa, 1991, e a Revista Visão**, número 339 e 339, publicado em setembro e outubro de 1999.

MARANHÃO, Josué, Jacarta, **Indonésia, O levante popular que derrubou a ditadura e fatos pitorescos da maior nação islâmica do mundo**. Almeida Casa Editorial, São Paulo, 2005.

MARTIN, I, A Consulta Popular e a Missão das Nações Unidas em Timor-Leste. **Primeira Reflexões**, Política Internacional Vol.3 Cap.21 p. 17-28, 2000.

NOVAES, Sylvania Caiuby. Jogo de espelho: imagens de representação de si através dos outros. 1990. Tese (Doutorado em Antropologia social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

NAIKOLI, Antonio Ramos. Acesso no dia 25 de outubro 2008. Disponível no [http://www.anpocs.org.br/portal/publicações/rbcs\\_00\\_34/rbcs34\\_01.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicações/rbcs_00_34/rbcs34_01.htm) /Naikoli.

OLIVEIRA, Roberto C. de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo Livraria Pioneira Editora, 1976.

\_\_\_\_\_. **O trabalho do antropólogo**. 2 ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Representando Corpo e Violência; a invenção da Violência Doméstica em Timor-Leste, Ver.bras.Ci. Soc. Vol. 21 nº 61, São Paulo, Junho 2006.

OCAA (Oxfam Austrália) Underlying causes of gender inequality in Covalima-Timor-Leste; final report. Dili, OCAA, 2003.

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teoria da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth**. São Paulo: Editora Fundação da Unesp, 1998.

PERRAULT, Gilles, **O livro negro do capitalismo**, 4ª Edição, Anexação fascista de Timor-Leste, Editora Record Rio de Janeiro. São Paulo. 2005.

PEREIRA, Rui, **Antropologia aplicada na política colonial portuguesa; A Missão de Estudos das Minorias étnicas do Ultramar Português**. Lisboa, Faculdade das ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1986.

RAMOS, Alcida Rita. **Hierarquia e simbiose: relações intertribais no Brasil**. São Paulo: Hucitec, Brasília: INL, 1980.

REID, Antony, The nationalist quest for na Indonesian past. In: Antony Reid e David Marr (Org), **Perception of the past in Southeast Asia**, pp 281-289. Singapore: Heinemann, 1979.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1970.

SEIXAS, Castro Paulo, **A crise em Timor-Leste**. In: Kelly Cristina da Silva, e Daniel Schroeter Simão (org.) **Timor-Leste Por Trás do Palco. Cooperação internacional e a dialética da formação do Estado** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

\_\_\_\_\_. A Crise em Timor-Leste. In: Kelly Cristina da Silva, e Daniel Schroeter Simão (org.) **Timor-Leste Por Trás do Palco. Cooperação internacional e a dialética da formação do Estado**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SILVA, Kelly Cristiane e DANIEL, Simão Schroeter, (Org) **Timor-Leste por trás do palco, Cooperação internacional e a dialética da formação do Estado**. Belo Horizonte, editora UFMG, 2007.

SHALINS, Marshall. **Ilhas de historia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

\_\_\_\_\_. “O `pessimismo` e a experiência etnográfica: *porque a cultura não é um `objeto`em via de extinção (parte I)*. **Mana – Estudos de Antropologia Social**, Museu nacional. Rio de Janeiro, v.3,n.1, UFRJ, 1997 a.

\_\_\_\_\_. “O pessimismo` sentimental e a experiência etnográfica ou: porque a cultura não é um `objeto`em via de extinção (parte II). **Mana – Estudos de Antropologia Social**, Museu nacional. Rio de Janeiro, v.3,n.2, UFRJ, 1997 b.

\_\_\_\_\_. **Cultura na Prática. A experiência individual e ordem cultural**. Tradução Vera Ribeiro, 2ª edição,. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

TAMBIAH, Stanley **Leveling Crowds. Nathionalist Conflict and Collective Violence in South Asia**. University of California Press. Bekerley, Los Angeles/ London, 1996.

TAMBIAH, S. J. “Conflito etnonacionalista e violência coletiva no sul da Ásia”. In: **RBCS**, n.34, v.12, junho,1997.

TAYLOR, J, **Timor. A Historia Oculta**, Lisboa: Editora Bertrand, 1993.

THOMAZ, Luís Filipe **A Formação do Tetúm-Praça língua veicular de Timor-Leste. De Ceuta a Timor**. Editora Difel, 1994.

TUPINAMBÁ, Antonio Caubi R. **Timor-Leste do Sol Nascente e outras Crônicas.**, Fortaleza, Ce: Omni Editora Associados LTDA, 2004.

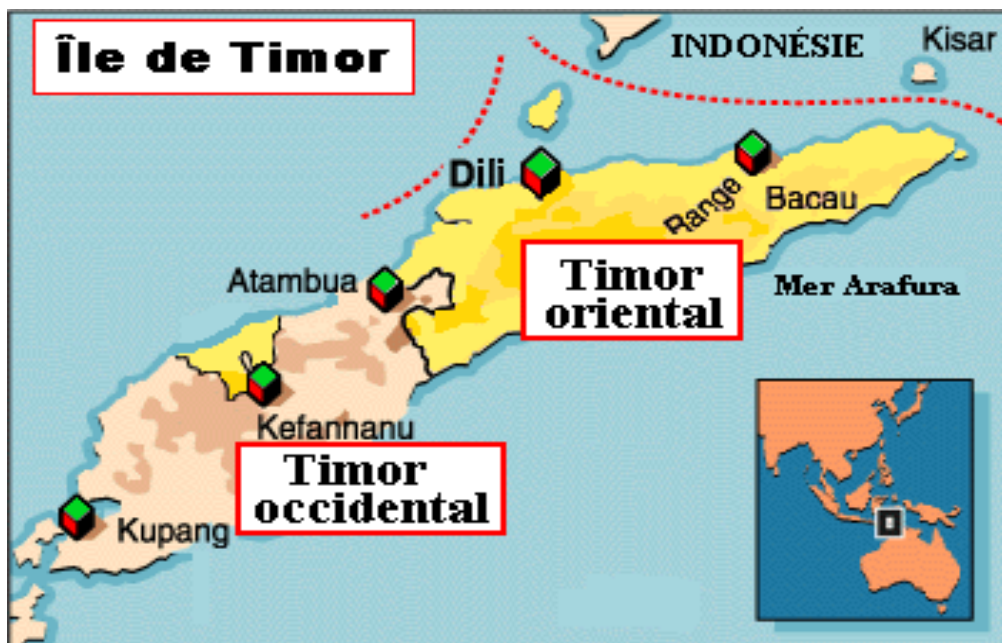
VEIGA, Juracilda. A retomada da festa do kikikoi no PI Xapécó e a relação desse ritual com os mitos Kaingang. In: Lucio Tadeu Mota, Francisco Silva Noelli, Kimiye Tommasino (org). **Uri e Wáxi: Estudos interdisciplinares dos kaingang**. Londrina: Ed. UEL: 2000.

# ANEXOS

(Mapas, fotos e documentos)



Mapa 2: A ilha de Timor dividida em duas partes. O Timor-Leste era colonizado pelos Portugueses e tornou-se um país independente em 20 de maio de 2002, e o Timor Ocidental era colonizado pelos Holandeses e tornou-se independente no dia 17 de agosto de 1945.



Mapa 3: A Relação cultural (religião e costume tradicional) entre os vizinhos ilhas que rodeiam a ilha de Timor



Mapa 4: A posição do Timor-Leste entre os países do sudeste asiático (ASEAN= Association of South East Asia Nation) Associação dos Países do Sudeste Asiático e Pacífico.



Mapa 5: A posição geográfica do Timor-Leste e os países do Pacífico.



Mapa 6: A posição do Timor-Leste conforme o Globo mundial





Figura 1: O tema do I encontro dos estudantes timorenses no Brasil.  
São Paulo 11 – 14 de dezembro de 2008



Figura 2: No primeiro dia da nossa chegada a São Paulo  
dia 11 de dezembro de 2008



Figura 3: Museu da Língua Portuguesa do Estado de São Paulo dia 12 de dezembro de 2008.



Figura 4: Ouvimos a explicação da Diretora do Museu da língua Portuguesa do Estado de São Paulo sobre a história do Museu.



Figura 5: Abertura do I encontro dos estudantes timorenses no Brasil.  
Primeira apresentação com o tema “Brasil e Timor-Leste,  
“Dois países, duas culturas e aspectos de uma história comum”  
Santo Andre, 13 de dezembro de 2008.



Figura 6: Discussão  
São Paulo, 13 de dezembro de 2008.



Figura 7: Sérios ouvindo a apresentação da Suzi Silva Alves  
São Paulo, 12 de dezembro de 2008.



Figura 8: Sérios ouvindo a apresentação de Suzi Silva Alves  
São Paulo, 13 de dezembro de 2008.



Figura 9: Sérios ouvindo a apresentação da Suzi Silva Alves  
São Paulo, 13 de dezembro de 2008.



Figura 10: A discussão do Tema do encontro com Aline Margaretha diretora do ONG Associação Missão Esperança Tem duas instalações de Serviço em Timor-Leste, Saúde e Educação São Paulo, 13 de dezembro de 2008.



Figura 11: Discussão do Tema do encontro com Aline Margareth diretora da ONG Associação Missão Esperança. Tem duas instalações de Serviço em Timor-Leste, Saúde e Educação. São Paulo, 13 de dezembro de 2008.



Figura 12: Apresentação da Sra. Karina, membro da ONG AME, sobre a Relação Brasil e Japão São Paulo, 13 de dezembro de 2008.



Figura 13: Apresentação de um dos membros da ONG AME  
“Comunicação Social do Brasil e o Mundo”  
São Paulo, 13 de dezembro de 2008.



Figura 14: A nossa viagem de São Paulo para o Município de Santo André.  
dia 12 de dezembro de 2008.



Figura 15: Bom apetite, combinações de duas comidas e duas culturas, Brasil e Timor-Leste.  
Santo Andre, 13 de dezembro de 2008.



Figura16: Entrevista a Joaquim Belo, Representante do Grupo étnico Firaku  
Santo Andre, 13 de Dezembro de 2008.



Figura 17: Entrevista a Henrique Mau-Doben da Costa  
São Paulo, 14 de dezembro de 2008.



Figura18: Entrevista a Duarte da Costa Sarmento  
Fortaleza, 19 de Janeiro de 2009.



Figura 19: Pose juntos com os participantes do após encerramento do Do I encontro dos estudantes timorenses no Brasil.  
Santo Andre, 14 de dezembro de 2008



Figura 20: A última pose antes da nossa partida do Município de Santo André para São Paulo.  
Santo André, 14 de dezembro de 2008.



Figura 21: Pose juntos depois as nossas despedidas no São Paulo Santo Andre, 15 de Dezembro de 2008.



Figura 22: 12 estudantes timorenses do curso de Pós-Graduação em Universidades Federais no Brasil São Paulo, 15 de Dezembro de 2008.



Figura 23: No Aeroporto Internacional Guarulhos, São Paulo  
O retorno a Fortaleza-Ceará.  
São Paulo, 15 de Dezembro de 2008.